

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO**

**A REVOLTA DA VACINA: AUTORITARISMO POLÍTICO NA  
PRODUÇÃO DO ESPAÇO MODERNO.**

**DAVID WILLIAMS BARROS VIEIRA**

**2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**A REVOLTA DA VACINA: AUTORITARISMO POLÍTICO NA  
PRODUÇÃO DO ESPAÇO MODERNO.**

**DAVID WILLIAMS BARROS VIEIRA**

*Sob a Orientação do Professor*

**Dr. Maurílio Lima Botelho**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Programa de Pós-graduação em Geografia, Área de Concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia

**Seropédica, RJ  
Fevereiro de 2022**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V657r VIEIRA, DAVID WILLIAMS BARROS , 1983-  
A REVOLTA DA VACINA: AUTORITARISMO POLÍTICO NA  
PRODUÇÃO DO ESPAÇO MODERNO / DAVID WILLIAMS BARROS  
VIEIRA. - Seropédica, 2022.  
64 f.: il.

Orientador: MAURÍLIO LIMA BOTELHO.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
GEOGRAFIA, 2022.

1. Revolta da Vacina. 2. Reforma Urbana. 3.  
Pereira Passos. 4. Teoria da Crise. 5. Modernidade.  
I. BOTELHO, MAURÍLIO LIMA , 1978-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 10/2022 - PPGGEO (12.28.01.00.00.35)**

Nº do Protocolo: 23083.011766/2022-66

Seropédica-RJ, 22 de fevereiro de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**DAVID WILLIAMS BARROS VIEIRA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 15/02/2022.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG-UFRRJ, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e, neste caso, a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Maurilio Lima Botelho, Dr. (UFRRJ)

Marcio Rufino Silva, Dr. (UFRRJ)

Rômulo Costa Mattos, Dr. (PUC-RJ)

*(Assinado digitalmente em 23/02/2022 09:41)*  
MARCIO RUFINO SILVA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeGEOIA (11.39.39)  
Matricula: 2141297

*(Assinado digitalmente em 22/02/2022 20:57)*  
MAURILIO LIMA BOTELHO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeGEOIA (11.39.39)  
Matricula: 2685497

*(Assinado digitalmente em 25/02/2022 15:47)*  
ROMULO COSTA MATTOS  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 051.719.187-32

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número:

10, ano: 2022, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: 22/02/2022 e o código de verificação: 7751e1d0a8

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação de mestrado à minha filha Maria Luísa Nascimento Vieira que, apesar da distância, sempre significou para mim uma fonte de força e motivação para que eu pudesse seguir em frente buscando sempre os melhores caminhos com a finalidade de poder oferecê-la tudo aquilo que me faltou. Como também oferecê-la exemplo e referência das quais ela possa se orgulhar. Também, dedico à minha falecida avó Marialva Paz Vieira, pelos seus esforços em ter sido para mim mais do que uma avó. Transcendendo essa barreira, a senhora se converteu em uma verdadeira mãe para mim.

## AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que devo a minha gratidão nesse árduo processo que foi produzir esta dissertação de mestrado. Agradeço a minha família que, de modo geral, teve uma importante contribuição e influência na paixão que hoje em dia tenho pela Geografia, principalmente, meu já falecido avô, Anani Charles Vieira. O qual, também, considero um verdadeiro pai. Foi uma pessoa que, apesar do seu baixo nível de escolarização sempre me motivou a ambicionar e ter gosto em adquirir conhecimento. Apesar, da pouca escolarização, foi um autodidata, como ele próprio costumava se autoafirmar. Em suas interações, em forma de brincadeiras, na tentativa de testar meus conhecimentos, durante minha infância e adolescência, na maior parte das vezes, me traziam questões relacionadas à Geografia. Seus esforços e “puxões de orelha” foram, sem dúvidas, decisivos para meu interesse pela ciência.

Agradeço a meus pais, Williams Chales Paz Vieira e Maria Auxiliadora Barros Vieira, os quais não mediram esforços, mesmo com poucas condições financeiras, para que eu pudesse cursar minha graduação em Geografia. No início dos anos 2000 era muito difícil para um jovem da periferia do Rio de Janeiro ingressar em uma universidade pública, pois, de modo geral, era a cultura dominante nesses espaços que os jovens começassem a trabalhar cedo para poder ajudar na renda familiar. Além do fato de a precariedade da educação básica pública, a falta de recursos para investir em um pré-vestibular privado e a ausência, neste período, de bolsas ou cotas de apoio ao ingresso na educação superior, também, dificultarem a entrada das camadas populares na universidade pública, meus pais reconheceram e apoiaram meu desejo e meus esforços, ainda que nunca tivessem frequentado uma instituição de educação de nível superior.

Com o pouco que puderam me oferecer, ainda que fosse o dinheiro do lanche ou da passagem, além de garantirem que eu pudesse estudar sem a preocupação do próprio sustento, tive condições de estudar Geografia na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP), em São Gonçalo. Onde tive uma formação de excelência e fiz amigos para toda a vida. Também, por meio da qual, tive a oportunidade de me tornar, neste período, o primeiro membro da minha família mais próxima, a conquistar um diploma de nível superior.

Sou grato, também, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) por ter me aberto as portas para que eu pudesse ingressar no mundo da pesquisa após treze anos do término da graduação e de atuação como professor de Geografia na rede pública de ensino básico do Rio de Janeiro. Ingressar nesta instituição de ensino foi, sem dúvidas, um fator

motivacional grandioso para que pudéssemos prosseguir com o antigo sonho de cursar o mestrado, após um longo período afastado da academia.

Aos professores da UFRRJ confesso toda minha gratidão e estima pela postura que, de fato, me encheu de orgulho de fazer parte deste processo. A humildade e dedicação dos docentes são pontos que me identifico e tenho satisfação em acentuar. O tratamento respeitoso, carinhoso, igualitário e humano dos docentes e de todos os funcionários que compõem essa instituição foram uma lição e um exemplo que levo de referência para minha vida. Mesmo com o distanciamento das aulas online e ainda quando estávamos no modelo presencial os professores demonstraram toda sua capacidade e talento no tocante à inovação e a qualidade das aulas. Não citarei nomes para que não corra o risco de, injustamente, devido a eventuais falhas de minha memória, esquecer de citar quem quer que seja. Alguns, como é comum ocorrer, contribuiram de maneira mais direta ao processo de produção deste trabalho e de minha formação pessoal na condição de ser humano. Vocês são incríveis! Considerando todas as dificuldades que tivemos, afirmo que vocês cumpriram seu dever com excelência e êxito.

Igualmente, devo muito de minha gratidão ao meu estimado orientador: Maurílio Lima Botelho. Um profissional que dispensa comentários, mesmo assim os farei. Devido, a eclosão da pandemia do COVID-19 (coronavírus) e início do período de quarentena, tivemos nossas aulas convertidas ao modelo não presencial (online). Mesmo com o distanciamento físico o professor Maurílio Botelho foi incansável em me municiar com materiais e na elucidação de eventuais dúvidas e questões. Seu trabalho foi de extremo valor para a realização desta dissertação, pois, as eventuais transformações que, ao longo do tempo, ocorreram no projeto de dissertação tiveram, ainda que indiretamente (pelo conteúdo das aulas e direcionamento teórico-metodológico), a sua contribuição. Sem a qual, acreditamos, seria inviável a realização deste trabalho. Sou grato, também, por ter acreditado em meu projeto e ter me ofertado todo seu apoio e bagagem de maneira humana e gentil. Mais do que o aprendizado acadêmico, aprendi com meu orientador a valorizar uma postura humanizada, acolhedora, motivadora e respeitosa. A qual levarei como exemplo e referência. Tive demasiada sorte e sou grato por ter ingressado neste programa de mestrado e, mais ainda, por ter lhe escolhido como orientador e por ter sido escolhido como orientando pelo professor Maurílio.

Os amigos (as) que tive a oportunidade e felicidade de conhecer nesta empreitada vou levar no coração para toda vida. Estes foram importantes demais neste processo. Em sua maioria, são pessoas que partilham conosco a mesma origem popular e dificuldades de vida.

Sou grato pela rede de ajuda mútua que fizemos, pelos inúmeros apoios recebidos, experiências compartilhadas e por produzirmos um ambiente acolhedor, agradável e divertido. Um contexto que acreditamos dificilmente encontrar em qualquer outro lugar. Também, carregarei vocês para a vida. Me sinto extremamente grato por ter tido a oportunidade de ter cruzado o caminho de vocês nesse tempo-espço.

## RESUMO

VIEIRA, David Williams Barros. **A revolta da vacina: autoritarismo político na produção do espaço moderno.** 2022. 64f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto Multidisciplinar, Departamento de Educação e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

A partir da associação do *ajuste espaço-temporal* e do *capital fictício* com a Reforma Urbana de Pereira Passos (1902 – 1906), foram explicitados os mecanismos que alavancaram as transformações socioespaciais na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Nesse processo a exportação de capital e mão de obra excedentes na Europa para o Brasil foram preponderantes. E, nas transformações da então capital brasileira, a tônica foi a habitação popular. Por meio do autoritarismo empreendido pelo poder público, nas remoções e demolições das habitações populares, o centro da cidade se transforma no tocante a sua forma e conteúdo. O conceito de *habitat* e o componente racial contribuem mediando as transformações. Ajuste espaço-temporal, Reforma Urbana Passos e a Revolta da Vacina se revelam como fenômenos transversos pelo autoritarismo das ações transformantes do Estado sobre as habitações populares. Deste modo, se produz um espaço urbano segregado, aos moldes da modernidade, no Rio de Janeiro.

**Palavras chaves:** Revolta da Vacina, Reforma Urbana, Pereira Passos, Teoria da Crise, Modernidade.

## ABSTRACT

VIEIRA, David Williams Barros. **The vaccine revolt: political authoritarianism in the production of modern space.** 2022. 64p. Dissertation (Master's Degree in Geography). Multidisciplinary Institute, Department of Education and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

From the association of space-time adjustment and fictitious capital with Pereira Passos's Urban Reform (1902 – 1906), the mechanisms that leveraged the socio-spatial transformations in the city of Rio de Janeiro in the early 20th century were explained. In this process, the export of surplus capital and labor from Europe to Brazil was predominant. And, in the transformations of the then Brazilian capital, the keynote was popular housing. Through the authoritarianism undertaken by the government, in the removals and demolitions of popular housing, the city center is transformed in terms of its form and content. The concept of habitat and the racial component contribute by mediating the transformations. Space-time adjustment, Passos Urban Reform and Vaccine Revolt are revealed as transverse phenomena by the authoritarianism of the transforming actions of the State on popular housing. In this way, a segregated urban space is produced, along the lines of modernity, in Rio de Janeiro.

**Key Words:** Vaccine Revolt, Urban Reform, Pereira Passos, Crisis Theory, Modernity.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1 CAPÍTULO I DO AJUSTE ESPAÇO-TEMPORAL À REFORMA URBANA DE PEREIRA PASSOS .....</b>	<b>7</b>
1.1 A natureza da Reforma Urbana de Pereira Passos .....	7
1.2 A superacumulação e a desvalorização do capital.....	9
1.3 Aspectos geográficos: a exportação de capital.....	12
1.4 A exportação de mão de obra e a acumulação primitiva.....	15
<b>2 CAPÍTULO II A TRANSFORMAÇÃO AUTORITÁRIA DO ESPAÇO CARIOCA: A HABITAÇÃO POPULAR EM XEQUE .....</b>	<b>19</b>
2.1 Paris: um modelo para o Rio de Janeiro.....	19
2.2 As obras do governo federal.....	21
2.3 O discurso da prosperidade e as consequências sociais .....	23
2.4 As obras do governo municipal.....	27
2.5 A modernidade e a habitação popular .....	30
2.6 Habitações e cotidiano.....	37
2.7 A formação de um habitat abastado na cidade do Rio de Janeiro .....	41
2.8 O habitat e o componente racial .....	43
<b>3 CAPÍTULO III REVOLTAS POPULARES: UMA REAÇÃO OU VIOLÊNCIA?...</b>	<b>47</b>
.....	.....
3.1 A Revolta da Vacina: primeiras considerações .....	47
3.2 O levante golpista e a insurreição popular.....	48
3.3 As condições da Revolta da Vacina: austeridade e autoritarismo político.....	52
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>58</b>
<b>5 BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>62</b>

## INTRODUÇÃO

A potencialidade para as crises sempre se esconde na necessidade de superar as fases da circulação do capital pelo tempo e espaço (*DAVID HARVEY, Os Limites do Capital*).

No decorrer do século XIX, as transformações dos modelos produtivos no bojo das relações capitalistas se desdobraram em uma nova dinâmica na produção/reprodução do espaço. A produção e o consumo em larga escala levaram o capitalismo a um novo patamar na reprodução material e social. Em decorrência, o espaço urbano assumiu um novo papel no cerne da circulação do capital, ou seja, foi ressignificado, no sentido de dar conta de atender as novas demandas que se impunham. Deste modo, constituíram-se novas formas sociais, com implicações no modo dos indivíduos se relacionarem entre si e com as mercadorias.

As transformações repercutiram no espaço através da materialização das relações sociais de produção. E esse novo momento do capitalismo baseado na força e velocidade das atividades industriais inaugurou o período histórico-espacial conhecido como modernidade. A partir daí, o espaço urbano passou a ser a representação simbólica e o lócus, por excelência, desta nova conjuntura. Isto é, a cidade adquiriu destaque e potência na manifestação e na “solução” dos efeitos das novas contradições que se impuseram no seio das relações modernas de produção capitalistas.

A cidade se tornou também o palco principal das crises que resultam das contradições capitalistas, ou seja, onde estas são vistas e percebidas com maior intensidade através do seu caráter destrutivo e desumano. Também seria no espaço da cidade que se tentaria garantir a continuidade reprodutiva do capital. Parafraseando o Geógrafo britânico David Harvey, a cidade seria o espaço da apropriação predominante do capital, onde se buscam “soluções”, mesmo que de maneira parcial, quando se vislumbra adiar os efeitos das crises, lançando mão de ajustes específicos que, num primeiro momento, criam a sensação de normalidade no ciclo do capital, a partir da produção e reprodução espacial.

Estamos falando de alguns “ajustes” que podem ser entendidos como práticas que se constituem na modernidade, sendo um exemplo representativo a clássica Reforma Urbana de Paris do século XIX. Considerando que Maurício de Abreu, em sua análise do espaço carioca (1988), sinalizou para a falta de um arcabouço teórico, na literatura especializada, que dê conta de explicar o modelo de crescimento urbano do Rio de Janeiro, observamos no trabalho de *Harvey (2013)*, baseado na teoria da crise de Karl Marx, contribuições significativas e valiosas que podem ser utilizadas no sentido de preencher, mesmo que parcialmente, essa lacuna. E esta é uma das inovações deste trabalho. Por isso, este autor servirá de base à nossa análise teórica, que estará voltada especificamente para o caso da Reforma Urbana da cidade do Rio de Janeiro do início do século XX.

Em nossa proposta, entendemos as transformações espaciais de Paris não somente como um modelo pronto, ao qual poderíamos apontar algumas similaridades, mas antes de tudo como um referencial, de natureza semelhante, que possa auxiliar-nos através de uma cuidadosa mediação a explicitar as inspirações referentes à Reforma Urbana de Pereira Passos (1902 – 1906), por meio do processo da transformação socioespacial do meio urbano do Rio de Janeiro. Foi nesse contexto que se processou uma vultuosa exportação de capitais oriundos de países centrais no capitalismo mundial em direção ao Rio de Janeiro.

Para Harvey, os “ajustes” são entendidos como mecanismos que operam no espaço e no tempo, dando conta de amenizar os efeitos socioeconômicos das crises capitalistas, pois são responsáveis por retardar o ciclo de circulação do capital e sua desvalorização. Sendo

assim, quando o modo de produção capitalista entra em um estado de desvalorização do capital e, conseqüente, redução das taxas de lucro, o tempo e o espaço são dilatados, por meio de processos financeiros, para que se possa evitar um colapso devido as contradições de sua própria natureza.

Pretendemos em nossa parte teórica trazer luz a Reforma Urbana de Pereira Passos como um evento eleito pelo capital para a operação do ajuste espaço-temporal analisado por Harvey. Neste sentido, o Rio de Janeiro, estando na periferia do capitalismo mundial, foi uma das cidades que receberam investimentos baseados no capital excedente dos países centrais. Isso significou uma expansão espaço-temporal do modo de produção capitalista moderno. Nos incumbimos da tarefa de analisar e explicitar os desdobramentos desse processo nas condições socioespaciais da cidade.

Em um segundo momento pretendemos percorrer o caminho da produção/reprodução do espaço realizado pela Reforma Passos, levantando um debate introdutório sobre o autoritarismo estatal como um fator produtor de violência, através de violações de direitos que se materializaram nas demolições das habitações populares e na remoção de parcela considerável da população carioca. Também nos atentaremos às repercussões desse processo, que nós entendemos ser parte integrante do fenômeno da inauguração da modernidade na cidade, acontecimento que culminou em inúmeras transformações socioeconômicas.

Nesse sentido, a questão da moradia passa a ser um ponto importante do nosso trabalho, pois possui um caráter ambivalente, relacionando-se com a produção/reprodução autoritária/violenta do espaço da cidade durante a Reforma Urbana e, também, no episódio da Revolta da Vacina, onde as ações sanitárias se voltavam aos próprios domicílios. Entendemos que os dois acontecimentos estão interligados, sendo a violação das moradias em ambos, fator de repercussão, produzindo uma escalada da violência que se inicia na violação das moradias, do cotidiano e dos laços comunitários, com a reforma e passando, em seguida, para a violação dos lares e dos corpos, momento de ápice, em que irrompe na Revolta Popular.

Consideramos a necessidade de realizar uma análise da aplicação dos componentes do autoritarismo no espaço da cidade do Rio de Janeiro para que pudéssemos estabelecer as conexões que explicam a íntima relação entre autoritarismo, violência estatal e o levante popular. Esta análise será realizada com maior profundidade no terceiro e derradeiro capítulo. Sobre o componente do autoritarismo, que se manifesta no espaço urbano identificamos o *patrimonialismo*; que se trata de uma relação de apropriação da máquina pública para o uso em favor de interesses particulares de indivíduos ou grupos específicos. Tal prática se apresentava como um elemento considerado comum e corriqueiro quando nos atentamos aos padrões de comportamento e sentimento do início do século XX. Era um constituinte das relações políticas e de amplo conhecimento de toda sociedade.

Como exemplo temos a postura de servidores referente às suas atribuições enquanto funcionários públicos. Ocorria que devido ao abuso do poder, por parte dos vereadores do conselho municipal, no sentido de somente garantir os empregos daqueles servidores que aceitavam lhes prestar favores pessoais, através do uso indevido da máquina pública. Levando em conta que se trata de uma época em que demissões e o atraso sistemático dos salários eram utilizados como ferramenta para organizar as contas públicas, ter um padrinho político era, antes de tudo, um ato que garantia a manutenção do cargo. A partir dessa lógica, cumprir sua função pública, por excelência demandada pelo cargo, não era proeminente para se manter exercendo a função. Em primeiro lugar, era mais importante demonstrar a gratidão ao seu padrinho político através de favores e serviços que lhes eram prestados.

Essas relações patrimonialistas produzem e reproduzem o autoritarismo através do estabelecimento de relações clientelistas na sociedade. Associada às prioridades socioespaciais do capital. A partir daí, abre-se um campo fértil para a fácil disseminação de políticas populistas por parte dos gestores. O próprio prefeito Pereira Passos admitira a

existência destas relações quando propôs medidas para coibi-las dentro da máquina da prefeitura, entendendo que ter o controle total da estrutura burocrática era vital para que a Reforma Urbana fosse efetiva. O prefeito visava estabelecer medidas de arrocho fiscal para aumentar a arrecadação municipal e, como isso, ter mais poder de investimento nas obras. Por isso, para tornar a máquina pública mais eficiente às suas políticas, centralizou o controle da burocracia em sua pessoa, e passou a pagar salários em dia, para que pudesse ter o direito de exigir que os funcionários cumprissem sua função, até mesmo para se minimizar a corruptibilidade dos servidores.

Não se pode deixar de fora o racismo nesse contexto, onde a pele negra se converte em um símbolo de inferioridade na hierarquia social, pois está ligado a um passado escravista, que ainda era muito recente no Rio de Janeiro do início do século XX. A partir de tais considerações, entendemos e trabalhamos com a noção de autoritarismo não apenas como uma prática do Estado, mas também com algo que emana do seio da sociedade e é atravessada pelo critério racial.

Na terceira e última parte da dissertação analisamos a Revolta da Vacina como sendo parte de um processo mais amplo, como sugerem os fatos imediatos anteriores e posteriores a sua própria ocorrência. A interpretamos como uma manifestação popular em oposição à escalada modernizante que ocorreu na cidade, onde o autoritarismo em forma de violência se impôs contra parcelas pobres e negras da população, que representavam um entrave para as transformações espaciais exigidas pelos capitais nacional e internacional.

Sendo assim, reunimos elementos que pudessem servir de base para confirmar esta hipótese de que a Revolta da Vacina de 10 a 18 de novembro de 1904 teria como uma de suas principais motivações a tensão popular contra a política opressiva, austera e excludente que se intensificou com o ataque às habitações populares no processo da Reforma Urbana de Pereira Passos (1902 a 1906).

Existe uma relação muito estreita entre a Revolta da Vacina e a Reforma Urbana de Pereira Passos. Isto é, a transformação espacial que se processou na cidade por meio da reforma é parte de um caldo de transformações que levam a Revolta da Vacina.

Considerando tal linha de raciocínio, estamos convocando novamente para a mesa de debates pensadores que se dedicaram ao tema, pois divulgou-se posicionamento recente que entra em rota de colisão com a chamada bibliografia clássica sobre o tema em questão. O professor André Nunes de Azevedo, por meio de sua obra: *A grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*, alega não haver elementos que comprovassem a relação entre as transformações espaciais e a reação popular que se manifestou durante a Revolta da Vacina.

Posto isto, nos propomos a refutar tal narrativa que defende a ausência do elo entre os dois eventos: A Reforma Urbana de Pereira Passos e a Revolta da Vacina. Para isso, buscamos elementos e evidências tanto na bibliografia consagrada como em fontes históricas, principalmente em periódicos da época. Buscamos compreender e explicitar, também os padrões de sentimento e comportamento da época, produzindo, deste modo, argumento que pudesse contribuir para o debate, de forma a comprovar a hipótese que o levante popular que ficou conhecido como Revolta da Vacina não se deu puramente devido a uma postura imediata contra a lei de vacinação obrigatória. Antes disso, ele deve ser entendido como um fenômeno inserido no contexto de um processo histórico e espacial marcado por transformações autoritárias que se repercutem no espaço e na sociedade como os arautos dos tempos modernos.

Estipulamos e nos propusemos a alcançar alguns objetivos específicos para que, com isso, possamos realizar dois objetivos principais gerais sem os quais, a pesquisa não cumpriria seu papel de ser relevante à ciência Geografia e à sociedade. Almejamos um trabalho de pesquisa que possa dialogar e, também, contribua com os demais trabalhos dos vários ramos

da ciência já realizados e que ainda estão por vir e que tratam dos temas aqui também trabalhados.

Como primeiro objetivo geral, está a necessidade de fazer uma mediação entre a Reforma Urbana de Paris de 1860 e a Reforma Urbana Pereira Passos que possa dar conta de revelar que ambas fazem parte de uma mesmo processo histórico-espacial modernizante no modo de produção capitalista. Entendemos que a mediação se faz necessária no sentido de apreender os pontos em comum produzidos pela influência ideológica que a Reforma Urbana de Paris exerceu na posterior Reforma Urbana do Rio de Janeiro. Mas é importante salientar que não se restringiu somente a uma influência no campo das ideias. A Reforma de Paris foi apropriada como um modelo pronto a ser replicado no espaço carioca, considerando as similaridades de estratégias e propósitos nas transformações espaciais. Pois estamos tratando de um novo momento dentro das relações capitalistas. Um momento que exigia uma a circulação do capital como um mecanismo de prevenção das crises.

O alargamento espacial, a partir dos investimentos na cidade, atua junto com o alargamento temporal. Este último, é produzido pela antecipação das etapas da reprodução do capital, antecipando os lucros mesmo antes da produção se realizar. Isso se dar por meio da criação de *capital fictício* pelo sistema financeiro, com a concessão de empréstimos destinados às transformações espaciais. Essas antecipações de capital ainda não realizados e investimentos nas transformações espaciais foi chamado por Harvey de *ajuste espaço-temporal*.

Entendemos que esse mecanismo foi um dos elementos responsáveis pela inauguração da modernidade, um tempo-espaço que se manifestou no Rio de Janeiro com o predomínio na paisagem das largas avenidas, dos edifícios de apartamentos e das favelas. E, também, com o centro da cidade se convertendo no lócus da reprodução do capital. Nesse mesmo processo, ocorre a criação de bairros dormitórios para operários e áreas onde predominam as atividades econômicas, ou seja, uma verdadeira especialização dos espaços na cidade. Sendo assim, um dos objetivos gerais trata de situar e estabelecer as ligações que revelem a natureza da Reforma Urbana da cidade do Rio de Janeiro atrelada aos mecanismos de ajustes do capital.

Para demonstrar a relação causal entre a Reforma Passos e a Revolta da Vacina (segundo objetivo geral) devemos antes atingir o objetivo específico de reafirmar o papel da Reforma Urbana Pereira Passos enquanto um mecanismo produtor de violência.

Nesse momento se faz necessária uma análise da natureza da violência estatal que nós acreditamos manifestar-se através do autoritarismo, como foi observado nas remoções de parcelas significativas da população, principalmente, pessoas que com menor poder aquisitivo. O autoritarismo violento do capital que, através da especulação e encarecimento do espaço central, obrigou milhares de trabalhadores a ocuparem os morros periféricos ao Centro. O Estado, a serviço do capital, articulou imbrólios legislativos que dessem conta de atender os interesses da modernização em detrimento dos interesses das camadas populares, deixando-as sem qualquer tipo de indenização ou compensação. Um objetivo específico, nessa aproximação geral com o tema, consiste em apontar e caracterizar os elementos que compõem a manifestação do autoritarismo urbano no caso do Rio de Janeiro.

Evidentemente o autoritarismo representa um componente abstrato de quem detém o poder, mas que também se manifesta na prática, no fazer. O Estado, enquanto portador do monopólio da violência deveria garantir, por meio por meio das forças policiais, as demolições e remoções, reprimindo energicamente qualquer tentativa de resistência. E esse é mais um aspecto importante que necessita de uma atenção mais cuidadosa dada sua relevância para a reação popular que se desencadeou durante a Revolta da Vacina. Sendo assim, se faz necessário revelar quais forças estatais executaram esse papel violento, como também suas motivações, para que se possa dimensionar e tipificar as relações entre os atores envolvidos

que se desdobram em atos de violência, tentando chegar na repercussão desse processo junto à população afetada, em nosso recorte espaço-temporal.

No que se refere as ações metodológicas, dividimos em temas-conceitos que representam campos específicos que nos instrumentalizou teoricamente para manusear nosso objeto. Nos referenciamos por alguns trabalhos consagrados de autores que já produziram um arcabouço teórico sólido, que vão em direção à concepção teórico- metodológica que consideramos mais pertinente à nossa proposta e que nos serviu de ponto de partida para os debates e as análises realizados. Porém, cabe aqui a ponderação de que não procuramos engessar a pesquisa em pensamentos, modelos ou conceitos previamente determinados, nem mesmo produzir uma mera ação de reprodução ou recorte e colagem de ideias. Mas, realizar um esforço analítico se valendo das referências como pontos (não só) de partida, mas também de apoio. Considerando a excelência e a relevância das contribuições dos autores em seus respectivos campos.

Elegemos a teoria interpretativa do marxismo para nos orientar em nossa pesquisa. Consideramos ser a mais apropriada ao desenvolvimento de nossas análises. Levamos em conta os desafios a serem enfrentados a partir das hipóteses que demandaram confirmação, como também as que entendemos que devem ser refutadas. Nos filiamos à visão marxista pelo seu entendimento do protagonismo do capital no relações sociedade-espaço. Não há, também, como não considerar a sua poderosa musculatura enquanto categoria analítica da modernidade, referenciando incontáveis e relevantes contribuições ao ramo das ciências humanas. Sendo assim, com esse apoio esperamos alcançar os melhores resultados em termos analíticos, objetivando uma compreensão mais próxima possível da realidade do nosso objeto.

Após um levantamento do Estado da Arte, ou seja, do nível ou do estágio do conhecimento produzido ou realizado, até o presente momento, sobre os temas que se conectam ao nosso recorte espaço-temporal entendemos ser David Harvey aquele que nos ofereceu, a partir de sua influência marxista sobre a teoria da crise do capital, o melhor embasamento teórico sobre a análise que pretendemos realizar da natureza da Reforma Urbana de Pereira Passos, no sentido de explicitar o papel do capital internacional nesse processo.

Em sua contribuição à teoria da crise do capital de Marx, Harvey entende o *ajuste espaço-temporal* como um mecanismo capitalista de enfrentamento contra as sucessivas crises inerentes à sua produção/reprodução. Sendo assim, considerando esse arcabouço teórico, pretendemos produzir uma reflexão que explicita as repercussões desses mecanismos nas transformações espaciais na cidade do Rio de Janeiro.

Sobre o papel do Estado, no tocante à Reforma Urbana, entendemos ser Benchimol como o mais adequado a fundamentar nossas análises. Com sua obra *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical: A Renovação Urbana Da Cidade Do Rio De Janeiro No Início Do Século XX*, o autor se converteu em uma das principais autoridades no tema, devido à sua relevante contribuição, considerando a elevada qualidade de sua obra.

Maurício de Abreu, assim como Benchimol, também é referência, compondo o time de autores que produziram trabalhos consagrados. Uma bibliografia obrigatória que será associada à nossa prática teórico-metodológica. Em sua obra: *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, são explicitadas de maneira clara e contundente as principais transformações espaciais ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, que foram de vital importância, para que pudessemos elencar às motivações que as levaram a efetivação. Assim como as suas consequências no padrão de sentimento e comportamento do período. Além do mais, acreditamos que a partir de um exame cuidadoso do seu processo de execução pudemos identificar as características da violência estatal.

Lilian Schwarcz, com sua obra *Sobre o autoritarismo brasileiro*, será nossa referência teórico-conceitual com relação ao autoritarismo. A antropóloga, em seu ensaio sobre a origem

do autoritarismo brasileiro elenca, os componentes associados à manifestação do autoritarismo brasileiro, como o patrimonialismo. Elegemos este componente por entendermos ser o predominante do espaço urbano. Pois, claramente aparece inserido, enquanto prática efetiva, no âmbito das relações Estado/Sociedade/Espaço. Tivemos essa iniciativa pela necessidade de adequar tal manifestação ao nosso recorte de pesquisa (a cidade do Rio de Janeiro).

A partir da análise do espaço urbano, enquanto categoria analítica da Geografia, acreditamos poder trazer significativas considerações sobre a manifestação do autoritarismo. Tanto a Reforma Urbana quanto a Revolta da Vacina, enquanto eventos associados às práticas autoritárias nas medidas políticas e de gestão do espaço, apresentaram elementos importantes que as relacionam de maneira causal. Isto é, no espaço da cidade do Rio de Janeiro, no período da Reforma Urbana de Pereira Passos, muitas transformações espaciais se realizaram pelas mãos de um prefeito conhecido popularmente como “Bota-Abaixo”. Observa-se que o próprio apelido já traz em si uma carga daquilo que é feito à revelia e pelo uso da força no que se refere à gestão do espaço. Revelia também é a palavra que dá sentido às reações populares durante a Revolta da Vacina, com a divulgação do regulamento da Lei da Vacinação Obrigatória. Sendo assim, procuramos nesse processo esmiuçar tais eventos de modo a termos condições de apontar com propriedade a manifestação do autoritarismo, na prática, nas incursões do até então jovem Estado republicano brasileiro, nas esferas municipais e federais, referentes à cidade do Rio de Janeiro.

Foi importante dar atenção ao período imediatamente anterior à Revolta da Vacina, seus principais eventos, os efeitos imediatos e posteriores da atuação do Estado, como a repressão e sua atuação no controle do espaço urbano. Para analisar tal recorte espaço-temporal lançamos mão de um processo de revisão e catalogação bibliográfica sobre a Reforma Urbana de Pereira Passos e sobre a Revolta da Vacina.

Fizemos o mesmo com relação a trabalhos referentes à História urbana, elencando-os e levando em conta, além do relevo e prestígio das obras na comunidade acadêmica, o nível de proximidade ao nosso trabalho. Tais medidas se justificaram para que, com isso, pudéssemos nos municiar de elementos e dados que nos baseou de forma a aproximar nossa reflexão teórica com a realidade empírica. Prestigiamos as ideias e conceitos já consagrados, no sentido de usá-los de forma complementar, obviamente passando por um crivo crítico.

Paralelamente à pesquisa bibliográfica, realizamos pesquisa na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional ([bn.gov.br/explore/acervos/hemeroteca-digital](http://bn.gov.br/explore/acervos/hemeroteca-digital)). A pesquisa presencial na biblioteca foi inviabilizada devido a pandemia do COVID-19 que vivemos atualmente e a necessidade de cumprimento do isolamento social por meio da quarentena. Selecionamos jornais da época, referentes ao recorte referido, intencionando identificar e compreender, a partir do padrão de sentimento e comportamento coletivo da época, as justificativas e fundamentos que necessitávamos. Sendo assim, de modo geral, o método consistirá basicamente, em considerar o que já foi produzido sobre o tema, em uma revisão bibliográfica da Geografia e da História relacionada ao período e ao espaço da Reforma Passos e da Revolta da Vacina, apoiando-nos em material de arquivo.

# 1 CAPÍTULO I

## DO AJUSTE ESPAÇO-TEMPORAL À REFORMA URBANA DE PEREIRA PASSOS

### 1.1 A natureza da Reforma Urbana de Pereira Passos

As crises no modo de produção capitalista manifestam-se regularmente no decorrer de sua História secular. Marx sinaliza em seus escritos de *O Capital* que a crise é uma condição inerente às condições de produção e reprodução do capital, pois resulta da contradição imanente à natureza do próprio capitalismo. Para Harvey (2013, p.265) “a crise se manifesta por meio da tendência para o decréscimo da taxa de lucro que gera superprodução, especulação, crises e capital excedente, juntamente com população excedente.”

A partir da inauguração da modernidade, alavancada pelo capitalismo industrial-financeiro, mesmo com todas as especulações sobre o futuro do sistema capitalista, não era de modo algum evidente que o processo de acumulação tomaria o rumo do predomínio inevitável da finança, o processo imperativo que viria a transformar a Terra em um campo aberto à circulação do capital financeiro.

Entende-se que o capital é um movimento – de valorização – que também repercute no espaço e no tempo. As questões do espaço, aliás, são negligenciadas, muitas vezes por economistas e historiadores. E essa preocupação é o que torna o trabalho de Harvey (2013) peculiarmente notável. A partir da articulação e funcionamento conjunto dos diferentes modos de apropriação e exploração, o sistema financeiro e os desenvolvimentos desiguais do espaço, se tornou mais límpido o entendimento do processo de acumulação, e o autor apresentou não somente aspectos essenciais para a dinâmica do capitalismo, mas também a origem de algumas de suas contradições.

Nesse sentido, para entender os processos urbanos, precisou-se expandir algumas categorias não plenamente desenvolvidas por Marx. Assim, o aparato teórico que emergiu disso foi bem adequado para confrontar as mudanças dramáticas que ocorreram no capitalismo moderno e para explorar criticamente um processo de globalização liderado pelas finanças. Com isso, também, foi possível integrar os aspectos financeiros (temporal) e geográfico (global e espacial) com a acumulação dentro da estrutura geral do argumento de Marx.

Neste contexto, é importante considerar o contexto do final do século XIX, quando as relações amadurecidas do capitalismo industrial começam a gerar uma concorrência internacional, daí a necessidade de uma nova "corrida colonial", com a “a partilha da África” e a expansão dos mercados, os altos índices de crescimento obtidos com a industrialização na Inglaterra, França e, depois, também Alemanha, levaram às dificuldades provenientes do capital excedente. Já nos países periféricos, como foi o caso brasileiro, a falta de capital para investimentos levou a desregulamentação financeira (encilhamento) e a austeridade orçamentária que já eram postas como soluções para impulsionar o crescimento econômico.

Marx, *I Livro d'O capital*, mostra que quanto mais uma sociedade se adapta a uma economia desregulada, de livre mercado – se referindo ao liberalismo clássico -, mais a assimetria de poder entre aqueles que controlam e aqueles excluídos do controle dos meios de produção produzirá uma “acumulação de riqueza num polo” e uma acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo

oposto<sup>1</sup>. E essa lógica também se reproduz nas relações de produção entre os países. Agora o capital excedente da Europa busca o “atraso” da periferia produzida pelo próprio capitalismo.

A cidade do Rio de Janeiro desde sua fundação teve seu desenvolvimento econômico e socioespacial associado à sua condição na dinâmica do capitalismo mundial. Essa condição se caracterizou no decorrer de séculos como mero exportador de matérias-primas, como foi o caso do café durante um longo período.

Para facilitar a atração de investimentos estrangeiros era necessário infraestruturas, um ambiente regulatório facilitador, um bom clima para os negócios, fácil acesso aos recursos naturais<sup>2</sup>. Todos esses elementos tinham de ser fornecidos para os excedentes de capital serem lucrativamente absorvidos. Se tudo isso significasse que as pessoas tinham de ser despojadas de seus bens e habitações, que assim fosse. E foi o que o liberalismo clássico contribuiu para que se realizasse. Mas isso requereu poderes estatais hegemônicos, pelos políticos e pela força coercitiva econômica, para garantir um terreno em constante expansão para a absorção lucrativa das quantidades sempre crescentes de capital excedente produzido.

No final do século XIX e início do XX, o porto da cidade do Rio de Janeiro era uma das principais plataformas de exportação das matérias-primas nacionais para o exterior e importação mercadorias de beneficiamento industrial. Evidentemente, a inserção neste processo de circulação macro do capital deixava a cidade vulnerável às repercussões das crises externas, como ocorreu no caso do café, que neste período era o carro chefe da economia brasileira.

Com a queda da demanda internacional, um grande excedente deste gênero alimentício passou a exceder e se acumular nos armazéns e o ônus da crise fora transferido para o Estado e repassada para o povo. Nesse contexto, os produtores eram poupados dos efeitos da crise internacional por medidas do poder público. Mas para a grande maioria da população carioca, a crise já estava posta e seus efeitos foram devastadores, como veremos nos capítulos 2 e 3.

Tratando-se de uma cidade que estava inserida na condição de periferia do capitalismo industrial, seus métodos de contenção das crises se diferenciavam daqueles utilizados nos países e cidades centrais. Todavia, os métodos de contenção e adiamento das crises nos centros do capital englobavam os espaços periféricos em suas estratégias. Neste sentido, existe uma relação íntima entre a transformação socioespacial experimentada pela cidade do Rio de Janeiro, durante a Reforma Urbana posta em curso pelo então Presidente da República Rodrigues Alves e pelo prefeito da cidade, Francisco Pereira Passos, que pode ser compreendida pela teoria da crise do capitalismo de David Harvey.

Em seu trabalho, ao analisar os escritos de *O Capital* de Karl Marx, estabelece três “momentos” na teoria da crise do capitalismo. O autor considera as etapas como recortes e no que se refere à nossa proposta, nos interessa particularmente o primeiro e o terceiro recortes. No primeiro, o autor analisa a superacumulação e a desvalorização do capital, em que tais aspectos estão atrelados a uma barreira de caráter histórico do capital: a tendência para o decréscimo da taxa de lucro, o que Marx encara como a lei dos lucros decrescentes, repercutindo nas crises periódicas, no declínio secular a longo prazo e em uma possível catástrofe final do modo de produção devido a ampliação das crises. Convém ressaltar que se trata uma análise que deve ser cautelosa, pois, esta teoria apresenta aspectos ainda inacabados, como alerta o próprio Harvey.

O “primeiro recorte” trata também de justificativas básicas para a instabilidade do capitalismo como modo de organização econômica e social. A acumulação reproduz a relação capitalista em escala ampliada, produzindo crises endêmicas ligadas ao desemprego e ao

---

<sup>1</sup> Marx, Karl. *O Capital*, I livro. (trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2013), p. 721.

<sup>2</sup> No caso do Rio de Janeiro havia, entre essas, outras exigências de cunho particular à cidade, como o caso das constantes epidemias e a infraestrutura urbana. Aspectos que para serem solucionados careciam de recursos externos.

exército industrial de reserva. As causas estão ligadas ao aumento do volume de capital excedente, ou seja, recursos expelidos da dinâmica da circulação capitalista responsável por produzir mais valor. Produção de capital excedente não investido, em um polo, e de outra a formação de uma superpopulação relativa, ampliação do número de desempregados no outro, o que leva a um quadro contraditório de colapso destruidor do processo de reprodução social.

O “segundo recorte” trabalha com a inserção do sistema de crédito e do capital fixo no processo de superacumulação. Neste momento, Harvey insere o espaço como um atributo importante nas análises do capital, enfatizando que seu papel ultrapassa os limites da circulação. E a circulação, por sua vez, é o deslocamento da mercadoria de um lugar para outro, onde o tempo de circulação, dependendo das distâncias, pode ser maior ou menor. Tal variação implicaria também no tempo de realização do mais-valor da mercadoria, isto é, a questão espacial implica em uma possibilidade de tempo maior entre o processo de venda e compra da mercadoria, entre a origem e o destino deste circuito. A variação das distâncias repercute nos custos das mercadorias com o incremento, em seu valor, dos custos do armazenamento e do transporte, ou mesmo, pela desvalorização da mercadoria por meio da concorrência ou obsolescência, quando o tempo de realização se amplia demasiadamente.

Sendo assim, o espaço pode inviabilizar a venda da mercadoria e a realização do valor. Neste contexto, a interrupção da circulação provoca a crise. Quanto mais rápida for a circulação mais breve será, também, o retorno do dinheiro, sua forma “líquida”, investido inicialmente em meios de produção e força de trabalho. Entretanto, o sistema de crédito surge nessa dinâmica acelerando a circulação. Emerge na tentativa de eliminar a contradição inserida na necessidade de se completar, mais rapidamente, o movimento do capital superando os desafios inerentes ao espaço, na tentativa de manter as taxas de lucro estáveis. Contudo, este processo possui suas próprias contradições, como veremos adiante, associadas ao papel do *capital fictício*.

O sistema de crédito atua antecipando o valor das vendas por meio do pagamento de juros, ou seja, o capital produtivo reparte parte de seus lucros com o capital financeiro. Trata-se de uma venda antecipada das mercadorias pelo produtor. Os empréstimos realizam o retorno do lucro das mercadorias aos produtores antes que ela tenha se realizado de fato com a compra do consumidor final. A contradição se manifesta quando a venda futura não se realiza e o ciclo do capital não se fecha. Ainda que, a atuação de seguradoras possa intervir oferecendo a cobertura do capital não realizado por meio de uma parcela do valor associado as mercadorias, quando se trata de uma quebra do circuito em uma escala ampliada, estas nada podem cobrir e a crise se instala.

No “terceiro recorte” trata-se dos aspectos geográficos, da exportação do capital excedente para um país estrangeiro para formação de novas forças produtivas. Ao mesmo tempo que atua como um tipo de ajuste com efeito no adiamento da crise devido à sua expansão no tempo e no espaço, como veremos com maiores detalhes mais à diante.

## **1.2 A superacumulação e a desvalorização do capital**

O lucro se realiza quando se completa o ciclo do movimento do capital no tempo e espaço. Para o equilíbrio do capital em circulação – condição exigida pela estabilização da taxa de lucro – uma parte do capital deve ser eliminada, ou seja, a tendência à superacumulação deve ser contrabalanceada pelos processos que eliminam o capital excedente. Desta maneira, são estabelecidos freios à desvalorização do capital. Como falamos de desvalorização do valor – o que já soa contraditório em si – cabe aqui traçar algumas linhas que possam trazer algumas elucidações sobre o conceito de valor no capitalismo.

Marx parte da noção de valor proposta por Ricardo – valor como tempo de trabalho socialmente necessário – e partir daí funda as bases para sua crítica da economia política. A contradição no processo de desvalorização do valor se baseia nas suas leis contraditórias do movimento no capitalismo. Sendo assim, o conceito de valor não é imutável, sofre modificações perpétuas em seu significado devido as características socialmente necessárias para o capitalismo. “O valor é uma medida instável, incerta e ambivalente que reflete as contradições inerentes ao capital”, segundo Harvey (2013, p.269).

As contradições capitalistas tendem a desperdiçar a força de trabalho – não empregando-a ou utilizando-a para incorporar o trabalho em mercadorias que não podem satisfazer desejos e necessidades sociais – produzindo, assim, “não valores”. A desvalorização está envolvida com o fato de o valor estar ligado a produção e a troca capitalista e por não ser um atributo universal de todo trabalho humano, como se acredita no senso comum. Como o capital é valor em movimento o valor só pode continuar valor continuando em movimento, ou seja, o tempo de circulação socialmente necessário está inserido na noção do próprio valor.

Marx diz que a oferta não cria sua própria demanda. A potencialidade das crises se esconde na necessidade de eternamente superar os vários “movimentos” ou “fases de circulação do capital no tempo e no espaço. O capital monetário pode se desvalorizar pela inflação, a força de trabalho pelo desemprego e pela perda salarial, as mercadorias podem ser vendidas com perdas, o valor do capital fixo pode se desvalorizar pelo tempo ocioso. “Com isso, a desvalorização pode ser entendida como a parte inferior da superacumulação e ambos assumem nessa superfície formas de aparência” (HARVEY, 2013, p. 270).

Em cada momento na circulação do capital encontra problemas, enquanto se considera a transição do dinheiro para os meios de produção e força de trabalho. E a transição da produção, uma atividade que produz mercadorias, para esferas que deveriam encontrar compradores no mercado. Por exemplo, os capitalistas precisam encontrar no mercado quantidades e qualidades certas de matérias-primas, meios de produção ou força de trabalho a um preço apropriado às suas exigências de produção individual, caso contrário seu dinheiro não será realizável como capital. Ou quando se emprega quantidades significativas do dinheiro para investimento em capital fixo – máquinas e equipamentos – de longa vida útil, o que impactará no custo mais elevado desse capital fixo. Sendo assim, o capitalista é obrigado a manter um tipo específico de processo de trabalho com exigências próprias de insumos durante um longo tempo. Não se tem garantias num mundo de transformações rápidas, seja pela dinâmica da própria economia ou pelo desenvolvimento tecnológico e recursos finitos disponíveis, que os capitalistas terão suas necessidades totais satisfeitas (HARVEY, 2013).

Além disso, com uma parte do capital excedente sendo reinvestida, os capitalistas que produzem capital fixo para outras indústrias devem expandir sua produção prevendo exigências futuras que podem ou não se materializar, ou seja, deve-se reconhecer as dificuldades e as incertezas que surgem nesse primeiro momento em que o dinheiro tem de ser convertido em insumos de matéria-prima e força de trabalho.

Outro ponto é a necessidade de controle da força de trabalho para que se possa preservar o mais-valor baseado no valor da mercadoria. Para isso necessita-se de um controle despótico do processo de trabalho, pois a realização do capital depende da “desvalorização” do trabalhador. Se não conseguir se impor no contexto da luta de classe no processo de trabalho, o capital também não se realizará em mais-valor.

Por último, porém não menos importante, os capitalistas devem encontrar demanda para sua produção, ou seja, a conversão de valores de uso materiais em valores de troca (dinheiro). Para isso a mercadoria deve preencher uma necessidade social. Se não existir uma demanda efetiva por mercadorias, a mão de obra incorporada na mercadoria não foi útil e o capital investido nesta produção é perdido, desvalorizado.

Neste ponto, chegamos em uma das contradições produtivas do capitalismo que eleva o risco de crise: a necessidade de criação de demanda efetiva suficiente para realizar o capital investido em mais-valor e a obrigação da expansão perpétua do valor por meio da troca. Existem limites lógicos para a expansão da demanda e do mais-valor para que as taxas de lucros dos capitalistas se mantenham crescentes. A partir daí busca-se esticar esses limites através da ampliação das relações capitalistas de produção pelo espaço e tempo, onde ainda não estejam plenamente desenvolvidas. Na prática, considerando o recorte temporal que nos cabe aqui, isto também significou uma expansão das condições socioeconômicas da modernidade pelo mundo.

Até o final do século XIX, o Rio de Janeiro ainda não estava modelado nas condições espaciais e socioeconômicas da modernidade capitalista. Ainda apresentava aspectos e modo de vida coloniais. Sua arquitetura colonial de origem portuguesa predominava nas fachadas de casas e prédios, as ruas eram estreitas e sinuosas, o centro da cidade era o espaço de moradia de ricos e pobres, a circulação e o consumo de mercadorias eram dificultados por tais condições. O capitalismo praticado na cidade era visto como atrasado, dos tempos coloniais, como quando o Rio ainda era uma mera plataforma de exportação de matérias-primas. Outras capitais mundiais já apresentavam aspectos, formas e práticas socioeconômicas do capitalismo moderno, desde meados do século XIX, como Paris, por exemplo, que serviu de modelo para outras cidades, entre elas o Rio de Janeiro, como veremos adiante. Até mesmo a capital Buenos Aires, da vizinha Argentina, já havia se modernizado e reformado seu espaço urbano, superando o Rio de Janeiro em relevância simbólica do ponto de vista material e civilizacional na América do Sul.

Contudo, o “atraso” não se devia à falta de vontade das elites política e social, mas, principalmente, pela falta de capital para investimento. E essa discussão já estava posta décadas antes na sociedade brasileira. Tanto o Estado quanto da iniciativa privada nacional havia fracassado em dar seguimento ao projeto. Pois bem, no cenário internacional, desde meados do século XIX, se processava uma acumulação vultuosa de capital excedente, principalmente nas potências europeias, como França e Inglaterra.

Contudo, a saturação dos mercados europeus trazia dificuldades a continuidade do movimento cíclico do capital, por causa desse capital excedente. Esse quadro, de fato, anunciava uma crise de desvalorização do capital. Sendo assim, era imperativo e urgente buscar novos espaços para investimento do capital excedente, ampliando seu movimento cíclico no tempo e no espaço.

A cidade do Rio de Janeiro, então capital do maior país em extensão territorial da América do Sul, já era espaço de aplicação desse capital excedente há algumas décadas. Os investimentos diretos de capital estrangeiro na cidade do Rio de Janeiro já ocorriam desde os tempos do Segundo Reinado. Podemos citar as empresas de transportes e de fornecimento de energia. Entretanto, para uma reforma urbana ampla e decisiva que pudesse alterar as estruturas social e econômica da cidade ainda carecia de recursos para esse fim. A reforma urbana da Capital do Brasil se tornou prioridade com a chegada de Rodrigues Alves à presidência, o novo governo acreditava que, com a captação de recursos junto ao exterior, poderia elevar a capital brasileira à condição de cidade moderna<sup>3</sup>.

Mas para isso, era necessário captar o capital necessário que pudesse produzir novos espaços e alterar os já estabelecidos na cidade. Era necessário destruir para recriar. Neste caso, cabe aqui citar um termo bastante elucidativo cunhado por Schumpeter (1982): era preciso um processo de *destruição criativa*. E para que se pudesse ao mesmo tempo alterar a estrutura social de modo a também se alcançar os objetivos de captação de mais capital, até

---

<sup>3</sup> Aquela que se adequa as condições da modernidade, ver (HARVEY,1992).

mesmo na forma de mão de obra estrangeira, a habitação popular carioca deveria ser o principal objeto das incursões reformistas.

### 1.3 Aspectos geográficos: a exportação de capital

A exportação de capital, um dos aspectos do que Harvey chamou de “terceiro recorte” da crise, pode ser entendida como uma via de mão dupla, pois daria ao capital europeu mais espaço para sua expansão e reprodução, ao mesmo tempo em que equacionaria a questão da escassez de capital para que o Rio de Janeiro ingressasse na modernidade por meio da maior e mais abrangente reforma urbana de sua história. Tais mudanças estavam associadas à elaboração de estratégias, nos centros do capitalismo, que deliberavam ações coordenadas estabelecendo “mecanismos” que atuavam no sentido de adiar os efeitos autodestrutivos da crise econômica nestes centros.

De um modo prático, isso se dava através da antecipação do capital ainda não realizado pelo processo produtivo. Por meio do sistema financeiro mundial, que passou a integrar a dinâmica das relações capitalistas e atuou fomentando e impulsionando a produção através da concessão de crédito. Na atividade produtiva isso se dá como se fosse uma antecipação dos lucros, antes mesmo do circuito produtivo se fechar com a venda das mercadorias. É o que Marx vai chamar de produção de *capital fictício*, ou seja, uma projeção de ganhos que se espera para o futuro.

O capital na forma dinheiro possui todas as virtudes da capacidade de troca, flexibilidade de uso e mobilidade. No curso da circulação, os emprestadores devem sacrificar a flexibilidade do seu dinheiro por um período específico em troca de um pagamento de juros. Durante esse tempo o dinheiro fica ligado a valores de uso (mercadorias, aparatos produtivos etc.). Na medida em que o capital rende juros se torna comprometido com valores de uso específicos, ele perde seu poder de coordenação porque perde sua flexibilidade, e isso pode se revelar como um problema devido ao risco de desvalorização.

Contudo, o problema é superado pelo *capital fictício*. A potencialidade para o *capital fictício* está dentro da própria forma dinheiro e está particularmente associada com a emergência do dinheiro creditício. Harvey cita o exemplo do produtor que toma crédito por uma quantidade de mercadorias ainda não vendida. O emprestador possui uma folha de papel cujo valor é apoiado por uma mercadoria não vendida. A folha de papel pode ser caracterizada como *valor fictício*. Se as folhas de papel passam a circular como dinheiro creditício, abre-se uma lacuna entre os dinheiros de crédito (que sempre tem um componente imaginário) e os dinheiros “reais”, diretamente ligados a produção. Quando este dinheiro creditício (ainda não realizado) é emprestado como capital ele se torna *capital fictício*. O capital monetário tem agora de ser adiantado em relação à mão de obra futura, em vez de em relação à garantia das mercadorias já existentes. O capital monetário é investido em uma apropriação de capital futura, ele não é apoiado pela garantia de nenhuma empresa (HARVEY, 2013, p.401). Esse é o segundo recorte na teoria da crise de Harvey, ou seja, um ajuste temporal ou, mais facilmente compreensível, um “deslocamento temporal” dos capitais excedentes através do seu “enxugamento” na forma de crédito e capital fictício.

Harvey (2013) diz que o *capital fictício* é “responsável por financiar as transformações espaciais, dando novas funções e formas as cidades. Com tais práticas se objetiva dar folego ao sistema e reativar a circulação de mercadorias, a produção de valor e dar continuidade a acumulação de capital.” Expandindo-se, assim, o modo de produção capitalista pelo espaço, ou seja, a partir da produção de mais espaço no molde do capitalismo moderno. O autor nomeou esse processo de *ajuste espaço-temporal*.

Entendemos que tal ajuste se manifestou na cidade do Rio de Janeiro e foi responsável pela produção do espaço urbano moderno, com uma quantidade maciça de capital externo (principalmente da Inglaterra) na forma de capital creditício. Tratou-se de uma exportação de capital de potências centrais do capitalismo para financiar, através da cobrança de juros e a garantia das receitas alfandegárias da cidade, a produção do espaço da cidade do Rio de Janeiro.

Tal conduta se consolidou e se ampliou durante o curso da modernidade. Com isso, as potências centrais poderiam se precaver contra crises mais avassaladoras, transferindo-a para outras partes do mundo, neste caso, o Rio de Janeiro, que ao final das obras de infraestrutura, remodelamento e do crescimento econômico que ocorreria em decorrência da transformação espacial, lhe restaria pagar a conta. Sendo assim, o que se almejava nesse movimento do capital era a reativação da circulação de mercadorias, produção de valor e manutenção das taxas do lucro do capital estrangeiro. Foi um negócio que se revelou bastante lucrativo para os países centrais envolvidos, pois os objetivos foram satisfatoriamente alcançados.

Neste sentido, o aspecto geográfico da circulação do capital mundial, descrita no “terceiro recorte” da crise, nos instrumentaliza, a partir de parâmetros confiáveis, a entender como uma cidade que, afundada numa crise econômica que produzia desdobramentos nefastos e desumanos no tecido social, encontra meios financeiros para se reformar. Este processo se deu por meio do ajuste no qual o capital excedente em um determinado país foi emprestado para outro país como meio de compra (em vez de meio de pagamento), o que contribuiu para a formação de novas forças produtivas. Pois, os problemas da necessidade realização futura – *capital fictício* – só poderiam ser resolvidos mediante a expansão da produção. Caberia então à cidade do Rio de Janeiro pagar os juros, a parte cabível ao capital financeiro, que serviriam de garantia para cobrir eventuais perdas de capital das promessas de realização futuras de mercadorias que eventualmente não se realizassem em empresas dos países centrais.

Neste processo são transferidos também os dilemas da produção e da acumulação pela acumulação para outras regiões ao mesmo tempo que intensifica a superacumulação em casa. Contudo, se faz necessária uma taxa de juros mais alta no país estrangeiro, que receberá o aporte de capital, do que em casa. Sendo assim, é possível aumentar a taxa de lucro média. Implicando, também, no barateamento dos elementos do capital fixo (máquinas e equipamentos) e dos bens salariais no mercado doméstico, através do aumento da taxa de exploração e do capital produzido. O novo Rio de Janeiro seria um espaço de extração de lucros para o capital estrangeiro, pois a superacumulação em casa só é aliviada se o capital monetário excedente – ou seu equivalente em mercadorias – for enviada ao exterior.

A modernidade estabeleceu um padrão produtivo em que as forças produtivas têm que ser usadas de certa maneira para o capital ser reproduzido. O trabalho assalariado tem que estar em vigor, a expansão geográfica exige uma expansão do proletariado em uma base global. Pois as crises são menos intensas com um aumento rápido da força de trabalho (HARVEY, 2013). A exportação das forças produtivas significa uma exportação de todo pacote do modo de produção capitalista., ou seja, modos de produção e consumo nos moldes da modernidade, em larga escala.

Contudo, o autor alerta que a distribuição das formas pré-capitalistas da economia e da indústria por meio da competição de produção de máquinas (auxiliada por custos de transportes baratos) obrigatoriamente converte países produtores de matérias-primas em uma divisão internacional do trabalho que produz espaços agrícolas que abastecem espaços industriais. Essa lógica acentua as crises pois o fluxo do capital se mantém constante. Por isso deve haver uma intensificação no modo de produção capitalista na nova região, caso contrário o ajuste é negado e as crises globais são inevitáveis (HARVEY, 2013, p.629).

São necessários investimentos em infraestrutura que permitam criar mais abertura de mercado, mais oportunidades de investimentos lucrativos. Este era o desejo dos atores responsáveis pela transformação espacial do Rio de Janeiro. Entretanto, a partir daí surgem novos dilemas com a intensificação da competição e industrialização do país de origem e o super acúmulo de capital na nova região a obriga a buscar seu próprio ajuste espacial para evitar desvalorizações internas. Evidentemente, tal possibilidade seria um problema das futuras gerações cariocas, não devendo ser objeto de preocupação dos seus gestores presentes.

Um desses gestores era o Presidente da República Rodrigues Alves (1902 – 1906) que era membro da elite cafeeira, fazendeiro de Guaratinguetá, com vínculos políticos ao período imperial. Inspirado pelos ideais modernos, com uma concepção mecânica e empirista e pela noção burguesa de progresso atrelada a progresso material. Alves assumiu o papel de captar o capital que viabilizaria o conjunto de reformas que há décadas se preparava para a capital brasileira. Com um governo composto majoritariamente pelo que ele considerava mais eficiente na época do ponto de vista técnico, tem como uma das primeiras iniciativas nesse sentido a construção de um porto moderno para o Rio de Janeiro.

Em seus discursos o presidente enfatizava veementemente a necessidade e a importância de se revitalizar e sanear a capital, transformando-a em símbolo do novo Brasil, trazendo benefícios relacionados a política de migração de mão de obra com o propósito do desenvolvimento econômico da nação. Como se percebe em seu discurso de posse:

Dedicando a minha atividade ao desenvolvimento moral e material do país (...) Aos interesses da imigração, dos quais depende em máxima parte o nosso desenvolvimento econômico, prende-se a necessidade do saneamento desta Capital, trabalho sem dúvida difícil, porque se filia a um conjunto de providências, a maior parte das quais de execução dispendiosa e demorada. É preciso que os poderes da República, a quem incumbe tão importante serviço, façam dele a sua mais séria e constante preocupação, aproveitando-se de todos os elementos da que puderem dispor para que se inicie e caminhe. A Capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo (*wikisource.org*).<sup>4</sup>

Afirmava ser papel do governo a execução de tal transformação espacial. Isso, talvez devido ao fato de aproximadamente 30 anos de inúmeras tentativas fracassadas do Estado de delegar o financiamento das reformas ao capital privado, através de concessões à execução das obras. Porém, as obras só se realizam através do erário público com o incremento de empréstimos tomados no exterior, pelo governo federal e pela prefeitura. As obras do porto da cidade que eram de responsabilidade do governo de Rodrigues Alves foram financiadas com empréstimos oriundos da Inglaterra. “Para financiar as obras de Pereira Passos, o governo conseguiu da Inglaterra um empréstimo de 136.000 contos (8.500.000 libras) quase metade da receita da União (312.000 contos, em 1903). Recorreu-se também a empréstimos internos” (*NOSSO SÉCULO, 1980, p. 34*).

A prefeitura também articulava para levantar fundos junto ao exterior para financiar suas intervenções espaciais. A Lei de 19 de novembro de 1903 também autorizou o prefeito a contrair um empréstimo de até quatro milhões de libras esterlinas. Em 31 de dezembro, o Conselho Municipal autorizou-o a oferecer o produto do imposto predial como garantia do empréstimo. Após algumas tentativas fracassadas, por meio de intermediários, devido a exigências dos credores extremamente desfavoráveis a Prefeitura, Passos tratou de levá-lo

---

<sup>4</sup> Apesar da utilização de uma página eletrônica de pesquisa como fonte, o discurso de posse de Rodrigues Alves, também, encontra-se disponível, apresentando o mesmo conteúdo, nos trabalhos de Benchimol e André Nunes de Azevedo.

na própria praça do Rio, por intermédio do Banco da República, sob as seguintes condições: o empréstimo de 4 milhões de libras seria emitido, por intermédio do banco, em 200 mil apólices ao portador, de 20 libras cada, ao tipo de 85%, vencendo juros de 5% ouro, com a amortização de ½%, sendo o resgate feito em 50 anos.

O produto do empréstimo destinava-se às obras públicas, assim como o resgate das apólices-papel, que seria feito por compra em praça, permuta de títulos ou sorteio (os tomadores podiam permutar dez apólices-papel por seis apólices-ouro do novo empréstimo) A renda do imposto predial seria entregue ao Banco da República para o serviço de juros e amortização das apólices-papel em circulação, sendo que a Prefeitura se obrigava a receber, como dinheiro, no pagamento do imposto predial, os cupões vencidos e apólices-ouro sorteadas. Estas seriam pagas no Rio, em Londres, Paris, Lisboa e Porto (BENCHIMOL, 1990, p.255)

Isso, sem dúvidas, viabilizou a realização de inúmeras obras de infraestrutura, remodelamento e embelezamento alterando não só a paisagem, mas, também, a dinâmica das relações comunitárias, como os laços de solidariedade vigentes por décadas entre os moradores, em várias regiões. Mas, curiosamente, afetou principalmente às regiões do centro da cidade que eram mais densamente populosas. Como foi o caso da região portuária onde se localizavam os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, onde se construiu a Avenida do Porto. Como também, na região que se construiu a Avenida Central, uma área que apresentava uma dinâmica socioeconômica peculiar, se constituindo, de forma simultânea, como uma importante concentração de habitações populares, pequenos comércios e serviços.

Neste sentido, não seria equivocado suspeitar que desocupar essa área em tempo recorde, sem qualquer tipo de indenização ou compensação a milhares de famílias, para receber os grandes empreendimentos comerciais e financeiros, ao longo da nova Avenida, não seria possível sem a adoção de deliberações autoritárias e o uso da força a quem ousasse resistir a chegada dos ventos modernizantes.

*Violação* foi uma palavra que se converteu em um instrumento prático nestas ações com a finalidade de se fazer as transformações saírem de fato do papel, sem necessitar do tempo necessário que deveria haver para a discussão deste abrangente e conturbado projeto urbano. Assim, negou-se a implementação de um debate popular na forma de negociação com o estabelecimento de indenizações justas às desapropriações considerando as particularidades de cada caso. Mas, uma Reforma Urbana nos moldes “democráticos” elevaria demais os custos. Sendo assim, que os mais pobres, então, pagassem essa conta.

#### **1.4 A exportação de mão de obra e a acumulação primitiva**

Para manter as taxas de lucros elevadas é necessário ter controle sobre a mão de obra que se encontra na forma de mercadoria, podendo seu valor de custo interferir na dinâmica de reprodução do capital. Daí a necessidade de um exército de mão de obra excedente que serviria para diminuir o poder de barganha da mão de obra que está inserida no processo produtivo. Porém, quando ocorre um aumento exponencial de exército de reserva e uma correspondente desvalorização da mão de obra ativa, isso termina por produzir uma consequente superacumulação de mercadorias e desvalorização das mesmas devido à queda no consumo. Sendo assim, existe uma medida certa para o excedente de mão de obra.

A acumulação do capital é o aumento do proletariado, cuja origem está na acumulação primitiva. Este tipo de acumulação está associado às formações sociais pré-capitalistas e intermediárias. Quando se esgotam essas possibilidades de acumulação, a tendência é a busca de novas forças de trabalho. Considerando que o Rio de Janeiro passava por esse processo, não foi por acaso a fixação do presidente Rodrigues Alves pela atração da mão de obra

estrangeira. Pois, com a desejada constituição de um mercado com mão de obra abundante a partir da formação de um exército industrial de reserva nacional, se poderia estabilizar as taxas de lucros por meio da desvalorização da mão de obra.

Por outro lado, no que se refere aos países centrais, uma acelerada desvalorização da mão de obra devido à superpopulação e a um exército industrial de reserva demasiadamente inchado levaria a uma desvalorização das mercadorias devido à tendência de diminuição do consumo. Isto, inevitavelmente, levaria a uma diminuição das taxas de lucro e a um quadro de superprodução. Sendo assim, a exportação de mão de obra dos países centrais às terras brasileira também seria de bom grado a *gregos e troianos*<sup>5</sup>.

Podemos verificar no Rio de Janeiro a tentativa de atração de mão de obra estrangeira através de políticas sanitárias de combate às epidemias que, mais tarde, estariam ligadas à Revolta da Vacina. Além da produção de um novo espaço urbano, o saneamento do Centro era uma das prioridades e teria todo esforço e empenho do governo federal e municipal para este fim. Afinal, era imprescindível alterar a imagem negativa do Rio de Janeiro no exterior devido as constantes epidemias que assolavam a cidade. Caso contrário, dificilmente um trabalhador estrangeiro se aventuraria em vir ao Brasil.

Mesmo que se tratasse de uma mão de obra degradada e excedente em seus países de origem, supor que essas pessoas preferissem a morte em um país estrangeiro é demasiado controverso. Assim, a habitação popular no centro da cidade do Rio de Janeiro se converteu no principal foco de atuação das frentes sanitária e organizacional do espaço.

Um aspecto desumanizador do capitalismo é a condição da mão de obra, entendida enquanto mercadoria. Contudo, essa mercadoria humana possui atributos especiais que vão interferir em sua mobilidade pelo espaço geográfico. Diferentemente de outros tipos de mercadorias, a mão de obra se leva ao mercado de trabalho sem a ajuda de ninguém. O capital não tem controle direto sobre sua reprodução, mas possui um controle relativo sobre sua mobilidade. O controle relativo está associado a suposta ideia de liberdade atribuída a mão de obra. Liberdade ancorada nos ideais burgueses dos direitos humanos e liberdades civis. Mas, “liberdade suposta” porque esta apresenta um caráter dual, devido ao fato do assalariamento do trabalho, a liberdade do trabalhador se mover é transformada em seu exato oposto. Em busca de trabalho e salário para atender suas necessidades reprodutivas, ele é obrigado a acompanhar o capital para os lugares que ele flua.

As exigências do capital são atendidas por meio das diferenças salariais, podendo, assim, coordenar o movimento do trabalhador, pois a versatilidade e mobilidade geográfica do trabalhador são essenciais para a fluidez do capital. Por sua vez, o trabalho assalariado produz uma “indiferença”, tanto para o capital como para o trabalhador, com relação ao conteúdo do trabalho – sendo o conteúdo do trabalho genericamente tratado como mera força de trabalho – , condição responsável também por desarticular os modos de trabalho e de vida tradicionais. Sendo assim, a mobilidade geográfica “livre” da força de trabalho surge como uma condição necessária à acumulação do capital, podendo este adotar novos processos de trabalho se aproveitando de localizações de sua preferência (HARVEY, 2013, p.555).

Entretanto, esse processo apresenta sua contradição, assim como outras várias inerentes ao modo de produção capitalista. Essa liberdade deve ser limitada porque o exército industrial de reserva deve se manter em um contingente determinado em determinado local para que seja possível gerar acumulação. Esta limitação pode se dá por meio de vias legais ou até mesmo mecanismos sociais<sup>6</sup>. Com isso, as políticas de emigração e imigração podem ser

---

<sup>5</sup> O termo se refere a uma condição que favoreceria tanto aos países exportadores de mão de obra quanto aos importadores, pelo menos em um primeiro momento. Ver a ênfase dada a imigração de mão de obra no discurso de posse de Rodrigues Alves à presidência da República.

<sup>6</sup> Como a posse e renda da terra.

manipuladas a pedidos de determinados capitalistas<sup>7</sup>. Porém, não há uma coordenação integrada entre os capitalistas para essas exigências, pois isso ocorre de maneira difusa, não representando uma questão evidente de qualquer ponto de vista.

O trabalhador é “livre” pelo processo de acumulação primitiva do controle sobre os meios de produção, incluindo a terra. A dualidade da liberdade se traduz em maneiras radicalmente diferentes de encarar essa mobilidade. A força de trabalho se desloca pelo mundo evitando escapar das depredações do capital e das piores explorações. Mas isso, também, se manifesta por meio dos próprios ajustes provenientes do capital. Assim sendo, podemos dizer que, em última instância, as leis que governam o movimento geográfico dos trabalhadores – capital variável – são as mesmas que regulam a mobilidade e a acumulação do capital em geral, pois o capital se vale dessa busca eterna dos trabalhadores por melhores condições de vida, por meio do salário (HARVEY, 2013, p.556).

Obviamente, como se trata de uma liberdade relativa, como vimos, a força de trabalho em alguns casos precisa ser “seduzida” a migrar. Essa “sedução” para atrair mão de obra no caso do Rio de Janeiro, ocorre por meio da venda da imagem no exterior de uma cidade próspera, saneada, com uma população ordeira. Se aproveitando de espaços degradados e uma superpopulação de trabalhadores em excesso nos centros do capitalismo, o Estado brasileiro promove campanhas nas quais se prometia renda, trabalho e acesso à terra.

Em suma, prometia-se a essas pessoas uma melhor condição de vida, ainda que isto não viesse a se converter em realidade de fato. De fato, é de se supor que uma exportação de capital com destino ao Brasil deveria ser acompanhada de uma igual exportação de mão de obra, seguindo o fluxo do capital, de modo geral, com esperanças de uma melhor condição de vida.

Evidentemente, que a política de imigração teve seu ápice com relação a resultados efetivos em momento posterior a Reforma Urbana de Pereira Passos com as transformações já consolidadas e a imagem de um país de oportunidades, junto ao exterior, revigorada.

Para cá vieram italianos, portugueses, espanhóis, alemães, austríacos, russos, além de outras nacionalidades e grupos étnicos de menor expressão numérica como suíços, húngaros, poloneses, tchecos, judeus. Vieram também japoneses, sírios e libaneses, desejosos de tentar a vida no Brasil (...). Os imigrantes que para cá vieram usaram recursos próprios ou foram subvencionados por seus países de origem, pelos fazendeiros brasileiros, e ainda pelo governo federal ou dos estados. Dos cerca de 3 milhões e meio que entraram no Brasil entre 1890 e 1929, estima-se que quase a metade chegou nas décadas de 1910 e 1920. As principais razões da vinda de tantos imigrantes nesse período foram, na década de 1910, o sucesso do programa de valorização do café e a adoção de uma política de incentivo à imigração (*cpdoc.fgv.br*).

O sucesso alcançado pela reforma urbana pode ser expresso na tabela (figura 1) com um aumento exponencial da entrada de imigrantes no Brasil durante e nos anos posteriores à reforma. A política de atração de mão de obra serviria, além de abastecer o mercado interno com mão de obra, para reforçar o exército industrial de reserva nacional, em que a força de trabalho negra seria deslocada, por meio da exclusão e do racismo, para esta função. Exclusão e racismo estavam associados também ao projeto, que corria paralelamente neste período, de branqueamento e adoção de hábitos culturais europeus, entendidos como “civilizados”, da população brasileira.

---

<sup>7</sup> Haja visto que no caso brasileiro a imigração de mão de obra estrangeira era uma exigência, principalmente, dos produtores de café ao Estado. Podemos citar também questões como o racismo, sexismo, a intolerância religiosa e o nacionalismo que atuam dividindo a classe trabalhadora com a finalidade de favorecer seu controle e a circulação do capital.

**Tabela 1.** Imigração líquida: Brasil, 1881 - 1930 (em milhares).

	Chegadas	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses
1881-1885	133,4	32	47	8	8	–
1886-1890	391,6	19	59	8	3	–
1891-1895	659,7	20	57	14	1	–
1896-1900	470,3	15	64	13	1	–
1901-1905	279,7	26	48	16	1	–
1906-1910	391,6	37	21	22	4	1
1911-1915	611,4	40	17	21	3	2
1916-1920	186,4	42	15	22	3	7
1921-1925	386,6	32	16	12	13	5
1926-1930	453,6	36	9	7	6	13
	3 964,3	29	36	14	5	3

Fonte: Leslie Bethell (ed.), *The Cambridge History of Latin America*, vol IV, p. 131.

## 2 CAPÍTULO II

### A TRANSFORMAÇÃO AUTORITÁRIA DO ESPAÇO CARIOCA: A HABITAÇÃO POPULAR EM XEQUE

Se o ajuste espaço-temporal alavancou a Reforma Urbana de Pereira Passos, a habitação popular da cidade foi o elo entre esta e a Revolta da Vacina. Por meio delas se desencadearam as principais intervenções autoritárias do poder público. Para as demolições e desapropriações foram direcionados a maior parte do capital oriundo dos países centrais. Sendo assim, a reforma concentra suas energias na habitação popular, ou seja, o “cortiço” estava em xeque.

Com uma descrição das principais intervenções espaciais na cidade do Rio de Janeiro, atribuição das diferentes esferas de poder, inspiradas na grande Reforma Urbana de Paris, poderemos analisar seus efeitos imediatos, a mudança da forma da habitação para a forma do habitar: *o habitat* nos ajudará a compreender, juntamente com o componente racial, o autoritário processo de segregação socioespacial que fez parte do caldo que culminou na insurreição popular da Revolta da Vacina.

#### 2.1 Paris: um modelo para o Rio de Janeiro.

Rodrigues Alves nomeia, em 1902, o engenheiro Francisco Pereira Passos como prefeito da capital federal do Brasil e o incumbe de coordenar uma drástica e radical reforma urbana na cidade, até então, sem precedentes. A ideia, de modo geral, era transformar a velha cidade colonial em uma nova cidade moderna. E eliminar uma série de supostos “problemas” que já estavam consolidados há bastante tempo neste espaço urbano, alvos de críticas de parte da sociedade civil e imprensa.

A nomeação de Passos à prefeitura se baseou em critérios específicos que atendessem às condições que se desejava para a cidade do Rio de Janeiro. Uma cidade inspirada nos ideais da modernidade, alinhados com a noção de progresso material e especialização dos usos do espaço, como também, fluida para o capital, trabalho e para a circulação das tropas destinadas ao controle popular, ou seja, organizada de acordo com às novas exigências do modo de produção capitalista deste período.

Sendo assim, nos inclinamos a crer que o fato de Pereira Passos ter acompanhado de perto a grande reforma urbana ocorrida em Paris, na segunda metade do século XIX, sob a administração de Georges-Eugène Haussmann - conhecido por seus métodos draconianos e despóticos nas ações de desmobilização à resistência proletária através da transformação do espaço urbano da capital francesa - tenha pesado consideravelmente para sua escolha.

Em Paris, foram abertas largas artérias com a finalidade de facilitar a circulação dos fluxos de capitais da economia capitalista e das tropas policiais, principalmente na área central. O centro parisiense era densamente ocupado pela população trabalhadora, criando um tipo de conglomerado que favorecia a organização de motins e rebeliões operárias. O arranjo urbano na forma de ruas estreitas, pequenas vilas e vielas que dispunham de inúmeras habitações populares favorecia a construção de verdadeiros Bunkers, convertendo essas áreas em verdadeiros espaços de resistência da classe trabalhadora contra o Estado burguês da França.

Haussmann capitaneou uma transformação socioespacial sem precedentes em Paris. Seus métodos reformistas foram baseados, principalmente, no autoritarismo e na truculência na execução de inúmeras demolições de habitações populares da área central. Essa medida foi

responsável por compelir um exército de desabrigados a se deslocar para as regiões periféricas da cidade. Assim, como ocorreria mais tarde na cidade do Rio de Janeiro, a Reforma Urbana Haussmann efetuiu uma mudança na relação de uso da população com os espaços. Por meio das ações de embelezamento estratégico e político, milhares de pessoas tiveram seu cotidiano e suas relações de vizinhança desorganizadas levando a um rompimento dos vínculos de solidariedade mútua da comunidade, dos laços de amizade, da proximidade com os postos de trabalho e de uma rede de organização de luta política e social na área central de Paris.

Além de pulverizar uma classe trabalhadora rebelde e organizada do centro da cidade, as demolições abriram caminho para a destruição das barricadas, construção de vias e praças que, além de “embelezar”, favoreceriam a rápida circulação das tropas oficiais que, a partir daí, poderiam operar para reprimir, de maneira instantânea, distúrbios operários, em áreas que antes eram impenetráveis ao poder público. É importante salientar essa polivalência das transformações espaciais, pois, também se tratava da preparação à chegada da modernidade na cidade que, além da questão do controle da classe trabalhadora, também, atendia aos novos interesses e necessidades do capitalismo, como afirma Fabris (2010: 175, apud LIMA, Natália D., 2018: 2):

Ao remodelar a cidade, o barão matara a rua e o quartier para criar os grandes boulevards. Dessa morte advém uma série de transformações nos serviços e informações conectados a várias maneiras à vida doméstica. O contexto da indústria era o quartier- coeso, separado e conhecido intimamente - entrelaçando negócios e formas de sociabilidade: a burguesia “do bairro” era também parte do quartier. Ao homogeneizar os negócios da cidade, o prefeito de Paris abre campo desimpedido para a livre empresa: os grandes magasins serão o signo e o instrumento da substituição de uma nova forma de capital por outra, que obedecia a lógica geral do processo de haussmanização. A mercadoria sai o quartier e a compra é transformada em questão de habilidade mais ou menos impessoal; dá-se uma mudança radical na natureza dos serviços, com segmentação de tarefas, especialização da mão de obra, aniquilação do artesanato como sujeito histórico e consolidação do trabalho assentado no processo industrial (2010: 175, apud LIMA, Natália D., 2018: 2).

Essa desorganização do cotidiano popular, através de ações políticas de demolição e remoção das habitações populares se revelou bem-sucedida. Este processo também foi responsável pela alteração na forma de habitar, ou seja, assim ocorre a produção do *habitat*<sup>8</sup>. Os longínquos subúrbios e periferias se desenvolveram a partir da ocupação e concentração dessa população que fora solapada das moradias populares do centro parisiense. Essa população excluída passou a ocupar um novo espaço: o espaço da exclusão. Deste modo, estes indivíduos não mais “atrapalhariam” o movimento do capital no novo Centro. Um Centro revitalizado e fluido ao capital.

A formação do subúrbio e sua conversão em *habitat* da classe trabalhadora se mostrou como uma eficiente estratégia política do poder público para a efetiva desmobilização de luta desta classe. Ao mesmo tempo que garantiria o controle desta pelo afastamento dos espaços importantes ao capital. Esse processo se deu tanto em Paris, com a Reforma de Haussmann, como no Rio de Janeiro com a Reforma Passos, décadas mais tarde. É de se supor que a experiência de Paris revelou a Pereira Passos que os mesmos métodos de execução poderiam ser replicados no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a habitação popular deveria ser encarada como o eixo que articularia, de modo complementar, a base de vínculos da rede comunitária com a organização da luta política e social. Deste modo, assim como em Paris, no Rio de Janeiro a habitação popular também teve um protagonismo equivalente nas incursões do poder público.

---

<sup>8</sup> Com relação ao conceito de habitat estamos alinhados à concepção desenvolvida por Mauricio de Abreu.

E, de fato, na cidade do Rio, a Reforma Urbana de Pereira Passos seguiu roteiro semelhante, com relação aos métodos e objetivos. As habitações populares foram o principal alvo das intervenções públicas. Sendo assim, buscou-se eliminar as moradias de uso popular, em sua maioria, localizadas no centro da cidade, isto é, um espaço que inseria a massa trabalhadora na atmosfera das decisões políticas devido à proximidade dos centros de poder. Também, a forma de habitar estabelecida, conferia a esta população uma maior capacidade de resistência, contra operações das tropas oficiais.

O centro do Rio de Janeiro também concentrava em seu espaço o compartilhamento dos usos. Era o espaço, não só do habitar (de todas as classes da pirâmide social), mas também das transações comerciais. O operariado e outros tipos de trabalhadores cariocas, compartilhavam, assim como em Paris, um cotidiano em comum, enraizado e produzido socialmente no decorrer de décadas. Esses trabalhadores, em muitos casos, trabalhavam juntos, moravam juntos, usufruíam do mesmo tipo de lazer e compartilhavam as dores e necessidades um dos outros. Neste processo, desenvolve-se uma rede de proteção social por meio da solidariedade, criada a partir do convívio. Aliás, em um período de elevado índice de desemprego estrutural e custo de vida, uma rede de solidariedade comunitária era fundamental, ou seja, uma questão de sobrevivência à esta população.

Contudo, trabalhadores, estudantes, desempregados compulsórios que compunham a população do centro da cidade e sofriam por meio das políticas econômicas austeras, como o arrocho na renda e o caríssimo custo de vida, também, enfrentariam um dos maiores programas de transformação espacial e social que a cidade do Rio de Janeiro passaria em sua história: a Reforma Urbana Pereira Passos que, também, englobava a Reforma Sanitarista de Oswaldo Cruz, como analisaremos mais adiante.

## **2.2 As obras do governo federal**

A Reforma Urbana Pereira Passos pode ser interpretada a partir de duas frentes que constituem seu arranjo: a frente urbanística (obras estruturais e de embelezamento) e a sanitaria (erradicação das epidemias). As duas focaram suas incursões nas habitações populares. A sanitaria ficou sob a incumbência do Governo Federal, com o apoio da prefeitura da cidade e na urbanística ocorreu uma divisão de tarefas entre o governo federal e municipal em sua execução.

Ficou sob a incumbência do Governo Federal as obras de melhoria do cais do porto, as construções da Avenida Central e da Avenida Rodrigues Alves que margeava o próprio porto. Essas obras que ficaram a cargo do governo de Rodrigues Alves eram consideradas estratégicas para as finalidades do governo de avançar com a pauta de modernização do espaço urbano, dotando-o com condições favoráveis a realização do capital, pois seriam fundamentais para a viabilização da circulação e distribuição de mercadorias pelo tecido urbano, através de um movimento mais dinâmico tanto das mercadorias que entrassem na cidade pelo porto como para as que saíssem.

Entretanto, havia o fator de que no espaço onde se pretendia executar estas obras tratava-se de regiões densamente povoadas e, ao mesmo tempo, consideradas as mais insalubres e “violentas” da cidade, como veremos melhor adiante. Por isso, não foi por acaso que estas regiões tiveram toda a atenção e foco do Governo Federal, pois, tais condições se mostravam como significativas às suas pretensões. Sendo assim, nestas áreas se destacaram, em termos quantitativos, as incursões autoritárias e violentas de demolições, remoções e sanitárias. Esta última, inclusive, serviu de estopim para a eclosão da Revolta da Vacina (*BENCHIMOL, 1990*). Matéria do Jornal do Comércio, de 21 de maio de 1903, já anunciava

e tornava pública as justificativas para a execução das transformações espaciais nessa região da cidade:

(...) nos bairros da Saúde, Gamboa e Saco de Alferes, cuja higiene e costumes não são atualmente dos mais tranquilizadores (...) sobre lugares hoje cobertos de água se abrirão ruas novas e se prolongarão as existentes. Todas essas virão desembocar na grande avenida que margeara todo o litoral, desde a rua de São Cristóvão até a que tem saída no atual Largo da Prainha (referia-se à Avenida Central) e, como esta, arborizada, iluminada a luz elétrica. (*BENCHIMOL, 1990, p 227*).

No âmbito de adequar a cidade as novas necessidades, baseadas nos moldes do capitalismo moderno, tais ações eram encaradas como proeminentes para o Governo Federal, pois seria fundamental, também, para outro objetivo, considerado como uma das prioridades pelo presidente: ampliar a capacidade da cidade de atrair mão de obra imigrante.

Na dinâmica capitalista é amplamente difundido, a partir das análises dos preceitos marxistas, baseados nos escritos do livro d'*O capital*, quais são principais pretensões ao se importar mão de obra. Trata-se de se buscar o desejado barateamento da mão de obra local pelo aumento da competitividade, viabilizada com a formação de um exército de reserva robusto de trabalhadores. A importação de trabalhadores era uma questão que se apresentava em pauta desde a abolição da escravatura. A mão de obra negra recém liberta fora preterida, mas, por outro lado, serviria para engrossar o exército industrial de reserva.

Deste modo, apesar da disponibilidade dos trabalhadores negros, na condição de assalariados, ainda assim, um dos objetivos da reforma era atrair a mão de obra imigrante. Mas, para isso era necessário sepultar a imagem negativa que possuía o Rio de Janeiro no exterior na qual, devido às constantes epidemias de doenças, de modo nenhum, se mostrava atrativa ao estrangeiro como destino para a busca de melhores condições de vida. Nesse sentido, na condição de porta de entrada do país, o Porto do Rio de Janeiro tinha um protagonismo neste processo, reafirmando a necessidade de sua centralização pelo Governo Federal.

Evidentemente, havia objetivos comuns entre poder público brasileiro e o capital nacional. E, esses objetivos, eram justamente a atração de investimentos externos, mão de obra estrangeira e propiciar uma circulação fluida de mercadorias pela cidade. A circulação mercadorias, ou seja, a viabilidade de seu deslocamento pelo espaço, englobaria as condições prescritas pela modernidade de fluidez do capital, no qual se destacaria seu principal preceito: a primazia da mercadoria - simbolizada pelo destaque recebido através de sua exposição nas vitrines das lojas do comércio – a partir da segunda metade do século XIX.<sup>9</sup>

Benchimol destaca as ações que iriam de encontro com esta concepção. Ações que se manifestam no papel exercido pelo Estado em centralizar em suas mãos o controle das obras do cais do porto. O autor nos fornece algumas contribuições que nos ajudam a compreender os principais propósitos do capital e do Estado no que tange adequar a cidade do Rio de Janeiro aos moldes da modernidade.

O porto já mudara gradativamente em sua função nas décadas anteriores, perdendo importância como plataforma de exportação e ganhando importância na condição de porta de entrada de mercadorias. Contudo, sua capacidade de escoamento era precária. A tarefa que seria mais espinhosa no sentido potencializar a nova função do Porto do Rio de Janeiro de abastecimento e escoamento de mercadorias pelo tecido urbano, seria liberar mais espaço para a sua ampliação e construção de avenidas largas que facilitariam a circulação. Com isso, a “limpeza” da porta de entrada da cidade era uma condição exigida pela modernização.

---

1 Observou-se esta prática pela primeira vez nas lojas comerciais de Paris após a Reforma Urbana Haussmann, onde as mercadorias sobre o um pedestal eram expostas através de uma vitrine aos transeuntes.

(...) o aspecto mais importante a ser ressaltado é o da mudança de função do Porto do Rio de Janeiro, que perdia cada vez mais sua importância como porto exportador de café, afirmando-se, em compensação, como centro distribuidor de artigos importados e como mercado de consumo (*BENCHIMOL, 1990, p 219*).

Neste caso, de modo a dar sentido às obras do porto, estava um projeto ambicioso e dramático para as camadas populares residentes do local, a construção de duas grandes avenidas que estabeleceriam a conexão entre a região portuária e outras regiões da cidade. Uma delas foi a Avenida Central, bastante conhecida pelo carioca do tempo presente como Avenida Rio Branco. Esta avenida serviria para fazer a conexão de bens e serviços entre o porto e a região nobre da cidade que, neste período, estava em franca expansão e viria ser conhecida, posteriormente, como Zona Sul. A Avenida Central, em seu planejamento, decidiu-se que cruzaria o Centro de mar a mar e ligaria a Avenida do Porto (segunda grande avenida), no cais da Prainha, à também futura avenida Beira-Mar (acesso a Zona Sul e de incumbência da Prefeitura). Junto com a construção da Avenida Central seria necessário construir e/ou alargar outras ruas ao seu redor, facilitando a circulação dos bens e serviços pelas áreas comerciais. Estas últimas ficaram sob a responsabilidade do prefeito Pereira Passos.

A segunda avenida que relataremos é a Avenida Rodrigues Alves, a princípio nomeada de Avenida do Porto. Esta, como já mencionado, margearia o próprio porto e facilitaria o escoamento das mercadorias tanto em sua entrada quanto em sua saída da cidade. Ela ligaria o porto à Avenida Central em uma de suas pontas e na outra à região do Caju. Daria acesso ao bairro de São Cristóvão (ainda possuía um status nobre) e a Zona Norte<sup>10</sup> como um todo.

### **2.3 O discurso da prosperidade e as consequências sociais**

Era comum o discurso de defesa, por vários setores da sociedade, da necessidade de uma reforma urbana para a cidade do Rio de Janeiro. A ideia era sedutora e parecia algo razoável e necessário para o bem-estar da população carioca; algo até certo ponto visionário e indutor de prosperidade ao povo. Este era o conteúdo ideológico dos discursos difundidos pelos defensores da reforma. Como podemos observar nas palavras de Benchimol, parafraseando, discurso proferido na inauguração da Praça da Glória, em 1906.

A tônica do discurso era, naturalmente a celebração a regeneração estética e sanitária da capital. Seu autor busca demonstrar que essa transformação resultou de uma luta contra o passado. Historiando a formação do Rio de Janeiro, apresenta-se como um processo evolutivo que compreende duas etapas: a primeira, caracterizada pela luta do homem contra os obstáculos naturais que tolham a expansão da cidade (braços de mar, pântanos, morros etc.) (*BENCHIMOL, 1990, p.209*).

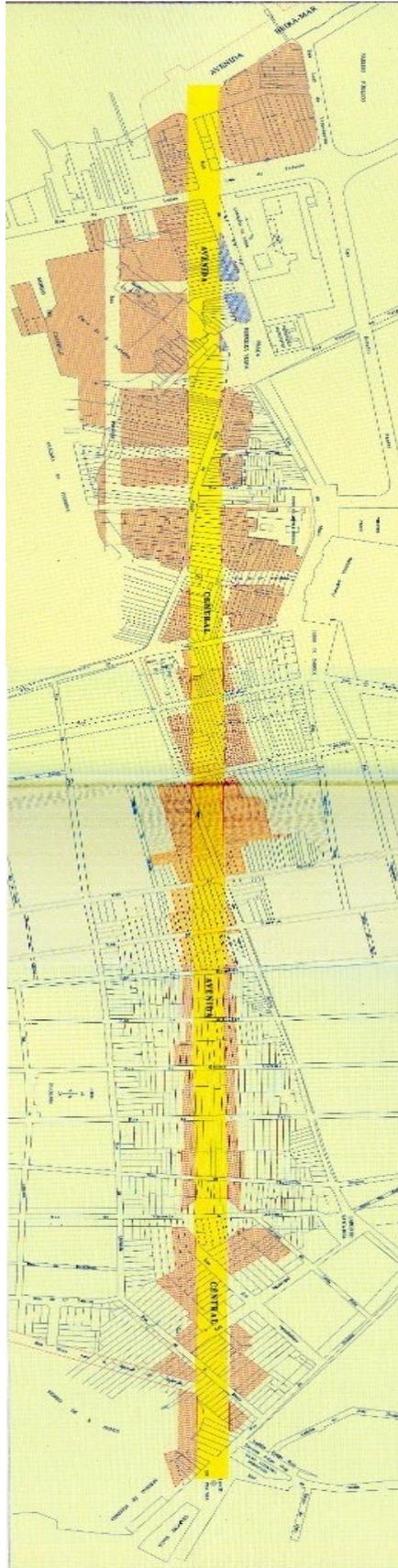
Entretanto, através de uma análise mais aprofundada e crítica a posteriori, os meios que foram utilizados neste processo e os seus desdobramentos se mostram autoritários, estarrecedores e por demais desumanos. No âmbito de uma hierarquia de classes, a reforma penalizou demais quem já era bastante fragilizado socialmente. Por exemplo, onde atualmente se localiza a Avenida Rio Branco era uma das regiões mais densamente habitadas da cidade, juntamente com a região portuária, como já mencionado. Além de inúmeras habitações

---

<sup>10</sup> Região constituída, excetuando-se poucos bairros, de bairros periféricos pobres. Situada na posição Norte em relação ao grande maciço costeiro da Tijuca. Marcação de zonas da cidade que passou a vigorar posteriormente.

proletárias que abrigavam milhares de famílias, havia grande quantidade de pequenas oficinas, lojas comerciais, pequenas fábricas e uma infinidade de empreendimentos dos quais dependia o sustento de muita gente. Para sua abertura foram demolidos cerca de seiscentos prédios, nos quais viviam inúmeras famílias numerosas (ver figura 1).

Esta avenida foi projetada para ser um tipo de símbolo do capital e dos valores da época, pois lá foram construídas as melhores casas comerciais e prédios monumentais, grandes hotéis, clubes e prédios do governo, como por exemplo, a Biblioteca Nacional, o Supremo Tribunal Federal (atual Centro Cultural Justiça Federal), o Teatro Municipal e a Escola de Belas Artes. Essa simbologia seria construída sob muitos escombros de habitações populares e com custo de milhares de desabrigados.



**Figura 1** – Planta do traçado da Avenida Central. A parte amarela se refere ao traçado da avenida. A vermelha, a abrangência das demolições (Rezende, Renato, 2002, p. 10 – 11).

A maioria dos pequenos empreendedores, artesãos, comerciantes que, desta região, tiravam seu sustento não conseguiram se restabelecer em outro lugar, tiveram o pão arrancado de suas mesas com a perda de seu lugar de trabalho. Muitos perderam também sua rede de clientes. A maioria das lojas e oficinas eram alugadas, sendo assim, somente o proprietário do imóvel receberia, em última instância, algum tipo de indenização com as demolições.

Com a finalidade de poupar recursos com o pagamento de indenizações devido as demolições, Passos criou um dispositivo legal, considerado por muitos juristas inconstitucional, na época. Criou-se uma lei de exceção em que os imóveis que fossem julgados, por agentes da prefeitura, na condição de estado de ruínas, a própria Prefeitura definiria o valor a ser pago como indenização, ou até mesmo, poderia desapropriar sem nenhum tipo de indenização.

O caráter autoritário desta medida, objeto das críticas recebidas, se manifestou através da violência aos atingidos, principalmente, aos pequenos proprietários e aos arrendatários dos imóveis. Isto, se revelou como uma medida que causou a despossessão de direitos fundamentais à dignidade humana: a habitação e o trabalho.

Tal dispositivo, como esperado, baixou consideravelmente os gastos da Prefeitura com as indenizações, porém, aumentou o custo, principalmente, das populações mais pobres; que, de fato, tiveram que pagar pela economia da Prefeitura. Sendo assim, a construção das avenidas Central e do porto agravou o desemprego que já atingia níveis alarmantes na época. E os moradores locais tiveram que começar do zero um novo cotidiano, uma nova vida, ou nos longínquos subúrbios ou mesmo nos morros e mangues da periferia do Centro, como veremos mais detalhadamente adiante. Não foi por acaso que a Avenida Central teve uma estratégia específica para sua construção, como nos relata o fragmento a seguir.

(...)Por estratégia política, Frontin desencadeou uma operação rápida e fulminante, atacando os trabalhos, simultaneamente, no centro e nos extremos da avenida (...) A necessidade de uma ação rápida decorria do enorme custo social e político da obra. A avenida (e o elenco de normas e proibições que acompanharam sua construção) desabrigou milhares de pessoas e desorganizou, drasticamente, seu quadro cotidiano de existência; varreu, em seu caminho, além das casas de cômodos e cortiços, uma infinidade de pequenos estabelecimentos comerciais, oficinas e fabriquetas (BENCHIMOL. 1990).

O engenheiro Paulo de Frontin foi fundador da Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil, em 1890, no mesmo ano recebeu a concessão de realizar as obras de melhoramentos do Porto, pelo ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Francisco Glicério; concessão posteriormente revogada em 1903 por Rodrigues Alves. A empresa de Frontin teve um grande crescimento se beneficiando pela política do encilhamento e através de inúmeras concessões de obras públicas recebidas.

A Melhoramentos do Brasil diversificou seus negócios a partir dos vultuosos lucros que obteve no período, passando a atuar em outros ramos, como na produção de café e cacau, por exemplo. Também se associou a diversas outras empresas, como a do, também engenheiro Vieira Souto que, posteriormente, iria fazer parte da supervisão técnica das obras do Porto.

Os planos de explorações da Melhoramentos foram utilizados de base para o projeto supervisionado pela Comissão de Obras do Porto, chefiada pelo engenheiro Francisco Bicalho. No mesmo ano em que revogou a concessão da Melhoramentos do Brasil para as obras do porto, Rodrigues Alves nomeou Paulo de Frontin como chefe da Comissão Construtora da Avenida Central, ficando, deste modo, tudo “em família” (BENCHIMOL, 1990).

A rapidez na execução da obra foi a estratégia utilizada pelo poder público e tinha como propósito não dar tempo de reflexão para a população que seria afetada. Isto é, a população não se daria conta, em tempo hábil, dos enormes custos que se manifestariam contra eles. E isto, também, pouparia o Estado de enfrentar uma resistência mais intensa. Contudo, a estratégia de Frontin só foi exitosa em parte, pois, em um primeiro momento, logrou êxito, não dando tempo de reação à população, mas cobraria um preço mais adiante. Com o prolongamento das obras, essa violência sofrida, associada a outras, serviria lenha para a fogueira que ardeu por meio de uma das maiores revoltas urbanas da História do Brasil: a Revolta da Vacina.

## **2.4 As obras do governo municipal**

Ao projetarmos nosso olhar para a História do Rio de Janeiro, perceberemos que o Estado sempre privilegiou em suas ações, dentro da hierarquia das classes sociais, a classe dominante. Principalmente após a tomada do poder pela elite econômica, com a inauguração da República, concentrou-se a estrutura e os equipamentos da cidade em seus espaços de uso e em favor de sua própria qualidade de vida. Aliás, esta camada social sempre esteve diretamente envolvida na esfera política do país, atuando ideologicamente na elaboração das propostas e objetivos que foram operados no espaço e no tempo. Isto, evidentemente, também ocorreu no âmbito das obras designadas como de responsabilidade da prefeitura e do governo federal, durante a Reforma Urbana de Pereira Passos.

Cabe destacar como papel da prefeitura, neste processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, baseado nos princípios da modernidade, o Estado promovendo a expansão de uma região aburguesada em direção ao Sul do maciço litorâneo da cidade, conhecido como Maciço da Tijuca. Sendo dotada, principalmente, por obras de saneamento e bons serviços de transportes públicos, essa região se estabelece como lugar de moradias da classe dominante, seguindo uma tendência anunciada desde a segunda metade do século XIX quando o arrabalde de Botafogo superou o de São Cristóvão na hierarquia do status social entre os bairros - alteração, na qual pesou a seu favor, a localização privilegiada do bairro (Botafogo), próxima ao centro da cidade (localização dos bens culturais e comerciais) e repleta de belezas naturais (praias e florestas tropicais) - . Este fato já indicava uma mudança no imaginário do status social, no qual a proximidade ao mar e aos parques de florestas tropicais adquire relevância no sentido de maior qualidade de vida.

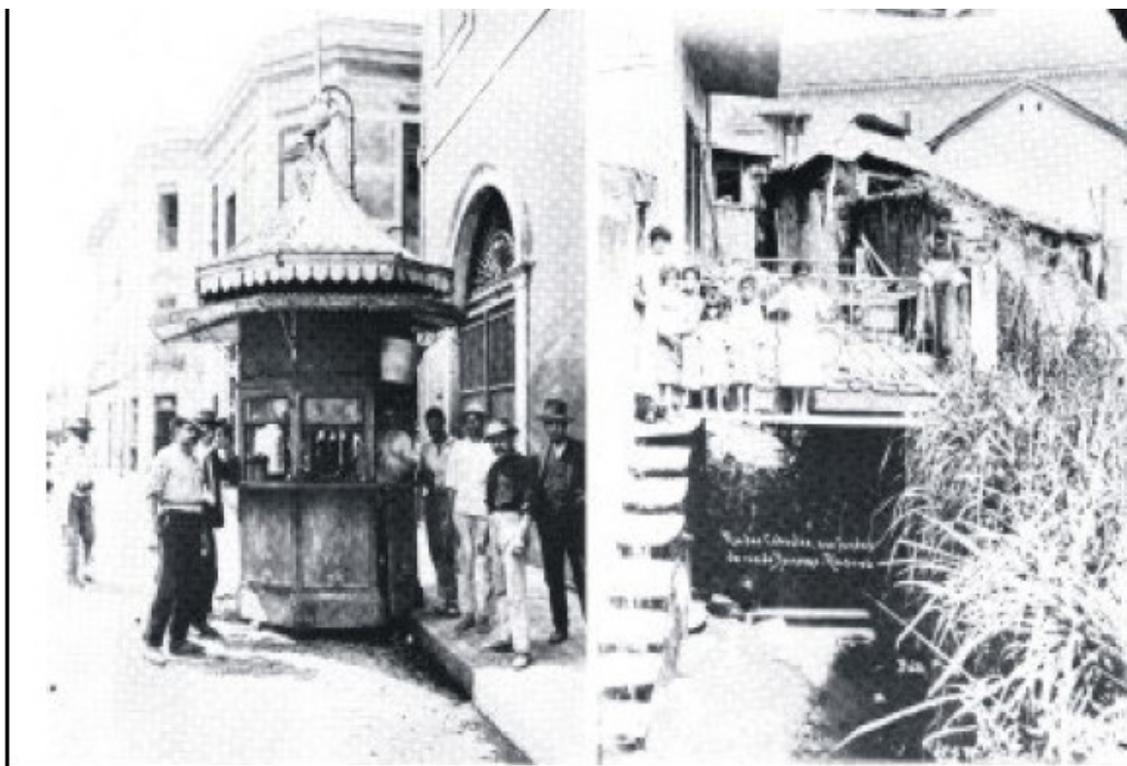
Uma das atribuições do prefeito Pereira Passos era realizar as desapropriações e demolições da área central, através das obras de abertura e alargamento das vias e embelezamento, as quais se organizariam de maneira complementar às intervenções do Governo Federal. Com relação a essas obras de embelezamento as ações empreendidas foram: a Praça XV, o Largo da Glória, o Largo do Machado, a Praça São Salvador, a Praça Onze de Julho, o Passeio Público e a Praça Tiradentes que foram agraciados com estátuas imponentes e/ou tiveram jardins melhorados (ABREU, 1988, p.61).

As ruas do Centro, Botafogo e Laranjeiras passaram por um surto de arborização e as estradas do Alto da Boa Vista sofreram várias modificações (id. *ibid.*, p. 61). Já nas obras de saneamento Passos priorizou os emergentes bairros elitistas, em detrimento do subúrbio, que não teve a mesma atenção. Ainda mandou canalizar o Rio Carioca (que atravessa Laranjeiras e Flamengo) e parte do Rio Berquó (Botafogo), Maracanã, Joana e Trapicheiro (Tijuca). Além disso, saneou a Lagoa Rodrigo de Freitas e determinou que o lixo urbano fosse removido para Ilha de Sapucaia (id. *ibid.*, p. 63).

No Centro, também, em nome da higiene e da estética, Passos declarou guerra aos quiosques da cidade e proibiu a venda de vários produtos por ambulantes, atingindo, por

consequente, as fontes de renda de grande número de pessoas. Além de proibir a mendicância e demolir uma série de cortiços que já haviam sido proibidos de sofrer reparos por lei municipal de 10/2/1903 (id. *ibid.*, p. 63), ver a figura 2.

Sobre as obras organizadas diretamente a atuar de maneira complementar às do porto de da Avenida Central que, como vimos, foram de responsabilidade do Governo Federal, ruas de acesso e de importância estratégica foram alargadas ou estendidas:



**Figura 3** - No detalhe um quiosque (à esquerda) e um cortiço (à direita) que se encontravam a região central da cidade. Fonte: Fernando Gralha de Souza. Augusto Malta e o Olhar Oficial – Fotografia, Cotidiano e Memória no Rio de Janeiro – 1903/1936. História, Imagem e Narrativas, Nº 2, ano 1, abril/2006 – ISSN 1808-9805.

Foram assim alargadas para 17m, as ruas Estácio de Sá, Frei Caneca, Assembleia, Uruguaiana, Carioca e Visconde do Rio Branco; para 24m as ruas Estreita de São Joaquim (continuação da rua Larga de São Joaquim, atual Marechal Floriano) e Visconde de Inhaúma, e, para 14m, a rua Mariz e Barros. Alargaram-se, também, as ruas Treze de maio, Acre, Camerindo, Sete de Setembro, São José, Ramalho Ortigão, e muitas outras. Note-se que, na maioria dos casos, a prefeitura desapropriava mais prédios do que aqueles necessários para o alargamento das ruas. Visava com isso a venda dos terrenos remanescentes (e agora valorizados) após o término das obras, ressarcindo-se assim de grande parte dos seus custos. (*id. Ibid.*, p. 60).

Durante a reforma até morros, que se localizavam na região central, foram “desmontados”, como é o caso do morro do Senado e parte do morro do Castelo. É de grande importância reafirmar que, na retirada dos morros, assim como no alargamento e construção de vias e ruas, inúmeras famílias proletárias foram desapropriadas, na esmagadora maioria dos casos sem receberem qualquer tipo de ressarcimento. Tal postura do prefeito resultou também no surgimento de um apelido, no meio popular, que ficou marcado na História, o de “O Bota-Abaixo”. Na reportagem de 2 de junho de 1907 o Jornal Correio da Manhã relata o

que acontecia com grande parte dos pobres que eram expulsos da região central da cidade pela reforma:

O êxodo não cessa. Diariamente passam carrocinhas carregando trastes desconjuntados, latas, vasilhas de barro, gaiolas, baús arcaicos, e vão pelas estradas dos subúrbios, para as fraldas das montanhas. Os bosques alpestres e os das planícies abrem-se acolhedores e entre as árvores aboletam-se os expulsos, sentam-se nas pedras, nas grossas raízes, penduram os fardos aos ramos e, enquanto os homens, à pressa, vão levantando os ranchos, as mulheres instalam a cozinha a tempo... A montanha povoa-se. É a caridade da terra. ...Assim vai a pobreza recuando para as eminências, abrigando-se nos cerros, repelida pela grandeza, pelo fausto arrasador das casas humildes, pelo progresso que não consente na permanência de um pardieiro no coração da cidade. A montanha abre o seu manto verde e acolhe os pobrezinhos com os santos nos tempos suaves dos eremitas (*apud SOUZA e BARBOSA, 2005, p.27*).

Sobre as motivações deste processo, Marly e Ângela (2003) chamam a atenção para que não sucumbamos à sedutora ideia de intencionalidade sórdida da classe dominante de expulsar as camadas populares do centro do Rio de Janeiro por um mero egoísmo e individualismo egocêntrico, onde estas ações da Reforma Passos ocorreriam supostamente por meio de uma articulação entre Estado e o capital privado que culminaria na eliminação da maior parte das camadas populares com finalidade de aburguesar o espaço urbano do centro cidade. Isso devido a uma suposta perversidade intrínseca das classes dominantes. Esta visão se mostra superficial e generalista, pois não se debruça com o rigor analítico necessário sobre os distintos projetos, referências e interesses aos quais a Reforma Passos tentava aglutinar através de sua execução.

Com essa perspectiva, essa historiografia não discerniu os distintos projetos de reforma urbana que se operaram no Rio de Janeiro da época, sob referências diferentes. Perceberam-nos como um bloco monolítico no cumprimento do intuito de excluir as camadas populares do centro da cidade em uma verdadeira trama urdida pela burguesia brasileira e orquestrada pelo prefeito Pereira Passos. (*SANTOS, Ângela e MOTTA, Marly, 2003, p. 36*).

Contudo, nosso ponto de partida para analisar as motivações que desencadearam todo este processo de cunho socioespacial são os fatos. A cidade do Rio de Janeiro estava mudando, adquirindo características e uma fisionomia compatível com as novas determinações econômicas e ideológicas da época, como se percebe nas palavras de Noronha Santos:

(...) ia perdendo pouco a pouco, o aspecto pitoresco e inconfundível de grande villa portuguesa. Modificara a feia e pesada edificação colonial e banira arcaicas usanças commerciaes. Abandonara para sempre a indumentária desativada, como que num gesto de repulsa de senhora de alta distincção. Queria ser nova e bonita, com automóveis a aguçarem-lhe a ânsia de vida farta e confortável (*apud ABREU, 1988, p. 63*).

A natureza do projeto modernizador preconizava um modelo de cidade excludente, baseado na segregação socioespacial pelo tecido urbano. Pôr em prática o projeto de cidade pautado pela modernidade significava o mesmo que comprar um pacote completo e fechado, sem a possibilidade de alterações ou ajustes, pelo menos no que se refere aos seus princípios essenciais. O modelo de cidade para o Rio de Janeiro foi comprado pela elite nacional como uma mercadoria já realizada e sem direito à troca ou reembolso. Considerando o lugar da

cidade do Rio de Janeiro e do Brasil na ordem capitalista mundial, e guardando as devidas proporções, certamente o potencial para a desigualdade e exclusão teria um quantitativo maior em comparação a outras cidades do centro do capitalismo que passaram pelo mesmo processo.

## 2.5 A modernidade e a habitação popular

Ao nos debruçarmos sobre a Reforma Pereira Passos se destaca em nossa análise a questão da moradia popular na cidade do Rio de Janeiro. Por isso, ela se converteu em um elo importante para nossa pesquisa, pois considerando suas dimensões material e simbólica no âmbito das transformações espaciais, a habitação se revelou essencialmente importante para que pudéssemos remontar o mosaico da compreensão deste processo. Consideramos, deste modo, o recorte histórico-espacial da modernidade em seus aspectos material e ideológico ligados a função socioeconômica das moradias populares do início do século XX.

Entendemos que, ao se tratar de modernidade em seu plano geral, existem outros elementos e campos do conhecimento que a transcrevem. Entretanto, não é nosso propósito nesta dissertação analisar a modernidade num plano geral nem em suas diversas implicações relativas ao espaço e a sociedade, mas sim, o seu papel no reordenamento espacial urbano na questão moradia/trabalho<sup>11</sup>. Por isso, iremos nos restringir, neste tópico do texto, às transformações espaciais ligadas às habitações populares e sua relação com o trabalho durante a Reforma Urbana de Pereira Passos. Ainda assim, até mesmo com relação a estes temas selecionados à análise, não daremos conta de esgotá-los devido a sua complexidade e abrangência na vida urbana.

Nos serviremos dos termos referentes à designação das moradias populares, já consagrados pela literatura, e muito bem explicitados por *Fessler (2002)* para darmos andamento a este debate. Mas, sem termos a pretensão de determinar ou reproduzir tipologias quanto aos padrões de habitações deste período, o que nos levaria a outras direções não interessantes a nossos objetivos.

Sendo assim, nos propomos a analisar as habitações populares e sua transformação em que esse momento histórico abarca. Contudo, indo além das transformações das formas referentes aos seus aspectos arquitetônico e urbanístico que a modernidade também realiza, lançamos nosso olhar às transformações que afetam o modo de viver da população trabalhadora da cidade. Neste processo, referente a esta especificidade, verificou-se uma tendência – que era a da separação dos espaços da moradia e do trabalho – produzindo, assim, um arranjo espacial urbano com zonas destinadas à moradia popular e zonas destinadas ao trabalho. A partir daí, pode-se deduzir que, na cidade do Rio de Janeiro, moradia e trabalho compartilhavam os mesmos espaços. Fato que era bastante comum neste momento.

Assim como ocorreu na Reforma Urbana de Paris, a separação do mundo do trabalho e da habitação, era uma das principais motivações das intervenções do poder público no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. Uma condição, não só necessária, mas, indispensável para adequar o Rio de Janeiro ao nível organizacional exigido pelo modo de produção capitalista industrial vigente no mundo neste período e foi responsável pela produção de um espaço urbano-industrial, baseando um modo de vida caracterizado pela especificação do uso dos espaços na cidade.

A fragmentação espacial ocorria em consonância à especialização dos espaços e, conseqüentemente, na separação da moradia do trabalho. Visava-se converter o centro da

---

<sup>11</sup> A moradia e o trabalho são pontos essenciais para a elucidação da modernidade e da Reforma Urbana Pereira Passos, pois o processo de transformação do trabalho e da moradia no âmbito da Reforma Urbana são condições essenciais da própria modernidade.

cidade do Rio de Janeiro em um espaço destinado ao estabelecimento de relações comerciais e da livre circulação de mercadorias e pessoas. Isto se torna claro pelos pontos que foram selecionados para as intervenções das transformações espaciais. E, por meio de um efeito colateral, esperava-se expurgar do Centro as epidemias que inviabilizariam a importação de investimentos e mão de obra.

Pretendia-se, com essas medidas, fazer da cidade do Rio de Janeiro uma vitrine do Brasil para o mundo, um país que simbolizaria no exterior o moderno e o progresso material, uma nova imagem que suplantasse o velho imaginário de uma cidade colonial caracterizada pela desordem, insalubridade e o atraso material.

Entretanto, as transformações trariam à tona contradições há muito tempo latentes na questão da habitação: o déficit habitacional. As habitações populares foram os principais alvos da reforma. Apesar disto, elas não eram os espaços que abrigavam a maior parcela da população trabalhadora. A falta de habitações e o elevado preço dos aluguéis associado aos baixos salários produzia uma realidade abstraída do discurso oficial: a maior parte da população trabalhadora de baixa renda residia no próprio local de trabalho.

Pode soar surpreendente o fato de as habitações populares serem a moradia de uma parcela inferior do total da população trabalhadora, mas, na verdade, não é de se admirar tal constatação. Historicamente, desde os tempos da escravidão, os cativos viviam nas senzalas que se localizavam nas próprias fazendas onde o trabalho era exercido. A provisão de moradia para os trabalhadores era realizada pelos patrões (unidade tradicional Moradia/trabalho). Essa prática se manteve na capital mesmo com a transição para o trabalho assalariado. Fessler (2002, p. 27) diz que relatos de diferentes origens, seja jornalística, sanitária ou literária, se referem a padeiros dormindo junto aos fornos das padarias, jornaleiros nas tipografias, caixeiros nos armazéns etc.

Por outro lado, esta constatação daria conta de elucidar a misteriosa pergunta: onde estaria abrigada a maior parte da população trabalhadora, considerando a crônica crise habitacional que há décadas assolava a cidade? Com a Reforma Pereira Passos, essa forma de morar – no próprio trabalho - diminui progressivamente, assim como as moradias populares da área central da cidade. Isso, explicaria a adequação do espaço urbano carioca à modernidade por meio da reforma. Deste modo, emerge uma nova tendência na organização do espaço urbano: um progressivo desmonte da unidade tradicional moradia/trabalho, afastando o espaço do habitar do espaço do trabalhar, através de um processo de estratificação espacial. As demolições, remoções e deslocamentos dos postos de trabalho estavam cumprindo com sucesso seu propósito.

Contudo, outra parte também considerável da população residia em habitações coletivas. Como o próprio nome sugere, a forma de uso das habitações pela população trabalhadora era caracterizada pela coletividade, ou seja, pessoas de famílias diferentes compartilhavam uma mesma habitação. Revezavam o uso dos equipamentos domésticos, como latrinas, lavabos etc. Entretanto, em muitas habitações, a coletivização do uso não se restringia somente a estes equipamentos. Havia casos em que se compartilhava a própria cama de dormir, em outras, nem mesmo uma cama estaria disponível. Se utilizava uma esteira estendida sobre o chão que cumpria o papel de cama, em um cômodo acomodava muitas pessoas.

Essa coletivização excessiva das habitações, chegando ao ponto de um radicalismo pitoresco em seu compartilhamento, se devia principalmente a algumas condições específicas a este contexto histórico-espacial, como o elevado preço dos imóveis e aluguéis que contrastavam com os baixos salários; além da necessidade do operariado de residir próximo ao local de trabalho por não conseguirem, em sua maioria, arcar com o custo elevado dos transportes, caso optassem por residir nos longínquos subúrbios (onde os aluguéis eram mais

baratos). Estas condições eram o desdobramento de uma aguda crise habitacional pela qual passava a capital.

É importante ressaltar que a crise habitacional que já vinha de longa data se tornou ainda mais dramática com a explosão demográfica que estava em curso na cidade. Ocorreu um grande crescimento populacional a partir das últimas décadas do século XIX, acentuando-se ainda mais no início do século XX. O total de habitantes do Rio de Janeiro cresceu exponencialmente, chegando a triplicar num período de pouco mais de trinta anos, como podemos observar no fragmento em Fessler (2002, p. 26) “Entre 1870 e 1890 a população passou de 235.381 para 518.292 habitantes e em 1906 atingiu 805.335 habitantes. No período 1870-1906 a taxa de crescimento demográfico foi de 3,48% ao ano”.

Já era de se esperar, não só devido a quantidade reduzida de políticas públicas que se debruçassem a solucionar efetivamente a questão do déficit habitacional, mas, também, pela ineficiência das que foram postas em prática, tanto no período imperial quanto no republicano, uma agudização da crise nos primeiros anos no século XX, assim como o crescimento progressivo das habitações coletivas conhecidas popularmente como “cortiços”, neste mesmo período. E o aumento quantitativo destas habitações ocorreu mesmo com a criação de instrumentos legais implantados desde o período imperial com a pretensão de coibir sua expansão. Um exemplo foi o projeto de lei enviado à Câmara municipal, em agosto de 1855.

Ano em que irrompeu na Corte a primeira grande epidemia de cólera-morbo, com mais de 4 mil vítimas – o fiscal da freguesia de Santa Rita, alarmado com o aumento do número de cortiços em sua jurisdição, fato que atribuía aos “preços elevadíssimos das moradias na capital”, apresentou a Câmara Municipal um projeto de postura estabelecendo normas e a “faculdade de existência dos pobres”. A postura exigia que os proprietários dos cortiços cumprissem os melhoramentos ordenados pela Junta de Higiene (...). Determinava, por fim, que não fosse tolerada a construção de novos cortiços sem licença da Câmara e da Junta de Higiene Pública (...) (*BENCHIMOLI, 1990, p. 129*).

A crise habitacional era causada por um desequilíbrio entre a oferta e a demanda de moradias, que por ser muito maior, acarretava um aumento exorbitante do valor dos aluguéis. Em consequência disso, as habitações disponíveis se tornavam inacessíveis ao trabalhador assalariado. Portanto, paralelamente as moradias higiênicas que se escasseavam, proliferavam-se os cortiços, superlotados, úmidos, feitos com sobras de materiais de construção, em sua maioria, construídas por especuladores interessados em tirar o maior lucro do menor espaço.

“Cortiço” era o nome genérico designado às habitações populares de caráter coletivo e surgiam de formas habitacionais baseadas em dois tipos arquitetônicos específicos: as casas térreas e os sobrados. Este último, de inspiração portuguesa, em geral, era repartido e alugado em partes, sendo convertido em uma casa de cômodos que se podia alugar os quartos de maneira individual ou coletiva. Já os espaços destinados a higiene pessoal e preparação de alimentos, em geral, sempre eram coletivos. As casas térreas, como o próprio nome já sugere, se constituía pelo chão nu, ou seja, de terra. Diferentemente do sobrado que tinha sua inspiração originada a partir das habitações aristocráticas portuguesas, possuía um uso majoritariamente originado nas relações de trabalho feudais da Europa Medieval, constituindo-se, neste período, como espaço de habitação da plebe (*FESSLER, 2002, p. 26*).

Nas casas térreas, assim como em alguns sobrados, a coletivização de seus espaços, em muitos casos, podia atingir níveis extremos, como já pontuado, como o compartilhamento de uma mesma esteira disposta ao solo por indivíduos de distintos núcleos familiares. Essa realidade servia de combustível para discursos de cunho moral, contra as habitações coletivas,

que intencionavam a legitimação, na sociedade, de ações políticas que visavam eliminar este tipo de habitação do espaço urbano.

Além do forte apelo aos valores morais, no qual se difundia a ideia de uma grande degradação moral das famílias nestes espaços, também, se discutia sobre a questão sanitária. Primeiramente, ainda em meados do século XIX, no período imperial, médicos sanitaristas foram os arautos do discurso condenatório destas habitações. Posteriormente, os engenheiros, já no período republicano, assumiram esse papel, junto com grupos de políticos, notáveis e veículos de comunicação. O coro era uníssono, no qual as recorrentes epidemias de febre amarela, varíola e cólera, que assolavam periodicamente a cidade do Rio de Janeiro, seriam agravadas pelas condições de higiene das habitações coletivas populares, que eram vistas como habitações extremamente insalubres.

A “preocupação moral” das autoridades ocorria devido a uma suposta degradação das famílias proletárias que se fundava na ideia de que as condições de coabitação nas moradias favoreciam a promiscuidade. Sobre isso, matéria publicada no *Jornal do Commercio* edição da tarde do dia 1º de dezembro de 1911, jornal conservador da época, sobre o trabalho das mulheres lavadeiras no Distrito Federal, nos traz alguns elementos que nos ajuda a remontar a visão propagada sobre tais habitações.

A vida das lavadeiras do Districto Federal não póde ser mais miserável. As que habitam a zona central moram pelas avenidas e estalagens. Verdadeiros cortiços que o saneamento da cidade muito melhorou.

(...) De noite é o aspecto triste. Casas pequenas, onde famílias inteiras, habitam numa promiscuidade horrível, tem a illimina.las apenas a luz mortiça de uma cadeia ou a chama velha e avariada de um bico de gaz. (*Jornal do Commercio, Ano 1911/per111988\_1909\_00656 (1)*)

O termo “cortiço” citado nesse fragmento também representava uma designação ideológica para este tipo de habitação que trazia consigo alguns sentidos simbólicos constituintes do imaginário no qual as moradias populares estavam associadas a desordem, promiscuidade, insalubridade e superlotação. Acredita-se que a origem do nome está relacionada às caixas que eram feitas de cortiça (do Latim *cortex*, “casca”) com a finalidade de abrigar colmeias. Daí se fez uma associação fácil de entender. Tal termo era usual e cotidianamente utilizado. E, também, já amplamente utilizado pela bibliografia especializada no tema, para se referir às principais formas de habitações populares coletivas.

Baseando-se em sua forma arquitetônica e em seu conteúdo ideológico o cortiço poderia receber alguns nomes secundários, como estalagens, casas de cômodo e, posteriormente, avenidas. As estalagens eram grupos de pequenas “casinhas” térreas de porta-e-janela enfileiradas de um dos dois lados dos quintais, formando um pátio ou corredor de acesso, dotadas de instalações sanitárias coletivas. Cabe aqui ressaltar que, curiosamente, é possível se fazer uma analogia das estalagens com as senzalas (habitação típica dos escravos) devido às semelhanças de forma e conteúdo. A senzala também apresentava uma sucessão de quartos, em fila, de construção de qualidade inferior às demais, com espaços internos reduzidos, iluminação e ventilação deficientes.

Os dois aspectos merecem ser destacados no que tange as semelhanças dos dois tipos de habitações mencionados, o baixo custo de sua produção que se explicitava em suas precariedades e a necessidade de controle dessas populações. Cada qual em seus respectivos contextos histórico-espaciais. A partir dessa evidência consideramos a estalagem, baseando-se em sua forma arquitetônica e em seu conteúdo ideológico, como um modelo de habitação pré-moderna e de transição do espaço colonial escravocrata para o espaço urbano-industrial da modernidade.

Após a Reforma Urbana Passos, a favela ganha destaque e proeminência, tornando-se a principal forma de habitação popular da cidade. Entretanto, não intencionamos estabelecer tipologias ou categorizar as habitações em uma escala espaço-temporal, senão relacionar semelhanças e algumas implicações nas habitações populares durante as transformações espaciais. Primeiro, por entendermos que este processo não ocorre de maneira linear. E, em segundo lugar, por não se tratar de uma questão elencada nos objetivos propostos em nosso trabalho.

As casas de cômodos eram os sobrados, ou até mesmo as casas térreas, onde seus espaços eram subdivididos internamente, abrigando famílias ou indivíduos solteiros. A razão de as estalagens e as casas de cômodos serem chamadas de cortiço, mesmo se diferenciando arquitetonicamente, se deve ao fato de se assemelharem na questão do uso coletivo dos espaços, principalmente, banheiros, tanques, pátios e corredores. Além de estarem inseridas na mesma lógica de produção de moradias.

Os proprietários dos imóveis, em muitos casos, arrendavam a propriedade para terceiros que investiam pequenas quantias na subdivisão dos espaços visando alugá-los para o proletariado. Ou em alguns casos o próprio proprietário o fazia – geralmente um membro pertencente à alta sociedade – realizando as adaptações necessárias, convertia os imóveis em estalagens ou casas de cômodos. Sendo assim, o déficit habitacional na cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do XX, era tão expressivo que, conseqüentemente, o encarecimento em demasia dos aluguéis produzia rendimentos generosos a quem se dedicasse a essa prática (FESSLER, 2002, p. 30).

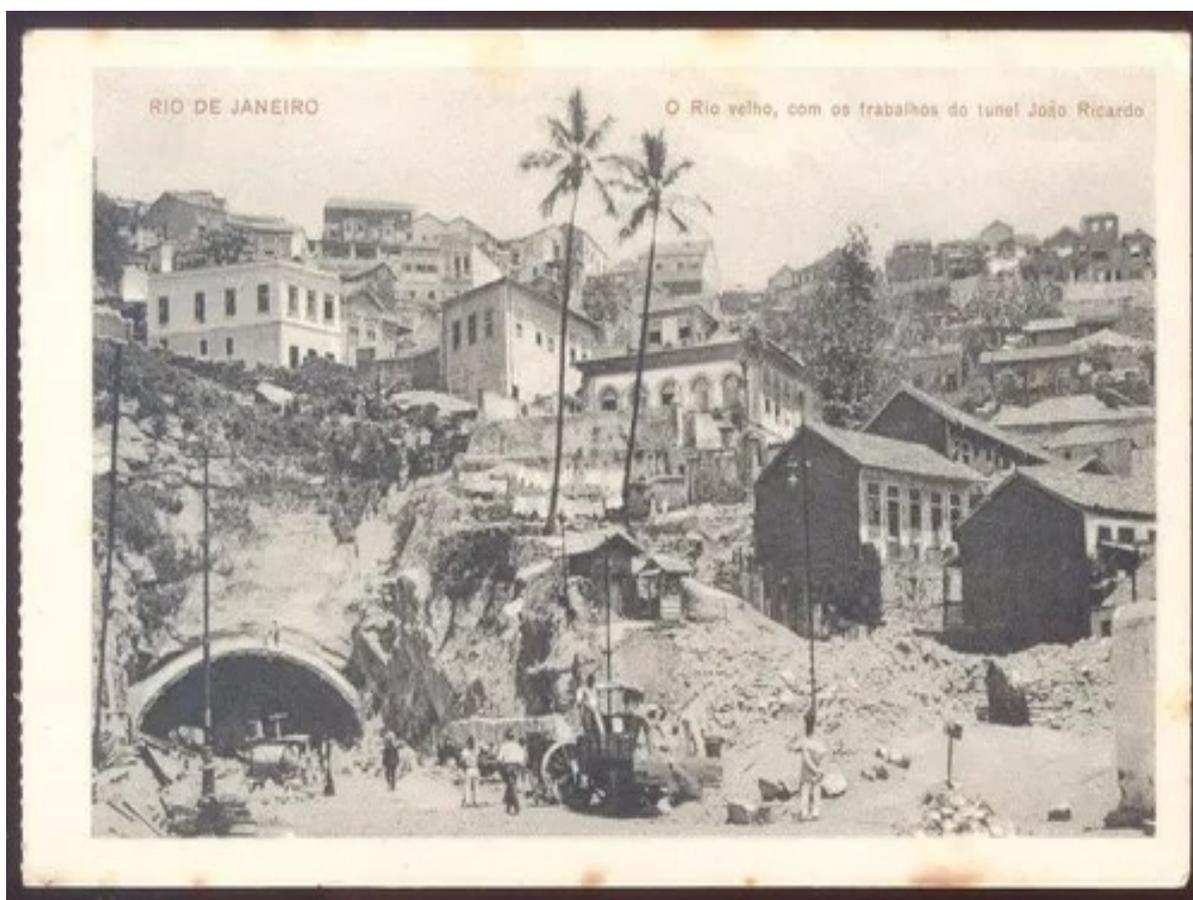
Consagrado na obra de Aloísio de Azevedo (1980), o termo “cortiço” foi adquirindo fama em consonância com a propagação do discurso, em nome da higiene e dos bons costumes, que defendia o seu fim. Esse discurso recebeu o reforço dos empresários da construção civil, pois, numa tentativa de eliminar os cortiços, o poder público, através de lei regulamentada no ano de 1882, ofereceu concessões para interessados deste ramo em investir construir habitações higiênicas para o operariado. No bojo desta concessão estavam as isenções, como a de impostos por vários anos, tarifas de importação de materiais e equipamentos da construção civil, como também, o direito de desapropriar e demolir cortiços já existentes para usar os terrenos na construção das casas higiênicas. Entretanto, o número de construções saídas do papel foi ínfimo considerando o alto custo das construções higiênicas que contrastava com os baixos salários do operariado.

Devido à sucessão de tentativas fracassadas de delegar para a iniciativa privada a eliminação dos cortiços, o próprio poder público assumiu o papel de expurgá-los do Centro do Rio de Janeiro. Um indicativo dessa tendência pode ser verificado com a demolição do mais famoso cortiço do final do século XIX, o Cabeça de Porco. Este simbolizava ideologicamente todos os aspectos “negativos” atribuídos aos cortiços de maneira geral. Estava localizado no Centro da cidade e se estendia da Rua Barão de São Felix até a pedreira dos Cajueiros, no Morro da Providência, próximo de onde está, hoje, o túnel João Ricardo. Em sua entrada havia um grande arco em forma de uma cabeça de porco na parte superior. Era composto por uma sucessão de casas térreas e sobrados densamente habitados. Era voz corrente que seus proprietários eram membros ilustres da sociedade carioca, um deles, segundo acreditava-se, seria conde d’Eu, genro de D. Pedro II.

A vista do que expoz o inspector geral de saude pública em officio 17 do corrente mez, relativamente ao estado do cortiço denominado Cabeça de Porco, o qual se compõe por habitações insalubres e por suas péssimas condições hygienicas se acha constituído um verdadeiro fôco de infecção, além de ter sido construído sem licença da Illma, câmara municipal e com infração das respectivas posturas, em terreno cedido para o prolongamento da antiga rua de Sant’Anna, tornando-se assim obstáculo à execução deste importante melhoramento, projectado há cerca de 40

anos, mandou o Sr. Ministro do Império ao mesmo inspetor geral que, de accôrdo com as decisões constantes dos avisos de 18 de Setembro e 4 de Março, providencie para que seja quanto antes, fechado o mesmo cortiço, até que possa o governo resolver sobre a sua demolição (*O Paiz, Ano 1886\Edição 00176 (1)*).

Essa matéria de 27 de junho de 1886, publicada pelo jornal *O Paiz*, revela dois pontos marcantes sobre está forma de habitar. O primeiro está relacionado ao conteúdo ideológico presente na visão difundida sobre os cortiços. Em segundo lugar, explicita a dificuldade que se opunha ao poder público para sua demolição, sendo esta oportunidade a derradeira, por ter sido bem-sucedida, depois de muitas outras tentativas que fracassaram. Nesse dia, em 26 de janeiro de 1893, o prefeito Barata Ribeiro - o mesmo que foi homenageado com seu nome sendo recebido à uma movimentada rua do bairro de Copacabana - baixou um decreto que permitia à prefeitura dar combate aos cortiços da cidade. Neste mesmo dia, começou a demolição do Cabeça de Porco (figura 4), executada pelo próprio prefeito, apoiado por um verdadeiro exército, entre autoridades, bombeiros, funcionários da Higiene Pública, o chefe de polícia em pessoa, policiais, sanitaristas e engenheiros.



**Figura 4** - equipes da prefeitura nas obras do túnel João Ricardo, onde antes se localizava o cortiço Cabeça de Porco.

Fonte: [rioportunidadesdenegocios.com.br](http://rioportunidadesdenegocios.com.br)

Com o avanço da grande Reforma Urbana de Pereira Passos, no alvorecer do século XX (1902-1906), o processo de modernização do espaço e, conseqüentemente, das habitações se intensifica. As remoções e demolições dos cortiços se realizava em larga escala, através de intervenções dos poderes públicos municipal e federal. Em decorrência disso se amplia a

fragmentação do espaço urbano carioca de modo demasiadamente violento, produzindo uma grande massa de desabrigados e desempregados.

A estratificação do espaço urbano carioca inspirado nos ideais da modernidade e capitaneado pelo Estado brasileiro pretendia mais do que simplesmente racionalizar o espaço a partir de uma organização que propusesse a otimização das relações sociedade/trabalho. Visava também exercer controle sobre as massas, pois, como pudemos observar, houve um rápido crescimento populacional ocorrido no Rio de Janeiro. E, a quantidade insuficiente de moradias para atender essa demanda, aliada aos baixos salários e ao desemprego tinha como potencial armar uma bomba relógio que podia se auto detonar a qualquer momento. Evidentemente, essa situação era objeto de preocupação para as autoridades.

A paisagem do Centro expunha uma brutal desigualdade social, ricos e pobres em muitos casos eram vizinhos, ou seja, sobrados nobres e cortiços miseráveis se dispunham um ao lado do outro. Manifestações e revoltas populares eram comuns e recorrentes neste período. Sua recorrência era facilitada pelo adensamento populacional de alguns distritos, como o da Saúde, por exemplo, onde a disposição das moradias no terreno favorecia a formação de trincheiras e atos de resistência às incursões policiais.

Uma manifestação popular marcante, por vezes, citada pela literatura especializada, foi a saída de Campos Sales do Palácio do Catete, antecessor de Rodrigues Alves, ao final de seu mandato como presidente. Tendo como principal marca de seu governo a austeridade e uma postura draconiana com relação aos gastos públicos, terminou seu governo deixando a Capital Federal com uma grave crise socioeconômica, onde o desemprego, sucessivamente, batia os recordes históricos. Após uma deixar herança de um elevado custo de vida na cidade e um déficit habitacional à níveis alarmantes, relata-se que do caminho percorrido do Catete à estação Central do Brasil, onde embarcaria em um trem de volta para São Paulo, o ex-presidente foi enxovalhado por vaias e insultos de populares. Mesmo após a partida do trem que o transportava, ao passar pelas áreas suburbanas do Rio de Janeiro, era atingido por cascas de bananas e outros objetos arremessados pela população. Se tratou de um governo extremamente impopular.

Levando em conta tais crises que, em nossa ótica, se atribuem as relações de produção capitalista, em que o Rio de Janeiro, na condição de cidade periferia, dentro desta dinâmica, com extrema dependência econômica dos países centrais, criar mecanismos de coerção e controle, a fim de precaver ou reprimir as revoltas, era necessário por parte das autoridades. Sendo assim, facilitar a circulação das tropas pelo espaço deflagrado e dispersar a massa trabalhadora pelo espaço da cidade, nos distantes arrabaldes suburbanos e nos morros ao redor do Centro, seriam consequências imediatas muito bem-vindas da segregação socioespacial.

Ainda sobre a necessidade de controle das massas trabalhadoras, entendemos que se mostrou bem efetiva para esta finalidade a mudança da forma de habitar das camadas populares: com a transição da forma habitação para o *habitat*. No que tange a esta mudança, nos servimos das análises realizadas, a nosso ver, brilhantemente, por Fessler (2002). Segundo a autora, essa transição inserida no bojo da modernidade, se processou com separação da unidade moradia/trabalho. O Centro da cidade do Rio de Janeiro que, antes da reforma era o espaço de habitar de ricos e pobres, se converte, portanto, em um espaço prioritariamente comercial e administrativo. Já os subúrbios e morros seriam os novos espaços destinados à moradia, concentrando a população trabalhadora e desempregados.

Neste processo, a forma de habitação “cortiço” deu lugar ao espaço da habitação, isto é, transferiu-se da moradia em si para o seu habitar. Isso ocorre por meio do deslocamento espacial das massas baseado em um processo de segregação socioespacial. Nesse novo arranjo, as populações trabalhadoras pobres que habitavam anteriormente nos cortiços e nos próprios locais de trabalho são obrigadas a se apropriar e se concentrar em outros espaços da cidade que estariam “disponíveis”. Espaços onde se produziu uma relativa homogeneidade

arquitetônica, de classe e de modos de vida (cultura). Criando-se, assim, um *habitat*. E, ao mesmo tempo, um espaço de exclusão, deslocado das benesses oferecidas pela cidade, no que tange aos serviços públicos de obrigatoriedade do Estado.

Deste modo, se formam verdadeiras ilhas de pobreza e exclusão na cidade que, além de terem sido negados os serviços públicos essenciais, seriam mais facilmente suplantados pelo controle estatal.

Em uma primeira tentativa, ainda nos tempos do Império, o poder público, inspirando-se no modelo europeu pós-revolução industrial, estimulou a criação das vilas operárias com a finalidade de convertê-las de *habitats populares*. Mas, este modelo ainda era baseado no velho arranjo da unidade moradia/trabalho, onde as vilas se localizariam no mesmo espaço físico das fábricas.

Contudo, algumas poucas saíram do papel, pois, eram atribuições destinadas às empresas e indústrias que não estavam dispostas a arcarem com esse custo; com isso, o projeto fracassou. Com a mudança paradigmática das relações moradia/trabalho experimentada, principalmente, na Reforma Urbana de Paris, considerando o avanço técnico dos meios de transportes, emerge o modelo de cidade baseado na organização centro/periferia. No Rio de Janeiro, levando em conta suas peculiaridades, como o elevado custo dos transportes e das moradias de melhor localização (próximas ao Centro), emerge, também, nesse processo, a favela – expressão bastante popular entre os cariocas atualmente – como o *habitat* de considerável parcela da massa trabalhadora que necessitava habitar próxima aos postos de trabalho. Entenda-se, no Centro, onde havia a maior oferta de trabalho por ser o espaço de concentração do capital e das atividades comerciais.

Com os constantes fluxos migratórios, causados pelo êxodo rural, que se desencadearam desde a abolição da escravidão em 1888, parcela significativa da população negra se deslocou para o centro da capital. Isto, também, contribuiu para o aumento demográfico e, juntamente a outros fatores já mencionados, exerceu pressão sobre os valores dos aluguéis e dos imóveis. Em decorrência disso, se desencadeou um processo de especulação imobiliária, com o aumento da disponibilidade de terrenos na área central como resultado das demolições.

Sendo assim, o valor do solo urbano atingiu valores astronômicos e, como consequência, verificou-se o surgimento de casebres, choupanas e barracões nos morros ao redor do Centro da cidade do Rio de Janeiro. Tratou-se de uma tendência que, a partir daí, aumentou progressivamente com o passar do tempo, alterando rapidamente a paisagem dos morros (FESSLER, 2002, p. 54).

Devido às demolições e desapropriações executados pela Reforma Pereira Passos, postos de trabalho foram perdidos e, outros foram criados de maneira temporária, como na atuação das próprias obras. Mas, ainda assim, uma enorme quantidade de desempregados se produziu, pois, os novos postos de trabalho que, não estavam ligados ao modo temporário, eram resultado dos novos empreendimentos que se apropriaram do espaço central, além de se disponibilizarem em menor quantidade eram destinados a uma mão de obra de maior qualificação.

## 2.6 Habitações e cotidiano

Rodrigues Alves e Pereira Passos, ao estabelecerem as bases de um crescimento econômico através das obras de infraestrutura, como as de revitalização e modernização do cais do porto e das artérias viárias por meio das desapropriações e remoções, contribuíram também para a desorganização de algumas relações de trabalho e comunitárias que configuravam a rede de laços econômicos e de solidariedade entre os moradores no centro da

cidade. Ou seja, ao se organizar uma nova dinâmica econômica moderna para a inserção da cidade na dimensão global das relações capitalistas, desconfigurou-se o arranjo das relações interpessoais já estabelecidas que repercutiam na economia local, nas condições materiais e de subsistência de seus moradores de maneira a lhes garantir o sustento. Desta maneira, alterou-se de modo repentino e brutal o cotidiano de muitos moradores/trabalhadores. Com o passar do tempo, o cotidiano antigo foi dando lugar ao novo e moderno cotidiano, com ênfase nas condições materiais e na primazia da mercadoria.

Vimos que o projeto de modernização do porto já era antigo, já havia desde o período imperial calorosas discussões no congresso sobre os meios pelos quais seria realizado e os seus consequentes impactos. Se pretendia realizá-lo através de concessões ao capital privado, assim como no caso das habitações populares higiênicas. Entretanto, do mesmo modo que as últimas, não passaram de tentativas fracassadas, até a sua efetiva execução com a utilização do erário federal. Porém, se sabia, neste período, que mesmo reformando o porto, ampliando a sua capacidade de ancoramento de embarcações e aumentando profundidade do seu cais, os quais se mostravam ineficientes devido ao aumento do fluxo de mercadorias oriundas do exterior, seria necessário produzir condições de escoamento em sua proximidade. De maneira complementar aos melhoramentos do porto, projetou-se construir uma grande avenida que desse conta desta função.

Sendo assim, foi construída a Avenida do Porto (atual Rodrigues Alves), uma avenida paralela a extensão do porto, com previsão em projeto a estender-se desde o Largo da Prainha (atual Praça Mauá) até o Caju, como já mencionado. Contudo, também, de nada adiantaria se após as mercadorias serem descarregadas e escoadas pela larga Avenida do Porto estas ficassem retidas nas estreitas e esburacadas ruas coloniais ao entorno do porto. Nestas ruas só se passava um veículo por vez e o tempo de circulação era o tempo do veículo mais lento. Nelas ocorria, também, o trânsito regular de boiadas e, neste caso, tinha-se que esperar parado até que o último boi passasse para o prosseguimento do fluxo oriundo da produção econômica. Qualquer imprevisto ou problema em algum veículo parava todo o tráfego durante um longo e precioso tempo para a reprodução do capital (BENCHIMOL, 1992).

Daí a surge necessidade de substituir as estreitas e sinuosas ruas coloniais por vias mais largas que pudessem servir à integração com a Avenida do Porto, tornando, assim, efetiva a proposta de um porto moderno. Cabe neste ponto lembrar que a região onde estava localizado o porto era também a de maior adensamento populacional. E, este fato, não era uma mera coincidência fruto de um infortúnio, tais freguesias da região como Saúde, Gamboa e Santo Cristo eram super habitadas justamente por causa da proximidade das ofertas de trabalho oferecidas pelo próprio porto. Uma das modalidades de trabalho era a de atuar na descarga e transporte das mercadorias na cidade.

Também havia muitas pessoas que trabalhavam nas pequenas embarcações que faziam a descarga das mercadorias e passageiros dos navios ou transatlânticos ancorados além-mar até o cais. A precariedade do porto de tempos coloniais em plena era moderna produziu uma verdadeira indústria que exigia uma quantidade expressiva de força braçal. Por tudo isso que narramos, também, não foi por acaso que essa região foi uma das mais atingidas, tanto pelas remoções quanto pelas demolições de habitações. E estas condições repercutiam na transformação cotidiana deste espaço.

Juntamente com a desorganização cotidiana dos habitantes, removidos da região portuária, estava a desorganização econômica que com o desmonte da indústria de força braçal que citamos anteriormente, acarretou, no desaparecimento de várias modalidades de trabalho que operavam neste local, tanto dentro como fora do porto.

As próprias obras do porto, em um primeiro momento, produziram uma demanda por mão de obra, mas de caráter temporário, fazendo com que, de imediato, não se sentisse a perda dos postos de trabalho provocada pelas obras de melhoramentos do porto. Após as

obras, o antigo porto deu lugar a um outro moderno, ampliado, dotado com guindastes mecânicos e amplos armazéns para estoque das mercadorias. Ocorreu também a demolição de construções que ofereciam postos de trabalho na parte externa do porto, como casas comerciais. Mas, com o fim das obras essa mão de obra seria impreterivelmente dispensada, revelando o quadro real e dramático, onde um grande exército de trabalhadores não teria mais de onde conseguir seu pão de cada dia.

Considerando todos os elementos já colocados, seria difícil duvidar da afirmação de que a região portuária do Centro do Rio de Janeiro foi um dos alvos nas principais das intervenções públicas, no âmbito de suas habitações, tanto da Reforma Passos quanto da vacinação obrigatória. Esta última que, sem dúvidas, foi o estopim para a grande revolta popular que se manifestou no que foi chamado de Revolta da Vacina.

Essa região reunia todos os pontos entendidos como empecilhos para as novas aspirações pretendidas para a cidade. Podemos dizer que essa região próxima ao cais do porto, dotada de um elevado adensamento demográfico era, também, a de maior incidência de surtos endêmicos de varíola e febre amarela<sup>12</sup>. Ao mesmo tempo era a mais difícil de controlar nos eventos de manifestações e convulsões sociais.

Neste sentido, igualmente, não seria de duvidar que essa mesma região foi um dos principais focos de resistência e uma das últimas em que as forças estatais reassumiriam o controle durante a Revolta da Vacina<sup>13</sup>. E, realmente, não somente fazem sentido como de fato, assim, ocorreu.

Por falar em controle, este quesito se impõe como uma das palavras-chave nesta dissertação, pois, ao almejá-lo, o Estado assume uma confissão de culpa, inculcada em suas intervenções espaciais autoritárias. Isso porque, ao se antever a necessidade do controle das massas populacionais, há de se suspeitar que já se poderia esperar *a priori*, por parte dos agentes estatais, a eclosão e a manifestação de convulsões sociais. E elas de fato ocorreram, como foi o caso da Revolta da Vacina. Contudo, tais acontecimentos, como as revoltas populares, são manifestações que não se constituem da “noite para o dia”, antes disso, entendemos que, ao se manifestarem, relevam processos baseados em tendências há muito tempo latentes.

A concepção de *habitat* desenvolvida por Maurício de Abreu e trabalhada por Lilian Fessler, no decorrer do nosso processo de pesquisa, surge de maneira valorosa para o árduo desafio que seria o de desvendar os olhos dos leitores e críticos para as íntimas relações entre a Reforma Urbana de Pereira Passos e a Revolta da Vacina, contribuindo para trazer à tona a relação causal entre os dois eventos. No Rio de Janeiro, como já mencionado, as forças inerentes à modernidade são decisivas na intensificação da expansão urbana em direção aos morros e às áreas periféricas do centro da cidade. Isso se processa a partir da tendência para produção de espaços destinados às moradias dos grupos entendidos neste processo como subalternos. A expansão em direção aos longínquos subúrbios foi facilitada pelo avanço técnico dos meios de transportes que se verificava na época.

O trem, com sua ampla capacidade de transporte de massas humanas, foi eleito como aquele destinado à migração pendular, de ida ao trabalho, localizado no Centro, e de volta para as moradias suburbanas. Todavia, há que se considerar que o custo do transporte que, para essas camadas específicas significava ter que dispender uma quantia considerável e, em muitos casos, comprometeria o orçamento familiar. Isso, inviabilizava essa prática para a

---

<sup>12</sup> O fato de o desembarque de mercadorias ser feito a distância refletia, em grande parte a imagem da cidade do Rio de Janeiro difundida nas nações estrangeiras, na qual se acreditava que pôr os pés no solo carioca significaria assinar uma sentença de morte em decorrência do risco de contaminação por doenças como varíola, febre amarela e cólera, que se manifestavam de maneira recorrentes através de surtos e epidemias. Convertendo o rio de Janeiro em um lugar onde o estrangeiro tivesse medo sequer de chegar perto.

<sup>13</sup> Sevcenko, 1984.

grande maioria dos trabalhadores. Com isso, morar próximo ao centro da cidade ainda era imprescindível. A solução era ocupar os espaços que agregam os atributos de proximidade ao local de trabalho e liberdade de construção: os morros. Essa condição que afetava os trabalhadores deste período, em muitos casos, ainda se mantém nos tempos que este autor escreve essas linhas<sup>14</sup>.

A formação do *habitat* de considerável parcela das camadas populares ocorreu nos morros que rodeavam o Centro, pois nestes espaços havia “liberdade de construção” e o valor mais baixo do solo. A possibilidade de se construir habitações sem cumprir as exigências estabelecidas pelas normas da prefeitura foi um fato que também ocorreu, até certo momento, nas áreas suburbanas devido a um afrouxamento da fiscalização. Isso estimulava o crescimento da ocupação destes espaços, compensando o custo com o transporte, durante as progressivas investidas do Estado contra os cortiços na região central. Mas o decreto nº 391 de 10 de fevereiro de 1903, de autoria do prefeito Pereira Passos, regulamentou as construções nas áreas suburbanas elevando as exigências baseadas em normas técnicas e burocráticas, encarecendo, deste modo, demasiadamente as habitações. Como efeito imediato desta política houve progressiva diminuição na ocupação do subúrbio e o aumento na ocupação dos morros.

De certo modo, o desenvolvimento dos *habitats populares* não se deu de maneira puramente espontânea, como somos levados a imaginar, por causa da “liberdade de construção”. Verifica-se uma migração do capital imobiliário que lucrava com a construção e locação dos cortiços na área central para a construção de modelos similares às estalagens nos morros. Desta forma, o início do *habitat*, posteriormente popularizado com o nome de *favela*, surge com o suporte do capital imobiliário numa espécie de híbrido onde, a princípio, se verificava uma mescla da velha forma de habitação – estalagens - com a forma moderna: barracões, choupanas e casinhas<sup>15</sup> - figura 4 -. Neste processo, somos levados a crer que a favela se estabelece no tecido urbano impulsionada por investimentos do capital privado associado à falta de uma eficiente política habitacional do período da coalisão Rodrigues Alves/Pereira Passos. Isto, reafirmou tendência que já estava posta em curso referente as habitações populares.

---

<sup>14</sup> A problemática do custo dos transportes para a massa trabalhadora ainda se revela dramática no início do século XXI. A maior parte dos postos de trabalho ainda se concentram no Centro do Rio de Janeiro e grande parte dos trabalhadores residem nos subúrbios ou cidades da região metropolitana. Realidade que obriga os trabalhadores a se deslocarem por longas distâncias. O elevado custo dos transportes causa um comprometimento da renda familiar.

<sup>15</sup> As desapropriações e demolições dos cortiços realizados pela Reforma Passos liberou terrenos na área central do Rio de Janeiro, o que levou a uma supervalorização do solo no Centro da cidade através da especulação imobiliária. Este fato favoreceu o desenvolvimento da indústria imobiliária que, a princípio, nasce pela proposta de construção de habitações populares e com a valorização dos terrenos no centro e a expansão de um *habitat* para as classes abastadas na porção Sul do maciço costeiro da Tijuca se converte em uma indústria destinada a construção de edifícios de alto padrão e de habitações de moradias das classes abastadas.



**Figura 4** - Esta Foto de Autor Desconhecido está licenciado em CC BY-NC-ND representa a formação das primeiras favelas nos morros da cidade do Rio de Janeiro.

## 2.7 A formação de um habitat abastado na cidade do Rio de Janeiro

Paralelamente a produção de um *habitat* popular, no mesmo processo, estava em curso a formação do *habitat* abastado. Um espaço destinado às habitações das classes sociais média e alta. Localizada ao lado Sul do maciço costeiro da Tijuca<sup>16</sup>, um espaço dotado de belezas naturais, como as praias e os morros cobertos pela mata atlântica. A expansão dessa área seguiu tendência que, também, já estava posta para estas habitações. Botafogo, por exemplo, dotado de casarões aristocráticos à beira-mar, desde o período imperial, já havia sido apropriado por uma parcela da elite social. Entretanto, para que se pudesse abrigar o contingente da alta sociedade que vivia no centro da cidade era necessário expandir esta região e estabelecer condições de fácil e rápido acesso para seus novos moradores aos bens culturais e de serviços que permaneceram na região central. E neste último quesito a Reforma Passos deu a sua contribuição, através da construção da Avenida Beira-Mar, a qual ligaria a nova Avenida Central ao bairro de Botafogo.

A Avenida Beira Mar foi inaugurada em 1906 (mas as obras seguiram até o ano seguinte), no auge das modernizações promovidas na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, ao contrário de outras construções do período, essa via foi feita aos poucos. O primeiro pedaço dessa construção ligava Botafogo até onde hoje fica o Obelisco, na Avenida Central -, margeando a antiga Praia de Santa Luzia. Com o entroncamento destas duas avenidas as mercadorias e as pessoas poderiam fluir livremente, sem maiores incômodos do porto à Zona Sul. Após sua construção, a Avenida Beira-Mar (figura 5) seria “um dos Boulevards mais bonitos do mundo” (ABREU, 1988, p. 61).

<sup>16</sup> A área localizada na porção Sul do maciço costeiro da Tijuca também estava separada do resto da cidade pelo mesmo maciço natural.

Um ano depois, em 1907, o trecho do Flamengo e o quinhão que não beirava o mar, à volta do Morro da Viúva (fazendo a ligação da Praia do Flamengo com Botafogo) também foram concretizados. Por falta de um nome mais criativo, esse caminho que não estava à margem de praias foi batizado de “Avenida de Ligação”. Uma década mais tarde – 1917 – foi renomeado Oswaldo Cruz. Ao ser concluída, a Avenida Beira Mar foi um sucesso, vista como a nova “sensação” da cidade do Rio de Janeiro, abrindo caminho ao crescimento e ocupação da Zona Sul<sup>17</sup>.



**Figura 5** - Esta Foto de Autor Desconhecido está licenciado em CC BY-NC-ND, apresenta a Avenida Beira-Mar após a sua construção. No fundo da imagem podemos observar o Morro do Castelo com o corte, em sua lateral, feito por Passos para a construção da Avenida central. Também, pode-se observar o entroncamento entre as duas avenidas.

O trem foi preponderante no favorecimento do povoamento do subúrbio carioca, espaço do habitat, por excelência, designado pela modernidade, não só no Rio de Janeiro, mas também em várias cidades onde o capitalismo industrial se desenvolveu, como Paris. Na outra ponta social, outro meio de transporte teria papel similar. O bonde elétrico foi esse meio de transporte, designado para atender à região abastada da cidade, contribuindo, deste modo, para o povoamento da Zona Sul. Contudo, cabe salientar, que alguns bairros da Zona Norte do Rio de Janeiro também contavam com serviços de bondes.

O bonde era um meio de transporte com capacidade reduzida de passageiros se comparado ao trem, porém muito utilizado na cidade. Foi eleito como o principal meio de transporte para a nova área nobre da cidade que, através de sua expansão, puxaria consigo a própria expansão da cidade em direção aos arrabaldes localizados ao Sul do Maciço da Tijuca.

<sup>17</sup> <https://diariodorio.com/historia-da-avenida-beira-mar/>

O método adotado foi o da especulação imobiliária, que ocorria com investimentos na expansão das linhas de bondes por áreas ainda inabitadas.

As empresas que realizassem os investimentos teriam como contrapartida o direito de lotear os terrenos tanto quanto pudessem alcançar suas linhas de bondes. Exemplo dessa prática foi o bairro de Copacabana, ainda inabitado no período citado, se apresentava na condição de um espaço natural, sua paisagem era constituída por um grande areal. Viria a receber as suas primeiras linhas de bondes antes mesmo da chegada dos moradores. Esse processo se revela através da lógica que se adotou para que esta região se convertesse no espaço do morar, ou *habitat*, das classes abastadas. Primeiramente, se valorizava o espaço, dotando-o de infraestrutura, para que só então, os terrenos pudessem ser vendidos na forma de lotes, garantindo, assim, o “filtro” do preço elevado. Deste modo, a ocupação só se efetivaria por indivíduos de alto poder aquisitivo.

Consideramos que o mesmo processo autoritário que executou a eliminação dos cortiços do centro da cidade também foi responsável pela produção de um espaço urbano segregado através da produção dos *habitats*. As contradições sociais se manifestaram escandalosamente no desenvolvimento deste processo. Os posicionamentos de cunho higienista, moralista e contra a condição coletiva das habitações populares oriundos do discurso oficial amplamente proferido por notáveis da sociedade, higienistas, políticos e meios de comunicação foram abstraídos após a passagem da forma da habitação para a forma de habitar. Pois, na prática, o que se verificou foi um mero deslocamento espacial dos “problemas” atribuídos as habitações populares, sendo estes transferidos dos cortiços do centro da cidade para as favelas dos morros e para o Subúrbio da cidade.

Sob a luz da História, revelou-se claramente, a quem quisesse verificar, que o propósito não era livrar das habitações populares a superlotação, as epidemias, a degradação moral e a coletividade dos usos, pois, na favela e no subúrbio, todos esses elementos se mantiveram e se ampliaram. Porém, antes de tudo, pretendia-se expurgar do centro da cidade as habitações populares. O Centro estaria destinado a se tornar uma área dos negócios, das transações financeiras, da circulação e consumo de mercadorias, onde se manteriam os bens culturais que serviriam, como sempre serviu, ao desfrute da elite social carioca.

## **2.8 O habitat e o componente racial**

Na cidade do Rio de Janeiro, uma hierarquização também serviu para marcar a produção e segregação do espaço. Neste processo não poderíamos deixar de lado a questão racial. Sendo assim, na ocupação dos espaços e materialização do *habitat* popular, a questão racial se revela como um critério inserido no desenvolvimento de espaços segregados, precarizados, onde havia o predomínio da população negra. Neste momento, os negros não mais na condição de escravos, mas, ainda assim, subalternizados tanto socialmente quanto espacialmente. Muitos foram compelidos a ocupar os morros ou a se lançar a enormes distâncias com relação ao centro da cidade do Rio de Janeiro, ocupando as áreas suburbanas ou as cidades vizinhas da Região Metropolitana.

Compunham um tipo de mão de obra que exercia algumas atividades socialmente estigmatizadas, como é o caso, por exemplo, dos vendedores ambulantes e das empregadas domésticas. Neste último caso, muitas era obrigadas a usarem uniformes brancos. O uniforme nesta cor era um símbolo na hierarquia social, evocando o antigo papel da mucama.

A favela é um produto genuíno da efetivação desse processo no espaço carioca. Se converteram, durante a modernidade, em grandes bolsões de pobreza constituídos em muitos casos por grandes comunidades, onde coexistem muitas moradias precárias, mas de grande riqueza cultural, principalmente, de origem negra. O advento do *habitat* favelado surgiu como

um esgarçamento do tecido espacial, através de bruscas rupturas na paisagem, sem intermédio ou transições.

Esse momento deve ser considerado marcante pelo aporte e energia que se empregou na transformação espacial, durante a administração do prefeito Pereira Passos. A Reforma Passos não apresentou como consequência uma mudança estrutural no sistema econômico e, sim uma adequação física da cidade as novas perspectivas do modo de produção capitalista em uma escala mundial (ABREU, 1988).

Não houve nenhum fator suficientemente forte a ponto de elevar drasticamente a pobreza, mas sim, um reordenamento socioespacial, em que, principalmente, o negro foi desfavorecido, sendo obrigado a se deslocar da área central da cidade para as freguesias rurais e para os morros.

Segundo Engels (1979), na cidade moderna, a crise habitacional é produto da forma burguesa, ou seja, sua manifestação está indissolúvelmente subordinada ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção. No caso da cidade do Rio de Janeiro, a crise também estava associada a apropriação capitalista deste espaço. Segundo análise de Benchimol (1990), inspirando sua metodologia nos fundamentos marxistas, a habitação na condição de mercadoria, possui seus valores de uso e troca. Para o trabalhador assalariado a habitação possui o valor de uso relacionado a reprodução de sua força de trabalho. O seu valor de troca está atrelado as condições de oferta e demanda. Com o fim da escravidão e consequente migração destas populações em direção aos centros urbanos, somando-se ao engrossamento das migrações estrangeiras, a demanda pelas habitações elevou-se em demasia em relação a oferta destas. Obviamente, tal quadro só resultou em agravar a crise tornando ainda mais elevados os preços das habitações.

Durante o velho regime escravista, como vimos, a habitação era provida pelo senhor da casa grande. Já no modo de vida urbano-industrial a mão de obra assalariada, também entendida na condição de mercadoria, acaba se tornando “escrava” de suas necessidades, sendo obrigada a gerir seus recursos de modo a atendê-las. Contudo, a contradição estava posta, o rápido crescimento populacional da cidade e o valor elevado dos imóveis e aluguéis não permitiriam que o trabalhador suprisse sua necessidade de habitar em condições dignas e higiênicas.

Aliado a esta questão estava o fato de que, de acordo com a mesma lógica capitalista, havia a necessidade da produção de um exército industrial de reserva que visava influir no valor de troca da mercadoria mão de obra, através do controle dos salários a valores que pudessem dar conta de viabilizar a reprodução do capital. Como vimos no discurso de posse do presidente Rodrigues Alves a motivação para a imigração estrangeira era de cunho econômico. Sendo assim, fica claro que as funções estavam definidas, a mão de obra estrangeira seria a titular à oferta de trabalho e a mão de obra negra brasileira serviria à composição do exército industrial de reserva.

Sobre a última afirmação, se mostrou relevante neste ponto esclarecer que, concordamos em parte com o argumento de que a Geografia chamada como crítica, a qual a forte influência do método marxista, em suas produções acadêmicas, ao pensar o cotidiano e a espacialidade dos territórios urbanos de modo excessivamente pautado na dinâmica das classes sociais, como um resultado da produção econômica, pode nos levar a certos equívocos interpretativos.

A partir do componente racial que, de modo algum, contradiz o método marxista, teremos condições de analisar este processo de modo mais abrangente e realista possível, considerando as peculiaridades do Rio de Janeiro. Estamos conscientes da existência de outras peculiaridades, como a questão da mulher, mas por questões metodológicas, não nos aprofundaremos, pois acabariamos nos dispersando de nossos objetivos.

Sob a luz de alguns ajustes e esclarecimentos da epistemologia e do método marxistas, entendemos ser possível adequar o caráter, por vezes, dito como homogeneizador por alguns, de inúmeras questões e demandas que estavam encobertas neste processo. Diante desse quadro, entendemos a importância de uma noção que aflorou em uma perspectiva epistemológica e metodológica crítica, de caráter descolonial ou, como ficou mais conhecida, decolonial.

Essa perspectiva se incumbiu de descentralizar as análises, ou seja, propor uma base epistemológica produzida no Sul do capitalismo, ou seja, na periferia mundo, que parte essencialmente dos próprios territórios em questão e dialoga com as comunidades, reconhece suas particularidades, traz, deste modo, o outro à tona, agora, não mais falando por ele, mas sim, dialogando com ele.

Neste sentido, a raça é uma diferença elementar nessa perspectiva, pois, em muitas colônias, assim como na antiga brasileira, devido à incorporação da escravidão do negro africano na estrutura social e produtiva ocorreu, com o fim da colonização, que a raça foi incorporada como um critério na produção da hierarquia social. E esta hierarquia não sofreu alteração com o fim da escravidão, sendo o negro preterido na condição de mão de obra na atividade produtiva. No Rio de Janeiro se privilegiou a mão de obra imigrante, o que levou contingentes expressivos da mão de obra negra a compor o exército industrial de reserva, como já mencionado, restando-lhes a dedicação a atividades informais que podem ser entendidas como estratégias de sobrevivência. Atividades consideradas pela sociedade como subalternas.

As palavras de Quijano, marxista e representante do pensamento decolonial, servem de amostra para ilustrar como se estruturou, em cidades latino-americanas, nesse bojo também se encontra o Rio de Janeiro, uma hierarquia social balizada pela raça:

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, Anibal, 2005 p.117).

Nesse contexto, o discurso oficial que legitimava a imigração europeia sobre o alicerce da modernização e do crescimento econômico abstraía uma intenção subjacente: o branqueamento da população. Pois, sob a influência de uma ideologia eurocêntrica, como se constatou do ponto de vista arquitetônico e funcional na transformação espacial sofrida pela cidade do Rio de Janeiro durante a Reforma Pereira Passos, se pretendia reproduzir uma Paris nos trópicos.

E para uma cópia legítima da cidade francesa, também, era necessário um branqueamento genético e simbólico da população, instituindo hábitos ocidentais entre os nossos. Hábitos esses concebidos como civilizados. E, neste sentido, se justificaria a repressão de diversas manifestações populares na capital, como a que sofreu os jogos de capoeira e os terreiros de candomblé. Além do fato da imigração de indivíduos provenientes do continente africano e asiático necessitarem de autorização do congresso nacional, em cotas pré-estabelecidas. O mesmo não ocorria com indivíduos de origem europeia (Simas, apud Diniz, André, 2021).

Como se pode perceber, o discurso modernizante justificado pelos ideais de progresso material, civilizatório, higienização e mobilidade serviu para legitimar a produção autoritária de um espaço urbano extremamente segregado e hierarquizado socialmente e espacialmente, tendo a raça como um dos critérios no desenvolvimento deste processo. Como podemos observar, o caso do espaço carioca que, como em muitos outros lugares, em especial na América Latina, participaram do processo escravista-colonial, o racismo teve sua contribuição como um dos elementos constitutivos do espaço e da cotidianidade.

A favela como espaço transmutado, adensou-se de forma significativa, à medida que a reforma do espaço urbano do Rio de Janeiro avançava no sentido de adequá-lo aos investimentos capitalistas. Se, por um lado, a cidade ganhava as feições de modernidade (ABREU, 1988), deixando-a cada vez mais parecida com as cidades europeias (SODRÉ, op. Cit.), de outro lado incrementavam-se cada vez mais os núcleos favelados com a extinção de áreas de cortiços que ainda abrigavam populações pobres, principalmente negras, egressas de cativerios. Além desse fato, ressalta-se que ainda coexistiam as principais dificuldades: o déficit habitacional e as relações de proximidade com os locais que ainda ofereciam emprego (campos, 2005 p. 24).

Atento a isto, Campos visualiza e enfatiza o componente racial nas transformações espaciais, onde o indivíduo negro, inserido no bojo das camadas populares, merece destaque no quesito quantitativo.

### 3 CAPÍTULO III

#### REVOLTAS POPULARES: UMA REAÇÃO OU VIOLÊNCIA?

##### 3.1 A Revolta da Vacina: primeiras considerações

Sabe-se que as manifestações populares que caracterizaram a Revolta da Vacina se desencadearam imediatamente à publicação do projeto de regulamentação da Lei da Vacinação Obrigatória. Contudo, entendemos que considerar a revolta como uma consequência pura e simplesmente de um fato isolado, restrito ao episódio da vacinação de caráter obrigatório, é uma maneira equivocada de interpretar esse fenômeno ocorrido na cidade do Rio de Janeiro. Entendemos ser necessário considerar as condições sociais, econômica, políticas e espaciais da cidade a partir de um recorte que abarque período anterior e durante a revolta popular. E, com isso, lograr uma interpretação que dê conta de explicar de maneira convincente o caráter contestador e radical das massas.

Sendo assim, cabe aqui considerar que uma atitude de violência radical por parte de um povo, de modo geral, a ponto de se colocar na linha de fogo das armas, emerge como um último recurso desesperado de defesa contra violações de cunho autoritário do qual pouco ou nada se pode fazer em própria defesa. É importante lembrar que as transformações espaciais que caracterizaram a Reforma Urbana Passos, da qual Passos não era o único ator<sup>18</sup>, se baseou em três frentes.

A primeira era solucionar o problema da circulação na cidade através das obras do porto e das aberturas de ruas mais largas. A segunda, seria a questão das remoções e demolições no tocante à habitação popular, que estava associada ao discurso higienista. Sob o mesmo discurso estava a terceira frente - campanha da vacinação obrigatória contra a varíola – que serviria para melhorar a imagem do Brasil no exterior, contribuindo também para favorecer a entrada de mão de obra e investimentos estrangeiros. Ou seja, as três frentes faziam parte do mesmo processo considerado como necessário para que o Brasil, sob a liderança de sua capital, pudesse ingressar no mundo do capitalismo moderno.

O processo modernizante não se restringiu a meras transformações espaciais. A transformação espacial implicou, também, em uma transformação da própria sociedade. Como vimos anteriormente, no processo de produção do *habitat*, através da transformação da forma de habitar, explicitou-se por meio métodos truculentos e discriminatórios. Com relação à campanha de vacinação contra a varíola os métodos foram os mesmos. E não poderia ser de maneira diferente por se tratar de eventos interligados. Cada qual contribuiu no processo que intensificou e ampliou do tratamento espúrio e autoritário contra as massas populares da cidade.

No dia 9 de novembro de 1904, inicia-se o plano de regulamentação do projeto de lei da vacinação obrigatória contra a varíola. Fora enviado ao Congresso Nacional pelo senador Manoel José Duarte. No dia 10 de novembro, o plano é publicado pelo jornal *A Notícia*<sup>19</sup>. Prontamente, uma onda de medo e histeria percorrem a capital, os meios de comunicação de oposição e adversários políticos do governo federal intensificaram suas ações através da vociferação do discurso contra o plano de regulamento, pois, era considerado autoritário e anticonstitucional.

---

<sup>18</sup> Osvaldo Cruz, comandante da frente sanitária também estava integrado a reforma urbana, pois, as incursões sanitaristas também implicavam em remoções e demolições.

<sup>19</sup> Segundo José Murilo de carvalho o projeto de regulamentação escrito pelo próprio Osvaldo Cruz vaza para o jornal *A notícia*.

Uma das pautas de maior temor dos populares contra o projeto era a sua moralidade discutível associada aos instintos brutais dos agentes encarregados da campanha (fiscais, enfermeiros e policiais), já de amplo conhecimento pela sociedade. Verificou-se um temor de cunho moral associado à honra e a liberdade dos indivíduos. Estes eram os principais pontos que mais se replicavam nos discursos públicos de populares durante os comícios na praça São Francisco de Paula<sup>20</sup>. O povo era regularmente incitado por oposicionistas e meios de comunicação à insurreição e esse sentimento coletivo pode ser bem sintetizado pela fala de Teixeira Brandão que, curiosamente, declarava-se apoiador do projeto no congresso, no dia 13 de novembro de 1904.

“Nem em bases sérias siferece para estudo ou remodelação esse trabalho, inconstitucional na mór parte de suas disposições em que se acumulam medidas vexatórias, violentas, ilegais, que ferem de frente a liberdade do cidadão; em que se trata com verdadeiro menospreço à classe médica, colocando-a sob o mais odioso regimen de suspeição” (Correio da Manhã, 13 de novembro de 1904).

Outro ponto questionável era a eficácia da vacina, apesar de não ser um método científico recente, que já fora utilizado desde inícios do século XIX e que consistia na introdução do próprio vírus no corpo humano. Ainda assim, causava grande algazarra e temor na sociedade, figuras proeminentes e distintas, como como foi o caso de Rui Barbosa, manifestava publicamente seu próprio receio com relação a tais métodos. A partir daí, pode-se imaginar tal repercussão no imaginário popular, considerando se tratar de uma população com pouco acesso a instrução e informação.

O plano de regulamento que serviu de estopim para o levante popular foi elaborado pelo próprio Osvaldo Cruz – nomeado por Rodrigues Alves como diretor do Departamento de Saúde Pública – que, para aceitar o cargo exigiu do presidente da República amplos poderes na aplicação dos métodos e recursos para tal empreitada. Evidentemente, o conteúdo do regulamento serviu para acirrar os ânimos, pois possuía um caráter extremamente autoritário, assim como todas as ações da reforma: incluía a aplicação de multas e demissões em caso de recusa à vacinação, exigia a realização de exames e reexames e criava possibilidade de interdições das habitações ao sabor dos fiscais sanitários, entre outros<sup>21</sup>.

Contudo, em nenhum momento se vislumbrou, por meio do regulamento, a preparação psicológica da população. Esta que, aliás, desde o início não imaginava nem de perto, tudo que enfrentaria com a chegada de Rodrigues Alves ao poder. Até então, a sua ascensão ao cargo de Presidente da República era vista, de modo geral, pela população como mais um representante da elite cafeeira de São Paulo que se apossara do poder para atuar em favor de sua base política. E representaria uma continuação do programa político de seu antecessor: Campos Sales<sup>22</sup>. De certo modo, tal pensamento não estava de todo errado, mas, havia muito mais que isso, a insensibilidade política e burocrática do presidente e seus subordinados seria fatal para todos os envolvidos (SEVCENKO, 2013).

### 3.2 O levante golpista e a insurreição popular

No dia 5 de novembro de 1904 foi fundada a Liga Contra a Vacinação Obrigatória, movimento de oposição contra o governo de Rodrigues Alves que aglutinava interesses diversos em sua composição. Entre seus líderes estavam figuras como o então senador e

<sup>20</sup> O teor do discurso de populares nos comícios é relatado por jornalistas que os acompanharam ao vivo durante a insurreição. Consultar *O Correio da Manhã, O paiz e O Commercio do Brazil*.

<sup>21</sup> *A Notícia*, 10 de novembro de 1904.

<sup>22</sup> No qual o arrocho econômico e elevação do custo de vida foram suas principais marcas.

Tenente-coronel Lauro Sodré, Barbosa Lima (também representante de setores militares) e Vicente de Souza. O movimento reunia o apoio dos Jacobinos, grupo de inspiração positivista, nacionalista e estatizante que defendia um governo ditatorial aos moldes do florianismo, associado aos primeiros anos da República. Viam na figura de Floriano Peixoto um *mito*. Reunia, também, alguns setores do exército que se sentiam desprestigiados pelo governo dos paulistas, como também monarquistas desamparados com a perda de prestígio sofrida com o fim do Império.

No dia 10 de novembro, em decorrência da publicação do plano de regulamento da Lei da Vacinação Obrigatória se inicia uma espontânea agitação popular, principalmente, nos arredores da Praça Tiradentes, Rua do Ouvidor e Largo São Francisco de Paula, onde se podia-se verificar a presença de estudantes, operários, militares, desempregados, entre outros<sup>23</sup>. As forças policiais são acionadas e dispersam os revoltosos, a partir daí, manifestações e passeatas passam a ser proibidas pela polícia.

No dia seguinte, a Liga Contra a Vacinação Obrigatória entra em ação, tentando se aproveitar da manifestação espontânea do povo, desafiando a proibição policial, marca um comício no Largo São Francisco de Paula. Entretanto, seus líderes não comparecem ao evento. Populares discursam para os insurretos, inflamando-os ainda mais. Novamente as forças policiais são acionadas, a cavalaria é enviada de sabre nas mãos e, após provocações de ambos os lados, avança sobre a multidão impetuosamente. O comércio local prontamente fecha suas portas e a infantaria militar também avança contra os populares com carabinas curtas nas mãos. Pedras são arremessadas e tiros são disparados. Não demora muito para que as ruas já estivessem manchadas de sangue.

Com a repressão policial, a multidão se dispersa pelas ruas centrais, se entrincheiram em casas vazias e em becos curtos onde a ação da polícia era mais difícil, restos das obras da Reforma Urbana (vergalhões de ferro e pedras do concreto) são utilizados como armas pela população, alguns populares também reagem com armas de fogo contra as forças policiais. Na Praça Tiradentes um homem de tocaia na parte superior de uma construção, com uma espingarda atira contra a polícia, após ferir e matar vários policiais, o atirador é abatido. Ao término do confronto o cenário era típico de guerra, o chão ficara coberto de corpos, o número de mortos e feridos de ambos os lados era incalculável (SEVCENKO, 2013).

As oito horas da noite deste mesmo dia (11 de novembro) uma multidão de cerca de três mil pessoas se aglutina na rua Espírito Santo - atual Pedro I - e inicia uma marcha ameaçadora em direção ao Catete. Ao se saber da aproximação dos revoltosos, prontamente, o Palácio prepara uma forte proteção policial em seu perímetro. Após avistar as tropas a multidão se volta para o Centro da cidade.

Nas proximidades do Largo da Lapa os revoltosos se deparam com o carro do chefe de polícia, general Piragibe. Cria-se um momento de tensão com xingamentos e ameaças, pedras são lançadas, tiros são ouvidos e no meio da confusão um civil cai morto. O reforço policial chega ao local e dispersa a multidão, que ao ser repelida e enquanto recua, vai quebrando tudo que vê pela frente, luminárias públicas, bondes, lojas comerciais, calçamento, quase nada escapa da fúria popular. Por acaso ou não, de maneira consciente ou subconsciente, ocorreu que a maior parte dos equipamentos da cidade quebrados pelos populares foram aqueles que representariam a modernidade no espaço da cidade. Esta última, aliás, virara uma praça de guerra.

No dia 12 de novembro de 1904, a Liga Contra a Vacinação Obrigatória convocara um novo comício na sede do Centro das Classes Operárias, Lauro Sodré e Barbosa Lima elaboram um discurso no qual almejam dar um sentido político à insurreição. Uma narrativa em que se associa à revolta popular a um suposto esgotamento do programa político dos

---

<sup>23</sup> José Murilo de Carvalho, 1987.

conservadores paulistas, exigindo um republicanismo ferido, do tipo ditatorial contra os barões do café e os credores internacionais, representado pela linha do florianismo e Aliança Jovem Militar. Entretanto, para os populares amotinados, tratava-se mais de lutar pelo respeito a sua condição de humanos (SEVCENKO, 2013).

Sendo assim, a intenção da liga fracassa em seu propósito de aglutinar os insurretos em torno de sua causa política. Isto enfraquece sua liderança sob o movimento e a consequência imediata é a continuidade do curso da rebelião aos moldes em que se iniciara, de maneira espontânea e dispersa. Neste dia, a fúria popular continua implacável, com a destruição de veículos, calçamentos e luminárias. Delegacias são assaltadas, abastecendo os revoltosos com armas de fogo. Alguns lojistas, simpatizantes ao movimento, colaboram espontaneamente doando dinamites. Neste ponto, as autoridades já haviam perdido completamente o controle do Centro da cidade e de bairros periféricos, como Gamboa, Saúde e Sacramento. Diante do quatro, as tropas fluminenses do exército de estados vizinhos, como Minas Gerais e São Paulo, são acionadas e se dirigem à capital para reforçar às forças de segurança. Por fim, se juntaram a estas a guarda nacional e, em seguida, os bombeiros foram armados.

Os líderes da Liga tinham aspirações golpistas e, mesmo tendo sua liderança sobre o movimento enfraquecida, tinham um plano para assumir o poder no dia 15 de novembro de 1904, se aproveitariam das comemorações da Proclamação da República para insuflar a Escola Militar da Urca e de Realengo. Esta última serviria de apoio. Em seguida, marchariam da escola da Urca até o Palácio do Catete, com o propósito de depor o Presidente da República. Contudo, a própria convulsão social, ironicamente, frustrou as pretensões golpistas. Devido ao caos generalizado, os desfiles de 15 de novembro foram cancelados e a cidade entra em estado de sítio. O general Silvestre Travassos que iria comandar os desfiles e, estando mancomunado com os golpistas, iria tentar sublevar os militares participantes dos desfiles em favor do golpe contra Rodrigues Alves. A ideia era, após a queda do presidente, implantar um modelo de ditadura militar preconizado pelos positivistas.

O cancelamento dos desfiles não era esperado e deixou os conspiradores em um momento de hesitação, sem saber o que poderia ser feito a partir de então. Esse tempo perdido para a reorganização do plano golpista foi fatal. O plano de tomar a escola de Realengo fracassou devido à intervenção do general Hermes da Fonseca. Na escola da Urca, após a sua tomada, os golpistas decidiram marchar em direção ao Catete somente às dez horas da noite, muitas horas depois do que fora combinado a princípio.

Com o fracasso em Realengo, o Palácio do Catete fora alertado e as tropas governistas reforçaram o seu perímetro. Outra parte das tropas iniciaram uma marcha em direção a Escola Militar da Urca. Em Botafogo, na altura da Rua da Passagem governistas e golpistas se encontraram e entraram em confronto sob o breu da escuridão. Após intensa troca de tiros a tropa golpista se rende e Lauro Sodré é morto no confronto. O golpe havia fracassado. Com a desistência do governo em levar à diante a regulamentação da Lei da Vacinação Obrigatória a revolta perde folego, restando ainda alguns poucos focos de resistência que gradualmente foram sendo controlados.

No dia 16 de novembro de 1904, a cidade amanhece irreconhecível, o número total de mortos é controverso, pois há uma ausência de fontes confiáveis e dados específicos. Uma condição que dificultou o trabalho dos pesquisadores que trataram desse tema. Uma das possíveis fontes, os relatórios policiais, apresentam um caráter ideológico, no qual procurou-se principalmente desqualificar os revoltosos e justificar a repressão. Situação semelhante verificamos nos textos jornalísticos, em que os de oposição buscavam legitimar a revolta e os de situação desqualificá-la. Impressiona o fato de os relatos citarem constantemente a utilização de armas de fogo e a ocorrência de tiros em todo momento nos confrontos, contudo, o número de mortos quando não citados se restringem a um, dois ou três, incluindo

manifestantes e membros das forças policiais, ao fim dos principais confrontos. Como neste exemplo de um confronto ocorrido na rua do Regente pelo *Jornal do Commercio*, quando a cavalaria ataca, diz:

“Foram arremessadas garrafas, latas, pedras, mil projeteis das casas e da rua, enquanto, de baixo o povo repelia a tiros de revolve, a golpes de ferro e cacete. O tiroteio foi tremendo, conseguindo a força dispersar os amotinados (...) no chão três mortos (...)” (*Jornal do Commercio*, 15 de novembro de 1904).

Em levantamento feito por Pedro Paulo Soares, utilizando como fonte os principais jornais da época, se mensurou um total de 23 mortos e 67 feridos. Considerando as dificuldades, seria uma tarefa difícil aferir com precisão o total de mortos pela Revolta da Vacina. Ainda mais, levando em conta que possivelmente a maior quantidade de mortes deu-se com o fim da revolta, através da “limpeza” que o governo federal produziu na cidade, prendendo a população de rua, pedintes, desempregados e desocupados sem o devido processo legal. Essas pessoas recolhidas eram embarcadas em navios prisões, chamados de “presigangas”, em condições desumanas, para o Acre, relembrando os navios negreiros. Muitos morriam no caminho. Somente três pessoas foram processadas após o fim da Revolta<sup>24</sup>.

Como vimos, a rebelião popular perdeu força quando o governo decide pela revogação da Lei da Vacinação Obrigatória. Contudo, alguns pontos de resistência ainda se mantem, como nos bairros da Saúde e Sacramento. No primeiro, ficou conhecido, por se destacar como um dos líderes da resistência contra as tropas governistas, Horácio José da Silva, estivador e jogador de capoeira, conhecido como o Prata Preta. Sabe-se que foi preciso cinco homens do exército para detê-lo. Após a sua captura acredita-se que também foi embarcado a força para o Acre. O clima de terror e tensão permaneceu na cidade durante um bom tempo. Logo após o controle da rebelião iniciou-se, como já mencionado, o período de “caça às bruxas” através da repressão governista que se seguiu até dois anos após a revolta.

A Escola Militar da Urca fora fechada, seus alunos foram enviados para as regiões de fronteira e posteriormente desligados. Os revoltosos civis foram perseguidos e presos e a grande maioria era enviada para o Acre, para os trabalhos forçados nas linhas de ferro de escoamento da produção da borracha. Também, aproveitou-se esse momento para completar a higienização da cidade de maneira assustadora e desumana. Muitos indivíduos que não tiveram nenhum tipo de participação na revolta foram presos e enviados à revelia, sem direito à defesa, para os trabalhos forçados (*SEVCENKO*, 2013). Não seria uma maneira também de aproveitar-se da catástrofe para de maneira espúria aliviar a pressão demográfica da capital?

É crível que somente a apreensão popular e a inabilidade política dos governistas tenham causado tamanha insurreição? Entendemos ser necessário um olhar mais profundo às condições enfrentadas pelas classes populares, não somente no recorte da Revolta da Vacina, que abrangeria o momento do envio do projeto da Lei da Vacinação Obrigatória até o fim da revolta, para encontrarmos elementos que justificasse a maior insurreição urbana da História do Brasil. Consideramos prudente um olhar mais profundo, abarcando o processo socioespacial da Reforma Urbana Passos e da Revolta da Vacina como um todo, a partir de uma hierarquização de fatos, onde o autoritarismo emerge como fator principal neste processo que abarcaria as transformações espaciais (demolições e desapropriações) e sanitárias (Lei da Vacinação Obrigatória). Esta última revelara-se como um estopim de toda revolta acumulada.

---

<sup>24</sup> José Murilo de carvalho, 1987.

### 3.3 As condições da Revolta da Vacina: austeridade e autoritarismo político

A cidade do Rio de Janeiro entra no século XX com um quadro de arrocho fiscal. Foram aplicadas medidas como impostos sobre o consumo e demissões de servidores públicos. Todavia, a produção de café se mantinha privilegiada pelas políticas dos governos paulistas, mantendo as elevadas taxas de lucros, em contrapartida os serviços públicos, o comércio e a indústria agonizavam. Os valores dos aluguéis das habitações atingiram a números exorbitantes e o desemprego a índices alarmantes.

O ambiente era de uma das maiores crises socioeconômica da história do país. Dentre os primeiros presidentes civis da República coube a Prudente de Moraes estabilizar as instituições republicanas, constantemente ameaças pelos ímpetus autoritários e golpistas. No governo de seu sucessor, Campos Sales, o principal objetivo era estabilizar a economia por meio da austeridade e do arrocho. Um peso que recaiu, principalmente, sobre os mais pobres. Já Rodrigues Alves chega à presidência no sentido de dar continuidade ao projeto político da elite cafeeira, representada por sua própria pessoa e a de seus antecessores. Seu papel era modernizar e higienizar a capital.

É nesse contexto socioeconômico que Francisco Pereira Passos chega ao comando da prefeitura da cidade para modernizar, embelezar e remodelar o espaço urbano do Centro. Evidentemente, Rodrigues Alves levou em conta em sua escolha a experiência adquirida de Passos, que acompanhou de perto o processo de reestruturação espacial da capital francesa. Porém, considerando suas especificidades, seria uma tarefa fácil operar uma transformação de grande porte na cidade do Rio de Janeiro. E, já se precavendo contra os desafios e as resistências que teria que enfrentar, como condição para assumir o cargo, o engenheiro exige junto ao presidente poderes irrestritos. Como vimos, a mesma condição foi exigida por Osvaldo Cruz. Rodrigues Alves prontamente acata a exigência de Passos.

A Lei de 29 de dezembro de 1902 cria um novo estatuto de organização municipal para o Distrito Federal. O novo estatuto adia as eleições da Câmara Municipal por seis meses, concedendo neste período poderes tirânicos à Passos e ausência de defesa à comunidade. No seu artigo 3 ainda estava disposto que o prefeito governaria sozinho durante o recesso da Câmara Municipal. Juristas e personalidades, como Ruy Barbosa, alertavam para o caráter arbitrário e inconstitucional da lei e aos perigos do autoritarismo. Era considerada uma lei de exceção, sem consulta popular, sem recursos para reagir, restando somente submeter-se. Não tarda para que pipocasse nas ruas da cidade a expressão *Ditadura Passos*. Associada à estas medidas, estava o que podemos chamar de *Ditadura Sanitarista*, liderada por Osvaldo Cruz. As duas frentes operavam de maneira integrada e complementar, pois a questão sanitária estava inserida no conjunto de medidas da Reforma Urbana Pereira Passos, tanto é que também servia de justificativa para realizar demolições (lei de março de 1904).

Esta lei concede amplos poderes aos fiscais sanitaristas, permite invadir, vistoriar, fiscalizar e demolir as habitações. Estabelece também um foro próprio dotado de um juiz especialmente nomeado para dirimir as questões e controlar as resistências, também ficam vedados recursos à justiça comum. O projeto de lei da vacinação obrigatória amplia essas condições à toda cidade, restando, assim, como único e último recurso possível à população inofensiva o amotinamento.

Outro ponto que cabe destaque foi, como vimos, a explosão demográfica ocorrida entre o final do século XIX e início do XX. Alguns fatores podem contribuir para explicar esse fenômeno. O fim da escravidão em 1888 provocou um verdadeiro êxodo das fazendas fluminenses, já em estado de decadência, em direção à capital. O fenômeno do encilhamento atraiu também grandes contingentes populacionais de várias partes do país na esperança da fortuna fácil. Também o fato de a capital possuir o status de maior mercado de trabalho já era

um atrativo por si mesmo. Por último, podemos destacar a imigração estrangeira, intensificada no governo Rodrigues Alves. Esses fatores elevaram a pressão demográfica e, conseqüentemente, o inchaço das habitações coletivas.

Já período do governo de Campos Sales, as agitações, devido à insatisfação popular com a política de austeridade, já ensaiavam o que estava por vir. Verificou-se, também, neste período um aumento da criminalidade na cidade, houve elevação nos índices de homicídios, vadiagem, prostituição, roubos, assaltos, arrombamentos, mendicância e alcoolismo. Os agitações e motins se revelavam ameaçadores ao Estado, pois, o acanhamento da cidade fazia com que a população sempre estivesse próxima do Catete e das repartições estatais, tornando-as vulneráveis às massas. Nos quartéis periféricos sempre havia uma predisposição ao amotinamento. Evidentemente, a oposição política também havia percebido essas condições (SEVCENKO, 2013).

É difícil afirmar se havia alguma motivação prévia na reforma urbana como, por exemplo, seria o caso do controle das massas em uma cidade com as condições citadas do Rio de Janeiro. Contudo, não poderíamos excluir algumas principais razões que podem ser comprovadas no discurso oficial. A prevenção contra motins e rebeliões não estava presente no discurso oficial, até porque não poderia ser algo dito às claras, pois se configuraria como uma confissão do autoritarismo. Tal postura não seria necessária para que este quesito entrasse na lista de razões. Uma análise do contexto, em que a reforma se incluía, norteadas pelos preceitos da modernidade e de tudo que a acompanha e, principalmente, a adoção do modelo parisiense, onde o controle das massas operárias era crucial, já bastaria.

Dentre as condições, entendidas pelos governos civis, para que se pudesse atender os preceitos da modernidade, estava a importação de capital e mão de obra. Daí a necessidade de passar a imagem ao mundo desenvolvido de uma nação próspera, civilizada, ordeira e dotada de instituições sólidas, ou seja, de um Estado consolidado e estável. Para muitos autores, entre eles David Harvey, em *A Condição Pós-moderna, 1979*, no bojo da modernidade está a ideia da aparência suplantando a essência. Isso quer dizer que para que o mundo acredite em algo como verdadeiro não seria necessário ser de fato, bastando apenas parecer ser verdadeiro. E, ao que aparenta, os governos civis da República Velha aprenderam essa lição antes do autor, pois a imagem do Rio de Janeiro que se almejava transmitir ao exterior estava em plena contradição com a realidade da cidade, que possuía uma multidão de aventureiros, mestiços, negros e imigrantes pobres que forravam a cidade de barricadas e punham em xeque as forças do governo.

Sendo Assim, a reforma seguiu deslocando espacialmente os pobres e eliminando os becos e vielas do Centro. A ação foi eficaz, pois a Revolta da Vacina foi o último motim clássico do Rio de Janeiro contra as medidas políticas autoritárias e inelutáveis, por meio de leis de exceções, práticas brutais, disciplinadoras e excludentes; separou-se o espaço do privilégio e as fronteiras da opressão e exclusão. Tratava-se não somente de uma transformação material, mas, também, moral (SEVCENKO, 2013).

Um exemplo interessante que poderíamos citar foi a demolição do Maison Moderne, que se localizava no antigo Largo do Rossio atual Praça Tiradentes. Tratava-se de um parque de diversões bastante conhecido como uma área de lazer popular. Pretendia-se sua demolição para o alargamento da rua Espírito Santo. Contudo, a concentração popular que ali ocorria também era alvo do incômodo das classes abastadas que frequentava espaços na mesma região. Na tentativa de impedir a demolição, seu proprietário conseguiu um mandado judicial que lhe garantia a posse do estabelecimento. Entretanto, ao espirar o mandado, à meia noite, os empregados de Passos já se concentravam no local com picaretas nas mãos. Ao alvorecer, já não restava pedra sobre pedra de um dos principais locais de diversão popular da cidade.

Dotado de livres poderes, Passos também age proibindo os bandos de vacas circularem e que os mendigos perambulem. Também, lança campanha para a extinção de cães vadios e

proíbe que se soltem pipas. Cria serviços de turmas com um ou mais caminhões de limpeza pública e as visitas de inspeção eram feitas sistematicamente em todas as habitações. Tudo que fosse encontrado em seu interior e fosse julgado prejudicial à higiene era removido para os caminhões. As visitas policiais e apreensões junto com a febre das demolições já dão o tom do terrorismo que prepara o clima para a revolta final. Uma comissão nomeada pelo Ministro da Justiça e Interior, em 1905, constatou que até esta data haviam sido demolidos seiscentas habitações coletivas e setecentas casas, primando de teto quatorze mil pessoas (BENCHIMOL, 1990).

Cabe aqui enfatizar, contudo, que a Revolta da Vacina não foi um levante isolado dos acontecimentos que a precederam, como pretende fazer crer o professor André Nunes de Azevedo, em sua recente obra “A grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro”, pois o autor, ao divergir e criticar a concepção da literatura de vanguarda, dentre os quais se destacam Sevcenko e Benchimol, que entendem os dois acontecimentos como interligados. Os autores destacam elementos que explicitam a quebra do cotidiano, dos laços de solidariedade e uma parcela gigantesca da população carioca. Contudo, Azevedo negligencia tais considerações que levam a um processo progressivo de uma crescente insatisfação popular. O autor se reserva a simplesmente afirmar que não haveria elementos que comprovassem tal hipótese, em uma nota de rodapé de seu livro.

“Afirmo aqui que tomo como nada justificável qualquer interpretação que vincule a Revolta da Vacina a uma reação da população carioca à Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, por conta da ausência de evidências documentais nesse sentido. Assumimos como mais ajustada a realidade dos fatos, as posições de José Murilo de Carvalho (1987), que entende essa revolta como uma reação ao que a população da época entendia como uma invasão governamental indevida da sua privacidade familiar, percepção essa que foi em grande proporção embalada pelos mais diversos boatos que atingiam a esfera moral da população do Rio de Janeiro, como aqueles que davam nota de que os agentes do governo federal invadiriam as casas e pegariam a força as mulheres e filhos dos operários e lhes aplicariam a vacina na virilha. Esses boatos pontificaram vastamente na imprensa da época no período. Sidney Chalhoub (1996) também fornece vastos exemplos de como os mitos em torno da campanha federal de vacinação foram decisivos para a revolta, como de que a vacina iria transmitir a doença, ou de que os vacinados ficariam com cara de vaca, que aparecia nas caricaturas de periódicos da época, pois o antígeno da vacina era recolhido de vacas infectadas” (AZEVEDO, 2016, p 136).

A partir desta afirmação do autor, se legitimou e se justificou algumas discussões a retornarem à mesa de debates. De maneira nenhuma a bibliografia tradicional tenta vincular a ideia de que a Revolta da Vacina foi uma reação direta da população contra a reforma, porém, não se pode negar que houve uma relação, ou seja, a Reforma Passos deve ser compreendida como um dos elementos de deram cabo de motivar a Revolta da Vacina. Ao que parece, em um afã de poupar a imagem do prefeito Pereira Passos, o autor o absolve da culpa de suas próprias ações. Mesmo sendo um dos objetivos de sua obra, essa narrativa não foi convincente e deixou lacunas importantes a serem preenchidas. Contudo, pesou mais a necessidade de produzir uma versão que daria sentido à sua obra.

O autor busca, a partir de dados biográficos de Passos, desassociar a Reforma Urbana da Reforma Sanitária. E, através de uma análise das personalidades do prefeito em comparação à do presidente, descolar o primeiro da imagem de Rodrigues Alves, que supostamente, segundo o autor, era movido por ideário modernizador baseado na noção de progresso material. Por outro lado, Passos, paradoxalmente, seria movido por uma noção de progresso civilizacional. Um ideário com suas raízes provenientes dos tempos do Império. Na outra ponta, Azevedo recorre ao imaginário mítico produzido na época, em parte pelos meios de comunicação e por opositores do governo, para servir de justificativa para a eclosão do

levante. Como que, por si só, os boatos e discursos inflamados relativos à vacinação obrigatória dessem conta de motivar o maior levante popular urbano da História do Brasil.

Neste contexto, é importante ressaltar, que a imprensa oposicionista criticava a obrigatoriedade da vacinação, mas fazia o mesmo com relação as transformações espaciais, demolições e remoções, desde que a reforma urbana se iniciara. Esse processo, evidentemente, contribuiu para produzir insatisfação e revolta na população de maneira acumulativa. Não consideramos a população como uma mera marionete da imprensa, mas, não se pode, por outro lado, pensar que as pessoas estão alheias e não podem, até certo ponto, serem influenciadas pelos meios de comunicação. A crítica oposicionista contra Passos e Rodrigues Alves, que já eram pesadas, posteriormente se dirige e amplia-se contra Osvaldo Cruz e a vacinação. Sendo assim, consideramos um erro a tentativa de se separar eventos de mesma natureza, que se manifestam de modo inseparável. A crítica contra todas as autoridades citadas fazia parte do mesmo caldo de ódio que entornou sobre a população. Poderíamos entender esse processo, também, como se fosse o pavio de um barril de pólvora que, ao ser aceso, inicia-se uma contagem regressiva para a explosão. A crítica oposicionista ateou o fogo, mas o barril de pólvora já estava lá.

Associado a isto, estava o fato de que havia um “bairrismo” intrínseco ao imaginário popular carioca, considerando que era a capital do país e a maior parte dos gestores da cidade não eram naturais do Rio de Janeiro. E, por isso, entediava-se que não tinham que não tinham conhecimento ou eram indiferentes às questões e necessidades reais da população. Esta realidade contribuía para intensificar as críticas.

Contrariando o que foi dito por Azevedo, José Murilo de Carvalho (1987) admite que o contexto de crise econômica e social anterior a Revolta da Vacina evidentemente repercutiu na insurreição. Do mesmo modo que Benchimol e Sevecenko, Carvalho narra o contexto explicitando as mazelas causadas pelos governos paulistas e o autoritarismo de Pereira Passos em suas intervenções na cidade. Narrativa que, aliás, estava ausente na obra de Azevedo.

“A Revolta da Vacina deu-se em contexto econômico e político cujo exame já foi feito. Igualmente, já foram estudadas com razoável profundidade as reformas empreendidas pelo governo de Rodrigues Alves (...)”

“Tal atividade evidentemente provocou reboliço na cidade e perturbou a vida de milhares de pessoas, em especial os proprietários das casas desapropriadas para demolição, os proprietários das casas de cômodo e cortiços anti-higiênicos, obrigados a reformá-los ou demoli-los, e os inquilinos forçados a receber os empregados da saúde pública, a sair das casas para desinfecções, ou mesmo a abandonar a habitação quando condena à demolição”. (...) Nesse ambiente, teve início a luta pela implantação da vacina obrigatória contra a varíola, a terceira epidemia no alvo de Osvaldo Cruz (CARVALHO, 1987).

Entretanto, Carvalho minimiza o autoritarismo de Osvaldo Cruz e de seu projeto de regulamento, alegando que o caráter obrigatório da vacinação já havia ocorrido em Paris no início do século XIX e, inclusive, já havia inúmeras outras leis de mesmo caráter no Brasil desde o período imperial que, todavia, não pegaram. Na introdução de sua obra, considera que a relação entre dominador e dominado necessita de legitimidade, ainda que seja a apatia dos cidadãos. Ou seja, trata-se de uma via de mão dupla. Nesse sentido, estamos de acordo com a visão do historiador. Mas, de acordo com essa lógica, não seria a insurreição contra a Lei da Vacinação Obrigatória uma quebra da apatia popular e, conseqüentemente, da base que legitimava a dominação, a partir do momento em que se percebe que desta vez que a lei pegaria? Ou, se não pegasse, seria imposta custe o que custasse. Será que o autoritarismo imposto pelo início da Reforma Urbana e as campanhas anteriores de vacinação<sup>25</sup> não

---

<sup>25</sup> Contra a febre amarela e a peste bubônica, trabalhos iniciados em abril de 1903 (Carvalho, 1987).

serviriam como um indício às massas populares que desta vez seria diferente? Desta vez atingindo a todos.

Em sua nota de rodapé, mesmo sendo pouco elucidativa, Azevedo nos conduz a acreditar que Carvalho, de certo modo, parece considerar o ponto de maior relevância o poder dos artigos midiáticos e dos boatos como causa exclusiva da insurreição. Contudo, tal ideia entraria em rota de colisão com a própria narrativa de Carvalho que, pelo nosso ponto de vista, tratou simplesmente de elencar os acontecimentos apontados como um dos fatores que incrementam o processo. O autor também cita Chalhoub, colocando-o na mesma prateleira de Carvalho o que, de fato, não parece coerente, a obra de Carvalho e Chalhoub não dialogam neste sentido.

Talvez Azevedo tenha interpretado erroneamente a visão de Carvalho devido a alegação do autor de que o projeto de regulamentação da Lei da Vacinação Obrigatória não passava de um esboço e ainda passaria por ajustes, conforme palavras do próprio governo, após as duras críticas que havia recebido com a sua divulgação pelos meios de comunicação. A partir daí, Azevedo pode ter considerado que Carvalho também estivesse de acordo que a motivação maior para a revolta tenha emergido dos boatos.

Carvalho ainda diz que o projeto de regulamento final foi bem mais ameno do que o projeto original proposto por Osvaldo Cruz, mas quando este último vem a público a insurreição já estava em um estágio de inviabilidade de controle. Entretanto, a nosso ver, neste ponto, surge alguns questionamentos. Não seria os termos do próprio projeto original uma afronta à população? Era cabível esperar mudanças consideráveis ao caráter autoritário do projeto? O que se podia esperar de um governo que até então havia deixado as massas populares sem poder se defender pelos meios jurídicos?

Entendemos que a narrativa da “manipulação” popular, proposta por Azevedo, dizendo-se estar apoiado em Carvalho e Chalhoub, no sentido de ser entendida como causa exclusiva da maior revolta popular experimentada pela cidade é rasa e simplista. E o argumento da ausência de elementos que comprovassem a relação da Reforma Passos com a Revolta da Vacina isenta o autor de uma análise mais profunda que poderia levantar contradições nos objetivos de sua obra.

Não temos a pretensão de negar ou mensurar o nível de relevância da influência midiática e da “boataria” no imaginário popular; ou mesmo mensurar o grau de influência da Reforma Urbana, mas também não podemos concordar com a posição do autor. Entendemos que, ao sugerir tal relevância das “fake News”, entra em um campo contraditório do ponto de vista epistemológico.

Tomemos o discurso do senador Lauro Sodré reproduzido pelo Jornal Correio da Manhã, no dia 7 de novembro, três dias antes da eclosão da revolta. O senador usa termos como defesa da família e do lar, honra, liberdade e homens de bem.

O povo de estar hoje convencido de que o momento que não admite dúvidas nem vacilações (...) é preciso agir em defesa do lar, e que é necessário expor o peito para abroquelar a honra da família do assalto eminente que se aproxima. (...) Do quanto vamos perdendo do nosso patrimônio dos homens livres (...) repelir com energia a odiosa medida é obrigação indeclinável dos homens de bem (...) (Correio da Manhã, Ano 1904\Edição 01243).

Percebe-se claramente o componente de interesse político na fala do senador que estimula a população ao uso da violência pelo que ele chama de assalto e ações que ofendem a honra e a moral, por parte do governo ao se referir a Lei da Vacinação Obrigatória. Cabe aqui um parêntese para lembrar que as remoções da Reforma Passos e das campanhas de saneamento eram as últimas lembranças desagradáveis da população. Nessas ações, em que as autoridades a serviço do Estado invadiam os domicílios, cabe lembrar a truculência e

violência com que foram desapropriados. As incursões ocorrem sob igual pretexto em que estava inserida a Lei da Vacinação Obrigatória. As medidas estavam baseadas na mesma justificativa em que se engendrou discurso da *higienização* urbana.

Evidentemente, em termos psicológicos, a lembrança traumática de outrora, recalcada na mente humana, remete ao medo que, no episódio da vacinação obrigatória, vem à tona em forma de revolta e violência. Com o adendo de que, no episódio da vacinação obrigatória, desta vez, o medo se estendia a todos. Sendo assim, é importante ressaltar que para que um discurso de incitação à revolta popular ou mesmo mitos e notícias falsas adquiram relevância e musculatura no imaginário popular é necessário um terreno fértil, capaz de se fazer frutificar a reação. E a Reforma Passos, juntamente com as políticas dos governos anteriores (Prudente de Moraes e Campos Sales), deixou esse terreno rico em nutrientes, bastando apenas lançar as sementes.

Em outros termos, já existia um certo nível precedente de insatisfação e descrença popular que se somatizou a problemática do momento. O terreno estava mais do que fértil e oferecia condições ideais. E o apoio de parte da mídia e da oposição contra a Lei da Vacinação Obrigatória seria a semente necessária que faria a de fúria germinar.

Por fim, Azevedo não apresenta novos elementos que refutariam as contribuições de seus predecessores. Entendemos que a Reforma Passos corroborou no sentido de uma relação causal para as manifestações dos distúrbios da Revolta da Vacina, pois a questão higienista está no bojo do projeto modernizador e, assim como as obras de remodelamento, as remoções e demolições, a criação da Lei da Vacinação Obrigatória possuía um caráter extremamente autoritário e violento em termos práticos. E a população já conhecia muito bem a dor e a humilhação produzida pelo abuso de autoridade. Apesar da reforma ter sim exercido sua contribuição ao levante, não negligenciamos a potência do projeto de lei da vacinação e das “Fake News” em expelir toda a humilhação recalcada em todo o processo de modernização do espaço urbano carioca.

Após terem sofrido com uma brutal desterritorialização, perda do direito à moradia e ao trabalho, se deparam com uma iminente perda do direito de maior legitimidade a qualquer ser humano: o direito ao próprio corpo. A partir de então, o que mais lhes restaria senão levantar-se em revolta por sua honra? Ainda mais que estamos tratando de uma população de predomínio de valores cristãos em sua formação, ou seja, de moral recatada.

O repórter do jornal A Tribuna, falando a elementos do povo sobre a revolta, ouviu de um preto acapoeirado frases que bem expressam a natureza da revolta e esse sentimento de orgulho. Chamando o repórter de “cidadão”, o preto justificava a revolta: era para “não andarem dizendo que o povo é carneiro. De vez em quando é bom a negrada mostrar que sabe morrer como homem!”. Para ele, a vacinação em si não era tão importante – embora não admitisse de modo algum deixar os homens da higiene meter o tal ferro em suas virilhas. O mais importante era “mostrar ao governo que ele não põe o pé no pescoço do povo” (Carvalho, 1987).

## 4 CONCLUSÃO

No momento em preparava esta dissertação o mundo enfrentava a pandemia do coronavírus (COVID-19). Um vírus desconhecido até então que rapidamente se prolifera por todo o mundo ceifando milhões de vidas. Como meio de contenção da epidemia, adotou-se a estratégia do isolamento social, ou seja, criou-se um estado de quarentena por juntas médicas, onde cada país estabeleceu suas regras de confinamento. De modo geral, somente se aconselhava sair de casa para comprar alimentos e remédios, com o uso de máscaras. Milhões de pessoas morrem pelo mundo em decorrência desta infecção.

Alguns grupos políticos e de pessoas subordinados às concepções da extrema direita, mesmo compondo uma minoria, se posicionam contra as medidas de isolamento social, alegando que tais medidas feriria os direitos associados às liberdades individuais e significaria um desastre econômico. Esses grupos repercutem discurso que desaconselha as pessoas a cumprirem a quarentena com o argumento de que adianta ficar em casa para se proteger do coronavírus (COVID-19) e morrer de fome. Realmente, a pandemia foi extremamente prejudicial à economia.

Contudo, esse discurso elevava o risco da proliferação da doença e em muitos países, como foi o caso do Brasil, o sistema de saúde já não conseguia dar conta de tratar tamanha quantidade de infectados que davam entrada aos hospitais aos milhares todos os dias. Esse grupo de pessoas contrários ao isolamento social ficaram conhecidos como os negacionistas. Esse grupo estava, de modo geral, é norteado por concepções ideológicas de cunho liberal e nacionalista com inclinações a um regime ditatorial, aos moldes da ditadura militar eclodida em 1964, como maneira de coibir a “ameaça” da implantação do comunismo no país. Esse movimento está representado na figura do atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. Muitos de seus adeptos viam na figura do presidente um “mito”. Curiosamente, esse pensamento se assemelha ao dos grupos que faziam oposição a lei da vacinação obrigatória no início do século XX.

Próximo ao final do ano de 2020, alguns laboratórios anunciam o desenvolvimento de vacinas do COVID-19. Inicia-se uma campanha de vacinação em massa, fazendo com ocorresse uma queda significativa no número de infectados e de mortos. Entretanto, os negacionistas aconselham as pessoas a não se vacinarem, alegando que a vacina estaria ainda em um estágio experimental e que os efeitos colaterais da vacina poderiam ser ainda piores do que os efeitos da própria doença. A atuação dos negacionista faz com que muitas pessoas se negassem a receber a vacina. Isto contribui para que, em muitos países, ocorra uma dificuldade de controle da doença.

Pela internet, circular vídeos e mensagens, conhecidas como “Fake News”, em que se atribui a vacina reações diversas. Algumas alegam que quem se vacinasse se transformaria em um jacaré, outros alertam para o surgimento de outras doenças, como trombose e infarto do miocárdio. O fato foi que a vacinação reduziu drasticamente o número de mortos.

Travam-se debates e discutem-se se a vacinação deveria ter um caráter obrigatório, o que acaba não ocorrendo até o presente momento. Contudo, criam-se medidas de restrição aos não vacinados, como a impossibilidade de frequentarem cinemas e restaurantes. Tais medidas aumentam a vociferação e algazarra entre os negacionistas que alegam que as restrições, inclusive a possibilidade de circular nas ruas sem o uso de máscaras, ferem o direito constitucional de livre circulação.

Pois bem, ao escrever esta dissertação que trata o autoritarismo do Estado no episódio da lei da vacinação obrigatória contra a varíola, no início do século XX, temia que o trabalho pudesse ser utilizado equivocadamente como combustível para o discurso negacionista. Por isso, se fez necessário esclarecer as diferenças entre a lei da vacinação obrigatória, no início do século XX, com o episódio do COVID-19 do início do século XXI.

Acreditamos que num primeiro momento é importante estudar e compreender os acontecimentos que produziram a Revolta da vacina para que possamos entender com maior clareza também os acontecimentos referentes ao contexto da pandemia do COVID-19. Considerando as respectivas diferenças e características dos dois eventos em questão. Em nosso trabalho ressaltamos o autoritarismo exercido pelo Estado no programa de vacinação que, antes de tudo, tinha por objetivo o controle das camadas populares através de uma reordenamento espacial das habitações populares. O espaço urbano do centro do Rio de Janeiro do início do século era o lugar das moradias de ricos e pobres, ou seja, impor uma vacinação à revelia aos pobres significava, ao mesmo tempo, proteger os ricos das mazelas epidêmicas.

Isso ficou bem evidenciado quando, após a reforma, com a concretização da segregação socioespacial, as epidemias ainda eram recorrentes nos *habitats* das classes populares. E este fato não produziu nenhuma política de saúde pública de contenção das epidemias nos espaços da exclusão. Nunca se tratou de proteger a saúde dos pobres, mas, ao contrário, de proteger a saúde dos ricos e da economia.

Já no episódio do COVID-19, a cidade já estava adequada nos moldes da segregação socioespacial. Sendo assim, prevaleceu nesse momento impedir a estagnação econômica. Uma paralisa da economia arruinaria os empreendimentos capitalistas, daí não haveria a necessidade de uma lei de vacinação obrigatória. Caso houvesse a vacinação obrigatória, assim, como medidas mais restritivas os ricos e a economia seria por demais penalizados. Percebe-se que a tônica da saúde da economia foi a prioridade, curiosamente, nos dois eventos, mesmo que por meio de medidas antagônicas. O autoritarismo da lei da vacinação obrigatória, no início do século XX, se justificou em favor da economia. Do mesmo modo, no caso da pandemia do início do século XXI, a opção pela não autoritarismo nas medidas de isolamento social e da obrigatoriedade da vacinação, também, se justificou em favor da economia.

Durante a Reforma Urbana Passos, havia uma necessidade de incrementar o exército de mão de obra. Necessidade que, atualmente, já não está presente. As classes abastadas se encontram relativamente protegidas em seus espaços de privilégio, não importando, por tanto, que nos espaços da exclusão o número de mortos seja elevado. Pois, inclusive, esta situação serviria para o controle populacional e pela redução de gastos do Estado com aposentadorias, pensões e insumos de saúde pública. Sendo assim, considerando a segregação socioespacial que já está posta, a seguinte lógica prevalece aos pobres moradores do *habitat* da favela: Quer se vacinar? Ótimo! O Estado recebe os méritos junto aos organismos internacionais. Não que se vacinar? Ótimo! Que se “ferre”!

Neste trabalho de dissertação de mestrado procuramos trazer algumas contribuições que ajudassem na compreensão de um período bastante complexo e controverso. Apesar de ser um assunto demasiadamente explorado por inúmeros autores ainda apresenta lacunas abertas e questões inconclusas e que, a nosso entender, ainda está longe de ser esgotado. Os autores precedentes trouxeram contribuições de grande valor para a elucidação deste período, ao mesmo tempo que inúmeras outras dúvidas surgiram à tona. Acreditamos que a parte mais original de nossa pesquisa foi a de tentar explicar a realização da reforma a partir de um processo associado à dinâmica do modo de produção capitalista por meio da teoria da crise de Marx, aprofundada pelo geógrafo britânico David Harvey. Por meio do processo de exportação de capital e de mão de obra que estando inserido no ciclo de reprodução do capital foi capaz de reproduzir na cidade do Rio de Janeiro as relações de produção socioespacial do capitalismo vigente no mundo.

Entretanto, por tratar-se de um processo ainda pouco estudado e compreendido, entendemos que não pudemos apresentar uma narrativa que desse conta de amarrar todas as pontas que certamente serão encontradas e puxadas pelos críticos. Evidentemente, essa ideia

ainda carece de uma análise mais ampla e profunda, apresentando, ainda, um longo caminho a ser percorrido neste sentido. Deste modo, consideramos nosso trabalho no que se refere aos mecanismos que viabilizaram a Reforma Urbana de Pereira Passos como um ponto pé inicial à uma discussão que ainda vai ter muitas contribuições, objeções e aprimoramentos.

Os trabalhos que precederam este foram de vital importância no sentido de ofertar aparatos conceituais que nos permitiu ganhar tempo e avançar em determinados aspectos. A função da habitação popular e a produção dos habitats, brilhantemente, desenvolvidos por Lilian Fessler e pelo seu preceptor Maurício de Abreu nos deu condições de desenvolver um ensaio inicial de seus vínculos com a Revolta da Vacina. Assim como interpretar esse importante episódio da história das revoltas populares brasileira a partir do mesmo processo que se desenvolveu a Reforma Urbana de Pereira Passos e Rodrigues Alves.

Entendemos que ao ambicionar relacionar temas e eventos que, por si só, mereceriam um aprofundamento e detalhamento que, obviamente, não demos conta de realizar. Ao se tentar relacionar as exportações de capital da teoria da crise do capitalismo, as habitações populares, a Reforma Passos e a Revolta Vacina, encontramos inúmeras dificuldades, tanto pela sua abrangência quanto pela originalidade que esse entroncamento de relações que esse desafio representa. Acreditamos que, ao menos, pudemos produzir um trabalho que pôde traçar uma noção geral e resumida de um trabalho que entendemos ser necessário muitos anos de pesquisa.

O primeiro capítulo tratou da produção do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro por meio da exportação do capital excedente do centro do capitalismo mundial. Contudo, encontramos dificuldades com relação à ausência de material que pudesse ilustrar as estratégias de estado em relação ao ajuste espaço-temporal dos países centrais. Como, também, políticas e leis que mobilizassem a mão de obra excedente dos países a migrar para os países periféricos. Entretanto, considerando ao que foi proposto, os objetivos foram atendidos satisfatoriamente.

No segundo capítulo a questão habitação teve o seu destaque, pois a reforma se processa por meio das habitações. A partir delas que se processa a segregação socioespacial por meio de seu deslocamento no espaço. Fator que estava intimamente ligado a Revolta da Vacina, pois a vacinação obrigatória se daria nas próprias habitações, representando uma violação dos lares. Acreditamos, ser neste capítulo que conseguimos melhor alcançar os objetivos propostos devido a disponibilidade de materiais bibliográficos que pudessem dar mais clareza a relação da reforma urbana com a Revolta da Vacina tendo as habitações populares como elo. Essa questão seria, juntamente com o ajuste espaço-temporal que impulsionou a reforma, as inovações de nosso trabalho. Porém, reconhecemos que na questão do componente racial poderíamos ter nos debruçado com maior afinco na literatura especializada, bastante abundante, para que pudéssemos trazer um conteúdo mais robusto nesse quesito, considerando a sua importância neste processo.

Na questão da modernidade, acreditamos que também poderia ser melhor explicitada já que se trata de um aspecto que traria mais elementos que enriqueceria e daria ao leitor maior clareza das motivações ideológicas que nortearam o processo de transformação urbana. Contudo, lamentavelmente, entendemos que devido a questão do tempo destinado a produção de uma dissertação de mestrado se mostrou curto para tal empreitada.

No Capítulo terceiro, descrevemos os acontecimentos, de maneira sequencial, da Revolta da Vacina. Em seguida, fizemos um retrospecto do momento anterior e durante à reforma urbana que podem ser entendidos como causas que, impregnadas de autoritarismo, levaram a eclosão da Revolta da Vacina. Neste ponto, o autoritarismo estatal aparece como outro elo que exhibe as estreitas relações entre a reforma e a revolta.

Encontramos dificuldades, assim como grande parte dos pesquisadores que se debruçaram sobre a questão da Revolta da vacina, no que tange aos dados oficiais no que se

refere ao número de mortos, de pessoas detidas e de informações de bastidores dos principais atores envolvidos neste processo. Como também, no confronto de informações controversas dos periódicos da época, haja vista o forte teor ideológico que estes carregavam, tanto os que eram apoiadores como os contrários à Reforma Urbana de Pereira Passos e Rodrigues Alves e a Revolta da Vacina.

Uma das tarefas mais difíceis, neste ponto, foi a produzir uma crítica à visão conservadora, com relação ao papel do prefeito Pereira Passos perante sua própria reforma e a tentativa de desassociar a Reforma Passos da Revolta da Vacina, do professor André Nunes de Azevedo (A grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso), considerando que se trata de um intelectual com maior bagagem de pesquisa e possuidor de titulação superior a este autor que escreve estas linhas. Contudo, cabe ressaltar, que, apesar de discordâncias pontuais, sua obra é brilhante e muito bem realizada, trazendo elementos que, sem dúvidas, contribuem em demasia a temática em questão. Achamos justo confessar que ficamos encantados com o estilo e a minuciosidade do autor na produção de sua obra.

Por fim, esperamos que nosso trabalho tenha alcançado o objetivo de contribuir para o esse rico debate que ainda se encontra aberto e por muito ainda a ser desvendado e revelado.

## 5 BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Implanrio/zahar, 1988.
- AZEVEDO, André Nunes de. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Puc. 2018
- BAUDELAIRE, Charles. *A modernidade de Baudelaire*. Tradução e coleção de teixeira Coelho. São Paulo: Paz e Terra. 1998.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical; a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.
- BETHELL, Leslie. *História da América Latina: de 1870 a 1930 (Volume 4)*, Edusp; 1ª edição, 2002.
- BOTELHO, Maurilio Lima. *Teoria da crise em David Harvey*, Revista Continentes (UFRRJ), ano 3, n.4, 2014, p. 66-111 (ISSN 2317-8825).
- CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand brasil, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo. Cia das Letras. 1987.
- CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril. Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto. 2001.
- DINIZ, André. *Revolta da Vacina; posfácio por Luiz Antônio Simas – Rio de Janeiro: Dankside Books, 2021.*
- ENGELS, Friedrich, *A questão da habitação*. Belo Horizonte, Aldeia Global, 1979.
- FERREIRA, J.; DELGADO, L.A.N. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. 4ª reimpr. São Paulo: Contraponto, 2003 [1967/1988].
- GONZALEZ, Lélia - *Racismo e Sexismo na cultura brasileira*. In: *Revista Ciências sociais hoje*, Anpocs, 1984.
- HARVEY, David. *Os Limites do Capital*, Boitempo Editorial, São Paulo: 2013.
- HARVEY, David. *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo* São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. *Materializaciones: París, 1848-1870. París, capital de la modernidad*. Madrid: Akal, 2008.
- HARVEY, David. *Las raices urbanas de las crisis capitalistas. Ciudades rebeldes. Del derecho a la ciudad a la revolución urbana*. Madrid: Akal, 2013.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1992.

- HELLER, Agnes. O cotidiano e a História. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016 [1970].
- LEFEBVRE, Henri. La producción del espacio. Madrid: Capitán Swing, 2013 [1974].
- LEFEBVRE, Henry. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo-SP. Editora Ática. 1991.
- MARX, K. O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. O Capital – Livro II – O Processo de Circulação do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro III – O processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LIMA, Natália Dias de Casado. A Belle Époque: Transformações urbanas, moda e influências no Rio de Janeiro. Artigo, revista História & Democracia, precisamos falar sobre isso. UNIFESP/Campus Guarulhos. Guarulhos-SP, 2018.
- MARCHESE, Giulia. Del cuerpo en el territorio al cuerpo-território: elementos para una genealogía feminista latinoamericana de la crítica a la violencia. 2019.
- MASSEY, D., & Keynes, M. (2009). Filosofia e política da espacialidade: Algumas considerações. GEOgraphia, 6(12).
- MORAIS, Ronaldo. Mansur, Andre Luis. Violência no Rio antigo: cárceres, punições e ocorrências diversas (1503-1940).
- NOBERT, Elias. O processo civilizador. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1994. Volume 2.
- PEDRO Jimenez Cantisano. Lares, Tribunais e Ruas: A Inviolabilidade de Domicílio e a Revolta da Vacina. Revista Direito & Praxis. 2015.
- PINTO, Joana Plaza. Percurso da performatividade. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidade. Delta, 23:1,2007.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. 2005.
- REZENDE, Renato, AV Rio Branco, um projeto de futuro: 100 anos. Usina das Artes, Rio de Janeiro, 2002.
- ROCHA, Oswaldo Porto. A era das demolições. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura. 1995.
- RUBIN, Isaak. A teoria de Marx sobre o fetichismo da mercadoria. A teoria marxista do valor. São Paulo: Ed. Polis, 1987.
- SCHUMPETER, J. A. A Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1982.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Transportes de Massa – Condicionadores ou Condicionados? Revista de Administração Municipal, 24 (144), setembro/outubro, 1977.
- SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva, MOTTA, Marly Silva da. Revista do Rio de Janeiro, Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ISSN 0102 – 8863. Nº10. maio- agosto de 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o Autoritarismo Brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEVCERNKO, Nicolau. A Revolta da Vacina, Mentas insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

SIMMEL, Georg. “A Metr pole e a Vida Mental”. In: VELHO, Otavio G (org.) O Fen meno Urbano. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.

SILVA, Maria Lais Pereira de. Os transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro: tensões e conflitos. Rio de Janeiro. Biblioteca carioca. 1992.

SMITH, Neil. A gentrificac o generalizada: de uma anomalia local   “regenerac o” urbana como estratégia urbana global. In: Bidou-Zachariasen, Catherine (org.). De volta   cidade. São Paulo: Annablume, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Desafio Metropolitano. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil. 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do Desenvolvimento Urbano. Ed. Bertrand Brasil. 2001.]

SOUZA, Jailson e BARBOSA, Jorge Luiz. Favela: Alegria e Dor na Cidade, Senac- Rio [x] Brasil. 2005.

SOARES, L. E. et.al. Criminalidade urbana e violência: O Rio de Janeiro no contexto internacional. In: Série textos de Pesquisa. Núcleo de Pesquisa / ISER, 1993, (s/p).

Edital.

VAZ, Lilian Fessler, Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a moderniza o da moradia no Rio de Janeiro. Análise Social, vol. xxix (127), 1994 (3.  ), 581-59

VAZ, Lilian Fessler, Modernidade e moradia – Habita o Coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX, Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

### **Jornais, revistas e periódicos**

Jornal O Correio da Manhã, Ano 1904\Edi o 01243, P. 1.

Jornal O Paiz, Ano 1886\Edi o 00176 (1).

jornal A notícia, 1904.

Jornal O Commercio do Brazil, 1904.

Jornal do Commercio, 1904.

NOSSO SÉCULO. Memória fotográfica do Brasil do século XX. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

### **Portais eletr nicos**

[https://pt.wikisource.org/wiki/Discurso\\_de\\_Tomada\\_de\\_Posse\\_do\\_Presidente\\_Rodrigues\\_Alves\\_\(15\\_de\\_novembro\\_de\\_1902\)](https://pt.wikisource.org/wiki/Discurso_de_Tomada_de_Posse_do_Presidente_Rodrigues_Alves_(15_de_novembro_de_1902))

<https://diariodorio.com/historia-da-avenida-beira-mar/>

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CafeEIndustria/Imigracao>

<https://bn.gov.br/explore/acervos/hemeroteca-digital>